



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – CEP-ETP

Brasília - DF

2023-2024



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA

Brasília - DF
2023/2024



“Todo Projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projeto significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se. Atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores” (Gadotti, 1994, p. 579).



COMISSÃO CENTRAL DE VALIDAÇÃO DO PPP 2023-2024

Amanda Cristiane de Almeida
Ana Paula Balensiefer
Cilene Antonio Da Natividade
Clarice Cunha Taveira
Crislaine Ribeiro de Castro
Cristiane Martins Braga
Deisilane de O. França da Silva
Elias Batista Dos Santos
Eulalia Priscila Gonçalves de Carvalho
Francinéia Francisca Gomes Soares
Gilvan Luis de França
Helenir Imaculada Pereira
Joesse Maria de Assis Teixeira Kluge Pereira
Kellen Thaís Pereira Marques
Loiane Pereira de Sousa
Lucas Malta Almeida
Marcio Ferreira
Maria Goretti Resende Santiago
Maria Rosane Soares Campelo
Maria Solange de Souza Araújo
Marília Perdigão Freire Ferro
Mirian Francisco Ribeiro de Oliveira
Núbia da Costa Torres de Sousa
Paulo César Ramos Araújo
Regina Flauzina Dias
Silvania Nascimento de Sousa
Umberto Afonso Ferreira
Valter Lopes
Vanessa Ribeiro Soares
Wanessa de Castro

ORGANIZAÇÃO/REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO/FORMATAÇÃO DO PPP 2023-2024

Elias Batista dos Santos
Helenir Imaculada Pereira
Joesse Maria de Assis Teixeira Kluge Pereira



SUMÁRIO

Página

1. IDENTIFICAÇÃO	8
2. APRESENTAÇÃO	9
2.1. Constituição da Comissão Organizadora	9
3. HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR	10
3.1. Diagnóstico da realidade escolar	15
3.2. Indicadores e Taxas	16
3.3. Comunidade Escolar	19
4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	22
5. MISSÃO, VISÃO e VALORES	25
5.1. Missão	25
5.2. Visão	25
5.3. Valores	26
6. FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS	27
6.1. Fundamentos Ético-Pedagógicos	30
6.2. Fundamentos Epistemológicos	30
6.3. Fundamentos Didático-Pedagógicos	31
7. OBJETIVOS	32
7.1. Objetivo Geral	32
7.2. Objetivos Específicos	32
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	36
9. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR	47
9.1. Ciclos / Séries / Semestres	51
9.3. Relação Escola Comunidade	53
9.4. Metodologias de Ensino Adotadas	54
9.5. Equipe de Professores	57
9.6. Coordenação Pedagógica e papel do Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar	63
9.7. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação	67
9.8. Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA	67
9.9. Orientação Educacional – OE	68
9.10. AEE / Sala de Recursos	68
9.10.1. Educação Inclusiva	68
9.10.2. Sala de Recursos Complementar	70
9.10.3. Sala de Recursos Suplementar – Altas Habilidades/Superdotação	71
9.10.4. Das Áreas de Atendimento	73



9.10.4.1. Área de Talento Artístico –Artes Cênicas	73
9.10.4.2. Área de Talento Artístico –Artes Visuais.....	74
9.10.4.3. Atividades - Área Acadêmico Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º Ciclo)	74
9.10.4.4. Área Acadêmica – Exatas - Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA	75
9.10.4.5. Área Acadêmica – Linguagens e Humanas - Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.....	76
9.11. Atuação dos profissionais de apoio escolar	76
9.12. Permanência e êxito escolar dos estudantes.....	76
9.13. Recomposição das Aprendizagens	77
9.14. Implementação da Cultura de paz.....	78
9.15. Da Educação à Distância.....	79
9.15.1. Do Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial.....	80
9.16. Das Atividades Práticas Supervisionadas e Estágio Curricular.....	80
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ESCOLAR	83
10.1. Da Gestão Democrática no CEP-ETP.....	83
10.2. Da Equipe Gestora no CEP-ETP.....	84
10.3. Dos Órgãos Colegiados do CEP-ETP.....	86
10.4. Administrativo.....	87
10.5. Infraestrutura.....	88
10.6. Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância e Portaria	89
10.7. Serviços de Apoio / Monitoria	94
10.8. Sala de Leitura Escolar/Biblioteca Escolar.....	94
10.10. Regimento Interno.....	96
10.11. Regime disciplinar.....	97
10.12. Uniforme/Equipamentos de Proteção Individual/Equipamentos de Proteção Coletiva.....	98
11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	98
11.1. Avaliação para aprendizagens	101
11.2. Avaliação em Larga Escala	103
11.3. Avaliação Institucional da Unidade Escolar	104
11.4. Conselho de Classe	105
12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	106
12.1. Gestão Pedagógica.....	108
12.1.1. Equipe de Apoio Educacional do CEP-ETP	109
12.1.1.1. Plano de Ação da Equipe de Apoio Educacional do CEP-ETP	111
12.1.1.2. Plano de Ação Anual da Orientação Educacional do CEP-ETP	112



12.2. Gestão de Resultados Educacionais.....	115
12.3. Gestão Participativa	115
12.4. Gestão de Pessoas.....	116
12.5. Gestão Financeira.....	116
12.6. Gestão Administrativa	117
13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	117
13.1. Objetivos do Plano de Ação.....	117
13.2. Metas quantificáveis com seus respectivos indicadores.....	118
13.3. Ações nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras do trabalho escolar:..	118
13.4. Organização do Processo Seletivo.....	119
13.5. Engajamento do CEP-ETP junto às atividades propostas pela RETSUS.....	119
14. ATIVIDADES E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS PARA O ALCANCE DE CADA META DA UNIDADE ESCOLAR	120
14.1. Previsão de recursos humanos, materiais e financeiros.....	120
14.2. Definição de prazos e responsáveis pelas ações, projetos e atividades propostas	120
15. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	120
15.1. O CEP Escola Compartilhada	120
15.2. O CEP-ETP no Circuito de Ciências	121
15.3. CEP com segurança	122
15.4. O Momento Saúde: Arte, Cultura e Movimento	122
15.5. Semana da Saúde	123
15.6. Atendimento às Comunidades Carentes.....	123
15.7. Campanhas Comunitárias	124
15.8. Projeto INTEGRACEP	124
15.9. Promoção ao Bem-Estar e à Qualidade de Vida aos Estudantes do CEP-ETP	124
15.10. Qualificação em Libras Básico no contexto do técnico de nível médio de Técnico em Enfermagem com vistas ao acolhimento da pessoa com deficiência auditiva	125
15.11. Projeto Promoção ao Bem-Estar, à Qualidade de Vida e /empoderamento sócio-emocional e econômico das Mulheres do CEP-ETP	125
15.12. Feira de empreendedorismo feminino para mulheres do CEP-ETP	125
15.13. CEP em parceria com a Faculdade Uniprojeção	126
16.ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	126
17. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Unidade Escolar/Instituição Educacional	CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA (CEP-ETP)
Coordenação Regional de Ensino	Coordenação Regional de Ensino de Planaltina-DF
Endereço	Entre Avenidas Contorno e Independência, S/N, Setor Hospitalar, Área Especial, Planaltina, Brasília-DF
Telefone	(61) 3901-6788 (fixo)
E-mail	cepsaudeplanaltina@gmail.com
Data da Fundação da UE	1º de julho de 1998
Turnos de Funcionamento	Manhã, Tarde e Noite
Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas	Educação Profissional
Escola de Gestão Compartilhada	() SIM (X) NÃO
Oferta Educação Integral	() SIM (X) NÃO
Equipe Gestora	Diretor: Paulo César Ramos De Araujo Vice-Diretor: Válter Lopes Secretária: Mirian Ribeiro De Oliveira Supervisor(a) Administrativo(a): Diurno: Helenir Imaculada Pereira Noturno: Umberto Afonso Ferreira Supervisor(a) Pedagógico(a) Diurno: Elias Batista Dos Santos Noturno: Cilene Antonio Da Natividade Lima



2. APRESENTAÇÃO

De acordo com a Orientação Pedagógica do Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas do DF (2014), o documento que constitui a Proposta Pedagógica é o instrumento que nos orienta e permite que façamos reflexões sobre a educação que estamos realizando, no sentido de (re)pensarmos e construirmos uma nova organização do trabalho pedagógico que priorize o resgate da função social da unidade escolar. Em acordo com essa diretriz, a presente proposta explicita os objetivos, as metas, as estratégias e as ações realizadas pelo CEP-ETP e, ainda, as propostas para o biênio 2023/2024.

Com essa visão, este projeto foi elaborado pela comunidade escolar, garantindo o processo de democratização da sociedade, buscando ampliar os canais de participação, por meio dos encontros pedagógicos com a comunidade escolar, das reuniões coletivas no espaço-tempo da coordenação pedagógica, das Avaliações Institucionais e incentivo ao protagonismo estudantil no decorrer das atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano letivo.

2.1. Constituição da Comissão Organizadora

A constituição da Comissão Organizadora para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) favoreceu o planejamento coletivo e o encaminhamento das ações para que o processo acontecesse democraticamente.

Coube a referida Comissão Organizadora estudar as Diretrizes e Orientações Pedagógicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, especialmente o Currículo em Movimento da Educação Básica e o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio de leituras, estudos de textos selecionados para a discussão nas coordenações pedagógicas, além de registro das observações e sugestões de seus membros para a constituição desse texto. Assim, à medida que a comissão capitaneava as contribuições da comunidade escolar, constituía-se a tecitura das ideias (re)estruturadas/(re)estruturantes que integraram a elaboração colaborativa da versão final do PPP do CEP-ETP para o biênio 2023/2024.



3. HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

O CEP-ETP de acordo com suas características de atendimento, é classificado como Centro de Educação Profissional-Escola Técnica de Planaltina, instituição de ensino vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito federal (SEEDF), destinada a oferecer Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Qualificação e Especialização (Pós Médio) de acordo com o catálogo Nacional de Cursos Técnicos nos Eixos Tecnológicos: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança.

O Projeto Político Pedagógico – PPP de uma instituição de ensino está presente na história da educação brasileira e, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9394/96 no seu inciso I do Artigo 12 destaca que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas às normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Sendo assim, o PPP de uma instituição materializa elementos constituintes de sua identidade e situações pedagógicas do seu cotidiano que são provocadoras de um processo contínuo de autotransformação. Entende-se que pensar, repensar e reconstruir a ação educativa de uma instituição de ensino é, essencialmente, no dizer de Bordignon e Gracindo (2001), colocar em prática uma concepção política e uma concepção pedagógica que se realimentam e que se corporificam, de modo contínuo, no seu PPP.

Além disso, pensar e construir, colaborativamente, o PPP de uma instituição de ensino pressupõe, a priori, o conhecimento sobre o que seja esse projeto. Pode-se dizer que o PPP é um instrumento norteador de todas as ações educativas da unidade escolar. Constitui-se em um processo democrático, dialético, dinâmico e contínuo de reflexão, sendo assim, resultante de um esforço coletivo que visa o exercício da autonomia de todos os sujeitos inseridos na comunidade escolar. Para Severino (1998, p. 89):

Para que se possa falar de um projeto impregnado por uma intencionalidade significadora, impõe-se que todas as partes envolvidas na prática educativa de uma escola estejam profundamente integradas na constituição e vivenciarão dessa intencionalidade. [...] para tanto, impõe-se que toda a comunidade escolar seja efetivamente envolvida na construção e explicitação dessa mesma intencionalidade.

Nessa perspectiva, a construção coletiva do PPP é a expressão visível do Centro de Educação Profissional-Escola Técnica de Planaltina – CEP-ETP ao dar significado e sentido ao seu saber fazer na condição de instituição pública de ensino profissional. É o



=====

resultado da intencionalidade dos seus trabalhadores em educação e do trabalho colaborativo desenvolvido ao longo do seu processo de elaboração. Isto porque, “o projeto da escola depende, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo com sua coragem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço” (GADOTTI, 2000, p. 37).

Destaca-se, também, que o objetivo do PPP é construir metas e traçar caminhos para intervir na realidade, concretizar possibilidades educativas, avaliando o processo cotidiano de saber ser, saber fazer, saber conviver e saber aprender, sempre no sentido de projetar mudanças nos processos educativos na busca de melhorar a qualificação pessoal e profissional de todos os sujeitos participantes da comunidade escolar do CEP-ETP.

A Educação Profissional no Brasil teve início com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices do Brasil. Desde quando surgiu a Educação Profissional foi desenhada de acordo com as demandas e embates políticos, que definiram caminhos muitas vezes equivocados para as políticas de formação e Educação Profissional adotada para a sociedade brasileira. Entre encontros e desencontros, a Educação Profissional brasileira avançou e, de acordo com Frigotto (2010, p. 26):

[...] a educação básica superior e profissional se definem no embate hegemônico e contra hegemônico que se dá em todas as esferas da sociedade e, por isso, não pode ser tomada como um fator isolado, mas como parte de uma totalidade histórica complexa e contraditória.

Assim, a concepção de formação profissional no Brasil, nas últimas décadas, norteou-se pelas mudanças operadas no mundo do trabalho, que passaram a exigir um trabalhador com formação multirreferencial, articulada com o conhecimento científico, valores e o saber fazer. Portanto, o indivíduo deve ser capaz de atuar prática e intelectualmente no trabalho, dominando ainda as tarefas específicas, as formas de organização e a gestão do trabalho. Portanto, a ênfase atualmente é a formação integral do cidadão trabalhador comprometido com o pensar, dirigir, planejar, controlar a sua atividade profissional (GDF, 2014).

Na perspectiva histórico-cultural da aprendizagem não se concebe a Educação Profissional como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas tecnocientíficas e exerçam sua cidadania



com autonomia. Impõe-se a superação do enfoque meramente tecnicista da formação profissional em que o aprendiz era preparado para execução de um determinado conjunto de tarefas, sem refletir sobre o modo de produção e a sua força de trabalho. No contexto atual, a Educação Profissional e Tecnológica requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 – LDB, com a Resolução CNE/CEB Nº1/2012 (que estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da LDB) e ainda, tendo em vista a realidade do mundo do Trabalho, o presente PPP visa orientar o funcionamento do Centro de Educação Profissional-Escola Técnica de Planaltina (CEP-ETP). A busca pela melhoria da qualidade da Educação Profissional constitui condição indispensável para o êxito profissional, em um mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento. Nesse sentido, o CEP-ETP possui uma visão crítica- reflexiva da realidade social na qual está inserido e seu comprometimento se volta para a formação de profissionais e o atendimento das necessidades de proteção, prevenção, recuperação, reabilitação da saúde e da qualidade de vida da população. O compromisso do CEP-ETP visa também garantir que a aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica seja constituída a partir de uma organização curricular na lógica dos itinerários formativos, conferindo flexibilidade ao currículo, aprendizagem e ao desenvolvimento contínuo do estudante, fortalecendo-o como protagonista de sua trajetória profissional e da assunção de uma ação autotransformadora como seu estilo de vida.

A proposta de criação do Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP-ETSP) surgiu durante o I Congresso de Educação do Distrito Federal, realizado em outubro de 1996. Durante as sessões plenárias deste congresso várias proposições corroboraram com a disposição de se firmar uma parceria entre as áreas de educação e saúde no âmbito do Governo do Distrito Federal - GDF. Entre as justificativas para a efetivação de tal parceria destacou-se a falta de profissional de nível técnico com habilitação para atuar na área da saúde tanto na rede pública quanto na rede privada da região metropolitana. Além disso, a própria comunidade de Planaltina-DF reafirmou seu interesse pela construção de uma escola que atuasse em educação profissional na área da



saúde. Assim, definiu-se na composição do orçamento participativo daquele ano a verba necessária para a construção de um Centro de Educação Profissional em Planaltina-DF.

Assim, o Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina (CEP-ETSP) foi inaugurado em 1º de julho de 1998. Inicialmente, para atender algumas turmas oriundas do Ensino Médio, mas, ao final de 1998, realizou-se o primeiro processo seletivo para ingresso no curso Técnico em Enfermagem do CEP-ETP, com implantação da primeira turma em janeiro de 1999. É importante observar que ao longo de sua história a instituição foi chamada por nomes diferentes, a seguir, apresenta-se um breve relato dessa história.

Em 1999, antes de completar seu primeiro ano de vida, a instituição passou a ser chamada de Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina – CEP- SAÚDE. No dia 27 de junho de 2000 assinou-se um convênio de investimento junto ao Ministério da Educação – MEC, referente ao Programa de expansão da Educação Profissional – PROEP. A administração dos recursos advindos do PROEP permitiu aos gestores do CEP-ETP investir na melhoria da infraestrutura física, na aquisição de equipamentos, na qualificação profissional dos trabalhadores em educação da instituição, aquisição de material pedagógico e contratação de consultorias para a implementação de novos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Formação Inicial e Continuada – FIC (atualmente denominados de cursos de qualificação profissional).

Assim, no ano de 2001, o Plano de Curso e a Matriz Curricular do curso Técnico em Nutrição e Dietética foram aprovados pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF, sob o Parecer nº 270/2001 e, naquele mesmo ano, aconteceu à primeira seleção para ingresso e formação da primeira turma do curso Técnico em Nutrição e Dietética.

Em 2007, o Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF, sob o Parecer 87/2007, aprovou o Plano de Curso e a Matriz Curricular do curso Técnico em Higiene Dental, que teve processo seletivo para a formação e implantação da primeira turma no 2º semestre do mesmo ano.

Em 11 de setembro de 2007, publicou-se o Decreto nº 28.276 que dispunha sobre a transferência do Centro de Educação Profissional de Saúde – CEP Saúde para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. No ano de 2009, conforme o decreto nº 30695 de 13/08/2009, a instituição passou a ter a denominação de Escola Técnica de Saúde de Planaltina.



Já em 07 de julho de 2010, pelo Decreto nº 31877, a instituição foi reintegrada à Secretaria de Estado de Educação com o nome de Centro de Educação Profissional de Saúde de Planaltina.

Em 2011 o ciclo de formandos do curso Técnico em Higiene Dental (THD) chega ao final, pois o curso teve sua nomenclatura alterada em 2009 para Técnico em Saúde Bucal. Sendo assim, em 2012, formou-se a primeira turma que recebeu a titulação de Técnico em Saúde Bucal. A partir de maio de 2013, a instituição passou a ser denominado Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina CEP-ETSP e, atualmente, são ofertados no CEP-ETP, cinco Cursos Técnicos de Nível Médio: Enfermagem, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal, Análises Clínicas e Segurança do Trabalho. O curso Técnico em Análises Clínicas foi autorizado pela Portaria 56/2013 – SEDF e Parecer nº 27/2013. Em 13/05/2014 teve aprovação à oferta do curso Técnico em Segurança no Trabalho, Parecer nº 89/2014 – CEDF.

Com o retorno da instituição para a Secretaria de Educação ampliaram-se as possibilidades de atuação em rede. Com a chegada desses novos profissionais e a preparação da instituição para atuar em parceria direta com a Secretaria de Estado de Saúde tornou-se possível a realização de diversos processos metodológicos de atuação escola-serviço- comunidade, o que possibilitou a ampliação da oferta de cursos pelo CEP-ETP.

Vale ressaltar que a oferta de cursos pelo CEP-ETP, com recursos exclusivos dos poderes públicos, só veio a acontecer no ano de 2013 quando a instituição passou a contar com recursos do Programa de Descentralização dos Recursos Financeiros da SEEDF que garantiriam a realização de pequenos reparos na estrutura física e aquisição de materiais pedagógicos.

Ainda no ano de 2013 foram iniciadas as discussões para a abertura de turmas de cursos técnicos e de qualificação profissional por meio do convênio com o PRONATEC, algo que veio a ser consolidado a partir de 2015 com a oferta de turmas em cursos de Qualificação (Formação Inicial e Continuada) como: cabeleireiro, massagista, cuidador de idosos, LIBRAS, dentre outros. Essa oferta foi possível devido a parcerias firmadas com outras escolas, na medida em que o CEP-ETP já não dispunha mais de salas de aulas visto que a expansão do número de vagas nos cursos técnicos ocupava toda sua estrutura. Nesse sentido, foi posto em prática o conceito de Unidade Remota e a instituição passou a



contar com uma rede de parceiros tanto em Planaltina-DF quanto em outras regiões administrativas de Brasília, a partir da possibilidade de uso de espaços ociosos no turno, em sua maioria, noturno.

Em 2015, foi dado início ao Curso Técnico em Segurança do Trabalho com a oferta da primeira turma nas dependências do CEP-ETP.

Em 2016, foi dado início a oferta dos cursos técnicos de Técnico em Enfermagem, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Saúde Bucal na Região Administrativa de São Sebastião-DF em parceria com o Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo. Durante o processo de expansão do número de vagas ofertadas pelo CEP-ETP diversas ações foram desenvolvidas no sentido de fortalecer parcerias já existentes e, ainda, construir novas parcerias. Tal fato pode ser exemplificado a partir de parcerias que foram firmadas com a SES-DF e com a SEDEST em Planaltina, Sobradinho, Paranoá, Plano Piloto e Taguatinga. Houve ainda, contínuo trabalho de formação de professores, tanto internamente, quanto em parceria com o SAMU, SES-DF. Ainda no ano de 2016, ofertou-se 42 cursos de qualificação profissional (FIC) pelo PRONATEC em distintas regiões administrativas do DF além de ter concretizado a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Hospital das Forças Armadas (HFA) para a oferta de Cursos Técnicos nas dependências do mesmo.

Em fevereiro de 2018, o então Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Saúde de Planaltina CEP-ETSP, devido ao fato de passar a ofertar cursos em outros eixos tecnológicos, passou a ser denominado Centro de Educação Profissional - Escola Técnica de Planaltina - CEP-ETP, a partir da Portaria 23 de 05 de fevereiro de 2018.

No campo da produção científica, em 2023, o CEP-ETP vem contribuindo com a produção de artigos, participação em eventos nacionais e internacionais e incentivando os profissionais a participarem de Programas de Pós-Graduação, o que tem resultado em importantes ações de qualificação e requalificação dos trabalhos desenvolvidos no contexto da instituição

3.1. Diagnóstico da realidade escolar

A ressignificação do Projeto Político Pedagógico (PPP do CEP-ETP), carrega a marca que identifica a essência da atuação do trabalho colaborativo, fundamentado em uma perspectiva de gestão participativa, proativa e comprometida com o sujeito que aprende, constituindo-se como alavanca para as ações pedagógicas exitosas



desenvolvidas por esta Instituição de Educação Profissional e Tecnológica ao longo de sua história. A assunção do trabalho como princípio educativo implica considerar o sujeito que aprende como produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la ao mesmo tempo em que se transforma. Essa postura pedagógica ancora-se em uma concepção dialética da relação entre o mundo do trabalho e a prática social em que as atividades práticas se constituem como estratégias essenciais para a qualificação profissional do estudante. Tudo isso, a partir da reorganização dos currículos em um processo autóctone (SANTOS, 2013), contínuo, democrático, coletivo e formativo, o que garante ao sujeito que aprende acessar diferentes referenciais de leitura de mundo, com vivências diversificadas, plurais e uma reconstrução crítica dos saberes específicos de cada área do conhecimento.

Em função dessa busca constante pela melhoria de sua ação pedagógica, o CEP-ETP permanece no radar de interesse dos estudantes da rede pública, como também da comunidade que procura um ensino de qualidade e a efetiva inserção no mundo do trabalho. Compreendendo essa necessidade da população e dos alunos que procuram a instituição, o CEP-ETP busca cada vez mais o aperfeiçoamento e o aprimoramento, tanto do corpo docente como do discente. Deste modo, a instituição vem se destacando como uma escola técnica profissional de alto rendimento e de escolha nos cursos técnicos de diferentes eixos tecnológicos ofertados na unidade escolar.

Nesse sentido, o CEP-ETP atende a estudantes advindos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) que foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000. A RIDE/DF tem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional.

3.2. Indicadores e Taxas

Para a composição deste diagnóstico pesquisou-se a evolução na quantidade de formandos ao longo da história do CEP-ETP. Notou-se que embora a escola tenha iniciado suas atividades no ano de 1999, apenas no ano de 2002 foram formados os primeiros técnicos de nível médio. A partir de então, os quantitativos de formandos seguiram variando



=====

ano a ano, sendo que em 2009, atingiu o máximo que foi de 234. Em 2010 houve uma diminuição no quantitativo de formandos para 166. Em 2011 o quantitativo continuou em curva descendente, entretanto, no final deste período letivo inicia-se um processo de retomada crescente da relação formandos, pois houve uma oferta maior de vagas no diurno. Neste mesmo período iniciaram-se no turno noturno, devido a maior procura, as turmas dos cursos de Técnico em Enfermagem, Nutrição e Dietética, Análises Clínicas e Saúde Bucal.

Parte deste processo de retomada crescente no número de formandos pode ser compreendida a partir da chegada de novos profissionais e a preparação da instituição para atuar em parceria direta com a Secretaria de Estado de Saúde. Em 2011 se encerra o ciclo de formandos do curso técnico em Higiene Dental (THD), curso que teve a nomenclatura alterada dois anos antes para Técnico em Saúde Bucal (TSB) quando se inicia o seu ciclo. Durante o ano de 2015 tem-se início o ciclo de concluintes do curso Técnico em Análises Clínicas (TAC) e a partir de 2017 os primeiros técnicos dos cursos de Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Secretaria Escolar e Técnico em Registros e Informações em Saúde foram formados, sendo que estes últimos últimos cursos ofertados na modalidade de Educação à Distância, a partir de 2016. Em sequência a instituição também passou a ofertar o cursos de Técnico em Informática (2019), Técnico em Controle Ambiental (2021) e Técnico Tradução e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, ambos na modalidade de EaD, além dos curso Pós-Técnicos em Urgência e Emergência em Enfermagem (2018) e Pós-técnico em Instrumentação Cirúrgica (2021) na modalidade de Educação Presencial.

Atualmente os processos metodológicos integram aulas teóricas com atividades práticas supervisionadas na instituição, atividades pedagógicas de educação para a saúde nas unidades escolares da rede pública de ensino e, atividades práticas supervisionadas nas unidades da Secretaria de Estado de Saúde, nas dependências da própria Secretaria de Estado de Educação, em instituições parceiras, além da participação colaborativa em ações ambientais desenvolvidas em parceria com outras instituições no âmbito da RIDE/DF.

Essa crescente na quantidade de cursos ofertados, também teve reflexo no quantitativo de vagas ofertadas e conseqüentemente, na quantidade de técnicos formados pela instituição, o que certamente tem implicado na ampliação das possibilidades dos



=====

jovens e adultos para acesso ao mundo do trabalho, tanto em suas próprias áreas de formação quanto nas áreas afins.

Ressaltamos aqui que essa afirmação é possível devido ao acompanhamento realizado pela equipe gestora do quantitativo de certificados de para profissionais técnicos de nível médio. A Figura 1 mostra claramente a evolução da emissão de certificados no contexto de atuação do CEP-ETP. Para além da necessidade de atenção inicial com o processo de abertura de vagas, o compromisso da comunidade escolar é com o cuidado integral ao estudante e a criação colaborativa de intervenções pedagógicas que ajudem na sua permanência e conclusão de curso.

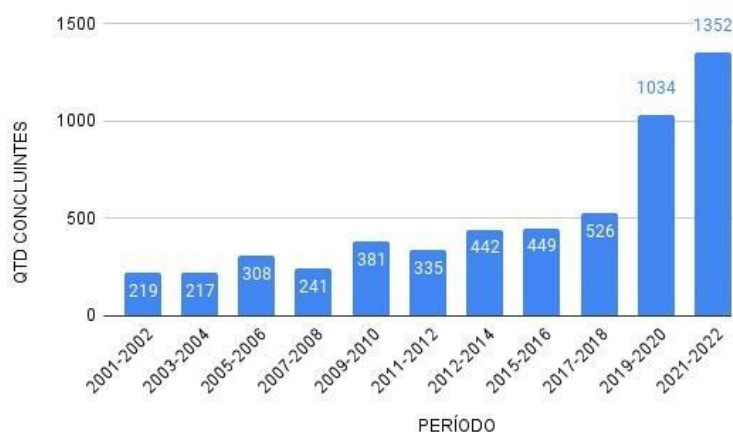


Figura 1. Evolução da emissão de certificados no contexto de atuação do CEP/EPT, no período 2001-2022.

Ao analisar a Figura 1, podemos inferir que a Meta 11, do Plano Distrital de Educação (PDE), para o CEP-ETP foi atendida,

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 75% da expansão na rede pública, priorizando a educação integrada ao ensino médio (GDF, 2015,. p. 37).

Observe os dados do triênio 2012-2014, em que aconteceram as discussões do PDE (2014), do biênio 2015-2016 ano de publicação do PDE (2015) e do biênio 2021-2022, que são os últimos dados existentes, o quantitativo de certificados emitidos foi respectivamente de 442, 449 e 1352, neste intervalo o aumento de diplomas expedidos foi de aproximadamente 301%. Essa ocorrência pode ser devido ao fato de a SEEDF ter possibilitado a participação em programas que favoreceram a unidade escolar ir além dos muros da mesma. Outro fator importante a ser ressaltado é o início da oferta de cursos na



modalidade de Educação a Distância (EaD). Ambas possibilidades encontram-se pautadas nas estratégias para alcançar a Meta 11, como por exemplo, estratégia 11.4 que trata de instituição de novos espaços que possivelmente estavam ociosos no turno da oferta; ou estratégia 11.5 que trata de da promoção e coordenação, intersetorialmente, instituição de novos espaços que possivelmente estavam ociosos no turno **em questão, geralmente, noturno.**

3.3. Comunidade Escolar

É recorrente o entendimento de que a comunidade de uma escola seja o grupo de pessoas que vive ao seu redor da instituição, ou que se relacione com ela de alguma forma, mantendo vínculos mais ou menos próximos. Assim, a relação escola- comunidade é uma relação, em que ambas, de maneira interdependente e autotransformadora, devem requerer visibilidade e transparência da participação tanto da escola quanto da comunidade no processo de educação de qualidade. Para Martins (2010, p. 313):

Todo o grupo precisa de um líder e, nesse momento, o papel do diretor gestor é fundamental. Por meio da reflexão, ele tem que impulsionar o seu grupo a pensar, a rever as práticas, a analisar as relações entre os pares, a reavaliar o ambiente de aula, a participação dos pais, o envolvimento de todos os setores da escola, a leitura que a comunidade faz da instituição, e assim sucessivamente. Quando uma instituição opta por esse caminho, passa a reconstruir seu cenário e seus partícipes são motivados a encarar a mudança. No princípio é difícil, custoso e gera muitos conflitos.

Já o artigo 2º da LDB afirma que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado cabendo aos pais, na idade própria, matricular seus filhos na rede escolar, cumprindo ao Estado a responsabilidade de oferecer vagas e condições adequadas de ensino. Segundo este mesmo artigo as bases, ou seja, os pilares, os alicerces da Educação Brasileira são:

- a. Os “princípios de liberdade”, ou seja, o respeito dos direitos individuais;
- b. Os “ideais de solidariedade humana”, ou seja, a busca da equidade e da justiça social, no atendimento dos direitos coletivos.

Assim, a escola, além de respeitar a individualidade das pessoas, deve empenhar-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Quanto aos fins da educação, a LDB menciona três grandes objetivos a serem atingidos em relação aos alunos:

- a) seu pleno desenvolvimento da pessoa do educando. Trata-se, pois, do compromisso com o crescimento físico, emocional, intelectual, moral e espiritual



das crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam a escola;

- b) sua preparação para o exercício da cidadania. Não se trata de ensinar apenas o conceito de cidadania. Preparar para o exercício da cidadania é criar oportunidades educativas que propiciem a prática e a vivência da cidadania por parte dos educandos e educadores;
- c) sua qualificação para o trabalho. A qualificação para o trabalho na Educação Básica não pode ser confundida com o ensino de uma profissão (Educação Profissional). Trata-se do desenvolvimento de conhecimentos e valores, hábitos e atitudes, que contribuam para o educando ingressar, permanecer e ascender no mundo do trabalho.

Entendendo dessa maneira fica clara a relação dialética entre a escola, a comunidade e o mundo do trabalho. Superar o histórico de fragmentação, improvisado e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje implica reconhecer que a docência é muito mais que mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processo de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente.

Para habilitar o estudante a atuar construtivamente no mundo do trabalho superando as expectativas requeridas pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso assumir outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho autônomo, colaborativo e criativo, construir a autonomia progressiva dos estudantes e participar de projetos interdisciplinares. Assim, é mister que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e colaborativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que compreenda as relações dinâmicas do mundo do trabalho, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar.

Assim, o docente do CEP-ETP se constitui como um agente fundamental no processo educacional. Conhecer a realidade, manejar conceitos, apresentar informações, são bases necessárias para o desenvolvimento humano e profissional do estudante. Assim, é fundamental que o docente do CEP-ETP se sinta apto, motivado e apoiado para coordenar o processo ensino-aprendizagem no contexto da sala de aula.



Em função dessa presença qualitativa do docente na coordenação do processo ensino-aprendizagem no contexto da sala de aula, os dados coletados no CEP-ETP até o presente momento apontam para uma sensível redução da evasão escolar, bem como para o alto grau de satisfação do estudante com a formação alcançada. Por outro lado, alguns pontos de estrangulamento ainda desafiam a comunidade escolar, quais, sejam:

- a) a rotatividade do corpo docente (os profissionais, ao serem aprovados em outros concursos, rompem seus contratos com a SEEDF);
- b) dificuldade de acesso à escola (20% dos alunos residem em localidades distantes).

Em relação à ambiência escolar, o CEP-ETP constitui-se como um lugar prazeroso para a comunidade escolar. Nesse convívio salutar são desenvolvidas atividades pedagógicas de excelência e as pessoas interagem positivamente. Além dos gestores, docentes e estudantes, os demais profissionais que trabalham na escola realizam atividades importantes para propiciar um ambiente favorável ao processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, a instituição se coloca como parte importante do processo educativo, entretanto, reconhece que a aprendizagem é um processo complexo que vai muito além do que os domínios da escola. Assim, para manutenção dessa ambiência favorável à educação profissional, a gestão democrática da instituição prioriza uma relação permanente e dialógica com a sociedade, o que abre possibilidades de formação inicial e continuada para todos os membros da comunidade escolar.

Entretanto, ainda há desafios para serem superados, como algumas dificuldades que foram indicadas pelos estudantes em relação à questão de sua permanência no curso técnico:

- lidar com as demandas da formação profissional e, ao mesmo tempo, desenvolver as atividades relativas ao ensino médio em curso, ao exercício profissional e/ou atribuições familiares;
- lidar com as dificuldades financeiras para a aquisição de materiais didáticos de uso individual, alimentação e/ou outros custos individuais;
- lidar com a inaptidão para o exercício profissional na área para a qual foi selecionado para estudar na instituição;
- falta de docentes e/ou de outras condições necessárias para que o desenvolvimento dos cursos técnicos;
- dificuldades de transporte, especialmente para estudantes que moram distante e



dependem de duas conduções para chegar até a unidade escolar, ou ainda para aqueles cujo transporte coletivo não dispõe de horário compatível com o início/término do turno letivo.

4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A LDB (BRASIL, 1996) destaca a educação como sendo constituída de processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, além de estabelecer vínculo criativo ao tripé dialético educação escolar-mundo do trabalho-prática, buscando ressaltar a necessidade imperiosa do pleno desenvolvimento do educando pela aprendizagem contínua de competências, habilidades e valores no e para o exercício autotransformador da cidadania e qualificação profissional.

Diante dessa complexidade, as transformações sociais nos últimos anos exigem mudanças no fazer diário da unidade escolar e nos processos pedagógicos que são desenvolvidos por ela. Pensar em qualidade de ensino, diante da complexidade de nossa sociedade, não se limita mais a gerenciar em espaços adequados e bons professores. Atualmente, um ensino de qualidade pressupõe o estabelecimento de relações democráticas e dialógicas, além do conhecimento da realidade na qual a escola está inserida.

Nessa perspectiva, o CEP-ETP exerce a sua função social ao garantir à comunidade escolar, as condições necessárias para o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de construção de saber autotransformador. Para tanto, as ações pedagógicas estão centradas no sujeito que aprende, explorando-se a problematização da realidade em que este sujeito está inserido e o protagonismo do estudante no processo de resolução de problemas.

Propõem-se, assim, uma Educação Profissional e Tecnológica que atue como uma comunidade de aprendizagem, em que os jovens desenvolvam uma cultura para o trabalho e demais práticas sociais inerentes ao exercício de sua profissão. Ao realizar essas atividades, poderão explorar interesses vocacionais, além de perspectivas pessoais e de organização social. Ao mesmo tempo, construirá sua autonomia, ao problematizar a realidade, concretizar projetos de vida, de trabalho e de sociedade.

O mundo contemporâneo, em constante processo de transformação e de inovação tecnológica e suas conseqüentes alterações no âmbito do mundo do trabalho, demanda a



construção de um projeto de Educação Profissional e Tecnológica que supere a dualidade entre ensino propedêutico e o ensino técnico, de forma a deslocar o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para o do desenvolvimento humano, tendo como dimensões indissociáveis a aprendizagem, a cidadania, o trabalho, as comunicações, a ciência e a tecnologia, entre outras.

Portanto, o indivíduo deve ser capaz de atuar prática e intelectualmente no trabalho, dominando ainda as tarefas específicas, as formas de organização e a gestão do trabalho e compreendendo as relações sociais mais amplas que constituem a sociedade, na qual exerce as funções de produtor e de cidadão. Assim, no CEP-ETP a aprendizagem é vista como um processo socialmente construído por meio da participação intensa da comunidade escolar, do diálogo, da troca de experiências e significados e da colaboração entre as pessoas, o que implica em participação proativa do estudante.

Em função desta percepção do sujeito que aprende, a escola tem vivido uma contradição: atender aos interesses da classe dominante, oferecendo o conhecimento sistematizado, preparando o cidadão para o mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, acompanhando as transformações sociais, buscando favorecer a sociabilidade do conhecimento, estendendo-se para além da sala de aula e dos muros físicos e ideológicos impostos pelo poderio econômico. A educação profissional representa claramente esse conflito, uma vez que sua função satisfaz os interesses mercadológicos, mas pode assumir um papel estratégico na formação de cidadãos conscientes, portanto, superando suas dicotomias da educação profissional.

É importante lembrar que a instituição escolar que conhecemos hoje emerge no bojo da Revolução Francesa com o propósito de ser pública gratuita e para todos, mas acaba sendo usada como instrumento de controle dos oprimidos e fortalecimento do sistema capitalista em todo o mundo. Dessa maneira, podemos observar que a escola pública tem vivido uma grande contradição desde a sua criação: do ponto de vista do capitalismo, a escola deve formar bons profissionais para atender às demandas do mercado de trabalho; do ponto de vista da sociedade, ela deve acompanhar as transformações sociais, buscando formas de favorecer a sociabilidade do conhecimento, de ramificar-se, de estender-se além da sala de aula e perpassa os muros físicos e ideológicos impostos pelo poderio econômico.

Assim, a cultura é entendida como uma construção coletiva e histórica, considerando



o homem em suas diversas dimensões no âmbito da sociedade. Nesse sentido, a compreensão de cultura enfoca a cultura como forma de vida ou como modo de vida, sendo um constitutivo social em processo de transformação permanente, atrelada aos movimentos e às mudanças da história e da sociedade. Assim, a perspectiva cultural se constitui como uma rede de significados que dão sentido ao mundo do entorno de cada sujeito.

Ao reconhecer que a cultura é resultado dos significados construídos por uma sociedade, observamos a desconstrução de um conceito que vincula a cultura apenas à elite pensante ou a um determinado grupo social. Portanto, a visão de cultura condiz com o ideário de desenvolvimento local proposto pelo processo de interiorização da educação profissional e tecnológica, pois garante à escola a possibilidade de apropriação da realidade do entorno, além de apontar para uma perspectiva de diálogo com a comunidade. Essa é uma dimensão importante da função social de uma escola, tendo em vista o fato de corroborar com o reconhecimento à diversidade e necessidade de formar cidadãos capazes de conviver, respeitar e se reconhecer diante das diferentes histórias dos povos.

Conforme discutimos anteriormente, a escola foi criada para servir como instrumento de manutenção de um projeto societário em que prevalecia a ideologia burguesa. No entanto, sabemos que ela desempenha um papel importante na sociedade, pois ela também pode servir como meio de luta, de esperança e de libertação do indivíduo.

Assim, a escola é colocada, ao longo da história, em um movimento contraditório. A quem ela serve? Qual o seu papel diante do capitalismo? Qual a função social da escola no contexto atual? Que escola almejamos?

Nesse contexto, vislumbramos a possibilidade de consolidar um projeto de sociedade capaz de reduzir as injustiças sociais, romper com as dicotomias de classes e de superar a estratégia de formação de mão de obra voltada para atender ao mercado de trabalho. O desenvolvimento de uma proposta pedagógica para além dos interesses do capital pode constituir uma nova identidade para a escola do século XXI, tendo como precursora a educação profissional e a proposta de formação humana integral.

Sendo assim, a função social do CEP-ETP é oferecer educação profissional de qualidade referenciada socialmente e de tessitura político-pedagógica capaz de articular ciência, pesquisa, ensino, extensão, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização



do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais. Desse modo, o CEP-ETP contribui para uma formação omnilateral que nos favorece nos mais variados âmbitos, o (re) dimensionamento qualitativo das práxis social.

5. MISSÃO, VISÃO e VALORES

5.1. Missão

A missão de uma organização, seja ela qual for, deve favorecer a orientação e delimitação da ação organizacional, a qual deve ser definida para um intervalo de tempo período esse em que são comunicados valores, crenças, expectativas, conceitos e recursos que perpassam no desenvolvimento do trabalho organizacional.

Assim, podemos inferir que a missão atribui sentido a tudo o que as pessoas fazem no cotidiano, determinando o motivo central do planejamento institucional, da sua “razão de ser”, correspondendo a um horizonte dentro do qual a organização atua ou poderá vir atuar.

Apesar da missão de uma organização ser de extrema importância, no nosso caso, Instituição de Ensino, raramente é compreendida. Acreditamos que não deve ser simplesmente um enunciado ou frase de efeito, destinada a ornamentar salas, em um cartaz, mas sim, corresponder aos propósitos da equipe. Logo, é necessário determinar qual a razão de ser da organização, por que ela existe, e, ainda, que tipo de atividade deverá orientar seu futuro.

Diante do exposto, a missão do CEP-ETP é a de promover educação profissional e tecnológica pública de qualidade, por meio da integração de atividades de ensino, extensão e pesquisa com vistas à formação integral e emancipatória de jovens e adultos críticos e reflexivos, com conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos, comprometidos com o mundo do trabalho e com a busca de soluções criativas para a sustentabilidade humana.

5.2. Visão

A visão de uma organização consiste em idealizar o futuro desejado para a mesma. Deve ser clara e permanentemente publicizada à comunidade, transmitindo a essência da Instituição no tocante aos seus propósitos, ao escopo de suas atividades e sua liderança competitiva, provendo a estrutura que regula suas relações institucionais e mercadológicas, além dos objetivos gerais de desempenho.

Sabemos que a visão descreve o estado de futuro que apesar de ousado, ambicioso,



deve ser exequível, realizável, ou seja, factível, que deve ser ao mesmo tempo, para os servidores, instigante e desafiante, despertando-lhes o desejo concreto de somar forças na busca desse sonho datado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização, ou seja nossa Instituição de Ensino.

Notadamente, trata-se de um lema motivacional que tem por objetivo criar uma imagem que desafie e mobilize todos os colaboradores envolvidos na construção de uma instituição como centro de excelência. Seu enunciado deve ser claro, envolvente, fácil de memorizar, compatível com os valores da instituição. Cabe à liderança do CEP-ETP a responsabilidade de proporcionar significado prático e proativo à visão estabelecida. *Dessa forma, a visão do CEP-ETP é a de consolidar-se como instituição reconhecida pela referência e excelência em educação profissional, especialmente nos eixos: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança, tendo o trabalho colaborativo, a extensão e a pesquisa como base do processo educativo.*

5.3. Valores

Geralmente, os valores traduzem as crenças da instituição que reage às relações sociais, transformando em realidade o pensamento estratégico; são dogmas, ou seja, princípios inquestionáveis, duradouros e basilares da organização de tal modo que sejam relevantes para todos os envolvidos. Toda organização que deseja implementar seu planejamento estratégico deve demonstrar com clareza os valores que orientam sua gestão estratégica.

É preciso identificar, explicitar e divulgar os valores fundamentais da instituição, bem como as crenças que norteiam a sua vivência diária. Na construção das bases da gestão estratégica, foram identificados 08 (oito) valores que personificam as crenças de todos os que trabalham no CEP-ETP e são de extrema importância na sustentação do desenvolvimento da nossa unidade escolar.

Assim, o CEP-ETP espera gerar maior valor agregado à sociedade, além de cumprir sua missão institucional e se aproximar de sua visão de futuro. Diante do exposto, a equipe do CEP-ETP acredita que a Missão da unidade escolar pode ser consolidada a partir da Visão que se tem dela, pautada na vivência plena dos seguintes valores:

- ✓ Ética;



-
- ✓ Solidariedade;
 - ✓ Eficiência;
 - ✓ Respeito às diferenças;
 - ✓ Compromisso com educação profissional de qualidade;
 - ✓ Educação humanizada;
 - ✓ Sustentabilidade (social, ambiental e econômica);
 - ✓ Centralidade no sujeito que aprende.

6. FUNDAMENTAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS

De acordo com Afonso e Gonzalez (2016), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se constituiu histórico-culturalmente a partir da confluência de diferenciadas concepções de formação. Uma das vertentes teóricas hegemônicas foi a concepção de uma formação profissional e tecnológica subserviente aos anseios mercadológicos de uma prática social capitalista e hierarquizada, aos arranjos produtivos focado na alienação do trabalhador e expropriação de sua força de trabalho e ao modelo de desenvolvimento econômico ancorado em pouca ou quase nenhuma mobilidade social, apresentando como resultante a constituição de um profissional predominantemente tecnicista, pragmático e comprometido com a estratificação social e especialização tecnológica. Outra que se constituiu como possibilidade de superação teórico-metodológica para a implementação colaborativa e plural de uma formação profissional humanista, heurística e politécnica, contributiva de uma formação profissional com foco na formação integral do cidadão. Para Oliveira e Machado (2013), apesar das notórias contradições em sua história, a legislação e documentação vigente apontam para a instituição de uma educação profissional comprometida com uma formação humana, integral e politécnica.

Diante dessa possibilidade de atuação pedagógica, no contexto da Educação Profissional e Técnica temos que um dos objetivos é qualificar o educando para o exercício de funções requeridas pelo mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências específicas. Para tanto, o ser humano precisa ser entendido como um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável



=====

complexidade de sua presença.

Entretanto, no contexto da sociedade atual, a escola é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções diversas que, por muitas vezes, ofuscam sua função social. Pois, além da função de instituir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de cuidar e acolher jovens e adultos, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas, de autogerir e se administrar, de auto avaliar, de ajudar a formar seus próprios docentes, de avaliar projetos e de abordar a importância ao longo de toda a vida (ALARCÃO, 2001).

A Educação Profissional e Tecnológica na atividade educativa pauta o Currículo que enfatiza a formação humana do cidadão como busca de emancipação, o sujeito que pensa sua atividade profissional e domina os pressupostos científicos e tecnológicos do seu fazer profissional. Vale alertar sobre um planejamento articulado que atenda ao proposto no artigo 36-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sobre uma Educação Profissional para além do treinamento e do mero assistencialismo. Cabe aqui dizer que avaliar tais práticas implica em uma organização comprometida com um novo paradigma.

Segundo as Diretrizes da Educação Profissional (2013), deve haver flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente de seus cursos, currículos e programas, garantindo, porém, identidade, utilidade e clareza na identificação dos perfis profissionais de conclusão de seus cursos, programas e organizações curriculares. O compromisso com uma formação profissional implica que as instituições educacionais adotem em todas as modalidades. Esses desenhos buscam a integração por meio de mecanismos como a criação de eixos integradores do curso para viabilizar a integração de formação básica com a formação profissional, mediante as áreas do conhecimento, dimensões articuladoras e sua funcionalidade na integração entre as áreas, suas abordagens metodológicas (ensino-aprendizagem) e avaliação, visando atender efetivamente um perfil social e laboral. Trata-se de procurar garantir o compromisso entre a qualidade de ensino e a aprendizagem das novas gerações, apontando para uma reflexão significativa da sociedade. Vale ressaltar que a compreensão do termo modalidade de educação neste documento é rigorosamente vinculada àquela registrada no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no seu Título II, capítulo II, Seções I a IV.

Ao situar unidades curriculares e cursos isolados em uma abordagem relacional,



superando enquadramentos e classificações, abrem-se maiores possibilidades para que os estudantes entendam suas aprendizagens e saberes. Ao pensarmos a questão do currículo é primordial estabelecer relações interdisciplinares, a saber: Multidisciplinar, Interdisciplinar e Transdisciplinar.

Daí a necessidade de um trabalho de equipe realmente pluridisciplinar. A postura interdisciplinar implica mudança de paradigmas, no sentido de dialogar com os saberes e estabelecer uma relação com o conhecimento socialmente produzido. Como pressuposto para este trabalho, a construção de um relacionamento ativo e crítico de professores, estudantes, conhecimento e transdisciplinaridade adota um fluxo sem direções, hierarquias, mas aplicado ao paradigma rizomático do saber. Tais olhares metodológicos consolidam a prática educativa na Educação Profissional.

A Educação Profissional e Tecnológica pode ser entendida a partir de três dimensões interdependentes, quais sejam: a formação para atuação no mundo do trabalho; a complexidade do sujeito que aprende e a formação para o exercício da cidadania. Neste sentido, para a implantação dessa nova concepção educacional, é fundamental considerar alguns pressupostos:

- a) O **ponto de partida é o sujeito educando**, percebido nas suas múltiplas dimensões, das quais se destacam a sua identidade como jovem ou adulto, trabalhador e cidadão, que se afirma a partir dos referenciais de espaço, tempo e a sua diversidade sociocultural.
- b) O **trabalho como princípio educativo** é, essencialmente, uma concepção fundamentada no papel do trabalho como atividade vital que torna possível a existência e a reprodução da vida humana e, conseqüentemente, da sociedade. Assim, é fundamental para a sua compreensão, a superação das falsas dicotomias entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum e entre teoria e prática. Por essa perspectiva, a articulação entre ciência e tecnologia é determinante para a integração entre a Educação Básica e Profissional.
- c) **As novas demandas de formação do trabalhador**. A introdução de novas tecnologias e técnicas de gestão aponta para uma formação integral dos trabalhadores, considerando: maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; proatividade, sociabilidade e liderança; capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e



inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo, consciência dos próprios direitos; capacidade de tomar decisões.

- d) **Relação entre currículo, trabalho e sociedade.** O currículo deve ser construído a partir do conjunto das relações sociais estabelecidas pelos trabalhadores, setor produtivo e a sociedade. Nessa construção, é necessário se levar em consideração os conhecimentos, as experiências dos sujeitos bem como suas diversidades. O currículo precisa expressar essas relações nos seus princípios, programas e metodologias e não se constituir apenas como uma série ordenada de objetivos educacionais descontextualizados.

6.1. Fundamentos Ético-Pedagógicos

Ao ser criado o Centro Educacional Profissionalizante de Saúde (Resolução n.º 5.801, de 3 de março de 1997), hoje Centro de Educação Profissional-Escola Técnica de Planaltina, Portaria N.º 23, de 05 de fevereiro de 2018), vinculado a SEEDF, elegeu-se a oferta da educação profissional e tecnológica em nível médio nas modalidades presencial e a distância como sua principal finalidade e, como objetivo, a formação e qualificação dos cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, oferecendo educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade focada nas demandas sociais e no desenvolvimento local e regional e distrital.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), bem como o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n.º 13.005/2014) e o Plano Distrital de Educação (PDE - Lei n.º 5.499/2015) reiteram a educação como instrumento de garantia de direitos e de melhoria das condições de vida da população distrital.

Neste projeto de educação pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade, está previsto que o CEP-ETP apresente uma visão sistêmica de educação, de território e de desenvolvimento pessoal e profissional. Trata-se da formação humanística para o mundo do trabalho, valorizando o compartilhamento de conhecimentos científicos e culturais, onde cada ator do processo de ensino e de aprendizagem colabora com o outro na construção do conhecimento.

6.2. Fundamentos Epistemológicos

Considerando que a educação, em todos os seus níveis e modalidades, deve ser



encarada como referencial permanente de formação integral que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento integral do ser humano, orientado por valores de justiça social, equidade, solidariedade, colaboração, gestão democrática, respeito, transparência e probidade pública, com vistas a preservação da dignidade e a desenvolvimento de ações junto à sociedade com base nesses mesmos valores. Neste sentido, a Educação Profissional e Tecnológica pressupõe, a formação intelectual e humana, ampla o suficiente para permitir o domínio crítico de métodos analíticos e de múltiplos códigos e linguagens para consolidar uma base sólida para a construção colaborativa, contínua e eficiente de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores que podem ser utilizados na vida em sociedade e no mundo do trabalho.

A educação profissional tem o compromisso de romper com a dualidades estruturais, comumente expressas nas relações entre formação técnica-formação humana e entre teoria-prática, que se constituem como integrantes indissociáveis para essa modalidade educativa nos seus diferentes níveis e em especial em nível médio. Tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e técnico-instrumentais, respaldando uma concepção de formação profissional integral e integrada que só se efetiva integralmente quando fundamentada nas dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia e na relação teoria e prática.

6.3. Fundamentos Didático-Pedagógicos

A proposta de formação do CEP-ETP é que os projetos pedagógicos dos cursos, Planos de Cursos, contemplem a integração curricular para que o processo de ensino e aprendizagem se configure por práticas que privilegiem o protagonismo estudantil e o diálogo interdisciplinar em que se espera que, por meio da interlocução criativa entre teoria e prática, entre as áreas de conhecimentos, os saberes e fazeres, favoreçam o desenvolvimento do pensamento autônomo, reflexivo, crítico e criativo dos estudantes.

Essas concepções visam superar a fragmentação do conhecimento e de segmentação da organização curricular, por meio de metodologias, práticas pedagógicas e estratégias que colaborem com o estudante na construção e desenvolvimento de competências, habilidades, valores, atitudes, saberes e fazeres, necessários ao exercício profissional e a cidadania, favorecendo-lhe o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho e a tecnologia, tendo como princípios essenciais: integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e se possível educação superior, tendo em vista o contexto,



arranjos produtivos e vocações locais, distritais e regionais; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; o currículo integrado e a interdisciplinaridade como base de organização curricular e pedagógica; indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; flexibilidade na construção de itinerários formativos, segundo interesses dos sujeitos e claro dentro das possibilidades das instituições educacionais; organização curricular com foco o perfil profissional de conclusão do curso; a avaliação como caráter formativo; dentre outros fundamentos que reforçam a perspectiva da formação integral do estudante.

Nesse contexto, os planos dos cursos devem buscar contemplar inovações pedagógicas significativas, principalmente em relação a mecanismos de integração curricular e quanto à flexibilidade dos componentes curriculares e oportunidades diferenciadas de integralização do curso por meio dos itinerários formativos

7. OBJETIVOS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional, da Educação Básica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar estudantes e profissionais críticos para o exercício autotransformador de profissões, contribuindo para que o cidadão se insira e atue no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

7.1. Objetivo Geral

Qualificar as possibilidades de exercício comprometido, responsável e criativo de atividades produtivas por parte dos egressos, promovendo interação autotransformadora entre escola, mundo do trabalho e sociedade, a partir do desenvolvimento do processo educativo que valoriza a assunção de competências, habilidades, valores e atitudes específicas aos eixos tecnológicos em que o CEP-ETP desenvolve sua prática pedagógica.

7.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades locais, regionais e nacionais.
- Promover educação profissional, principalmente, nos eixos tecnológicos de: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e



Comunicação; e Segurança, nos níveis de qualificação profissional, técnicos e pós-técnicos, em conformidade com a legislação vigente.

- Desenvolver habilidades socioemocionais nos estudantes necessários à cidadania e ao exercício profissional na contemporaneidade.
- Diagnosticar a situação atual da necessidade da oferta de cursos, diversificando-os conforme opções e demandas constituídas no mundo do trabalho local, regional e federal.
- Promover a educação profissional em nível de qualificação profissional, técnico de nível médio e pós-técnico nas modalidades presencial, modalidade híbrida com a educação online e a distância, considerando os aspectos teóricos das unidades curriculares e contribuindo para as discussões inerentes às atividades presenciais desempenhadas nos laboratórios do CEP-ETP e das Unidades Remotas ou das atividades práticas supervisionadas ocorridas.
- Criar cursos de qualificação profissional, técnicos, pós-técnicos e itinerários formativos de acordo com as confluências das forças socioeconômicas e culturais da comunidade local e RIDE.
- Desenvolver processos de formação continuada e educação técnica de nível médio no âmbito dos programas dos governos: federal e distrital.
- Oportunizar e oferecer qualificação profissional continuada e em serviço para os trabalhadores em educação e em saúde.
- Estabelecer métodos de acompanhamento e avaliação do processo didático-pedagógico.
- Sensibilizar a comunidade escolar sobre os pressupostos de Educação Profissional e Tecnológica.
- Criar condições para que o estudante se insira no processo de aprendizagem a partir de proposta crítica e humanizada.
- Reestruturar o currículo dos cursos ofertados pelo CEP-ETP.
- Utilizar recursos das novas tecnologias digitais como apoio, complementação e estratégia de formação em todos os cursos.
- Inserir em todos os cursos novas práticas didáticas tais como Aprendizagem Baseada em Problemas, Pedagogia de Projetos, Educação a Distância, entre outros, que contribuam para a melhoria do processo de aprendizagem.



- Implementar e divulgar cursos de especialização em nível médio nas áreas concernentes aos eixos tecnológicos.
- Oportunizar o desenvolvimento associado da teoria e da prática, no processo pedagógico, incluindo o acesso ao curso pela flexibilização curricular e metodológica, permitindo ao aluno a continuidade dos estudos quanto aos seus interesses e possibilidades.
- Fomentar o desenvolvimento de competências e habilidades favorecedoras do exercício do empreendedorismo junto aos jovens e adultos do CEP-ETP.
- Viabilizar o desenvolvimento de competências, habilidades e valores profissionais para o desempenho sustentável de papéis produtivo diretamente relacionado com a ocupação de Técnico em Enfermagem, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Segurança no Trabalho, Técnico em Administração, Técnico em Logística, Técnico em Controle Ambiental, Técnico em Informática, Técnico em Libras, Técnico em Registros e Informações em Saúde e Técnico em Secretaria Escolar.
- Promover à comunidade escolar atividades e momentos de reflexão sobre o respeito às diferenças pessoais, culturais e étnicas.
- Promover atividades pedagógicas que favoreçam a compreensão de valores e de cidadania, bem como o respeito às diversidades e às liberdades individuais.
- Buscar o desenvolvimento de estruturas cognitivas necessárias às aprendizagens significativas e a assunção de competências necessárias para a atuação profissional pretendida.
- Incentivar o estudante a tornar-se progressivamente autônomo para que pratique a interação responsável e comprometida na resolução de conflitos.
- Proporcionar condições para que o estudante se desenvolva de maneira integral no âmbito escolar e social.
- Mobilizar a sociedade civil, com vistas à articulação e parcerias para que as ações de Educação Profissional e Tecnológica estejam conectadas com as demandas sociais.
- Estabelecer relações com as diversas instituições públicas e privadas, visando o fortalecimento de parcerias na oferta de Educação Profissional e Tecnológica.
- Estabelecer parcerias junto aos órgãos de Educação, Saúde, ONG's, OCIPS, entre outros, para o desenvolvimento de projetos específicos dos eixos tecnológicos: Ambiente



e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança.

- Definir e implementar sistemática de acompanhamento de egressos.
- Viabilizar junto a comunidade escolar momentos de reflexão e de atitudes críticas frente aos problemas ambientais, culturais e sociais.
- Promover processos de tomada de consciência junto à comunidade escolar sobre a importância da preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Aprimorar conhecimentos para aplicação de normas de higiene pessoal e ambiental.
- Incentivar a criação e proposição de novos cursos de formação profissional, sejam eles de qualificação, técnico de nível médio ou pós-técnico, em todas as modalidades da educação pública do Distrito Federal, enfatizando a importância do itinerário formativo para o estudante que busca na Educação Básica a possibilidade de acesso ou permanência no mundo do trabalho.
- Expandir as atividades de extensão com a inserção da educação para saúde em comunidades carentes, escolas, bem como realização de palestras, oficinas, projetos de ação comunitária principalmente nos eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança.
- Possibilitar e incentivar as práticas de estágio curricular supervisionado e práticas do estágio extracurricular ocorridas em instituições parceiras.
- Incentivar atividades de extensão e pesquisa nas áreas concernentes aos eixos tecnológicos.
- Fomentar a pesquisa científica junto aos estudantes e servidores, buscando inclusive apoio externo seja na FAP-DF e, ou Universidades e, ou Secretarias de Estado e, ou Ministérios dentre outros órgãos que possam investir em pesquisa técnica e científica.
- Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com competências e habilidades para o exercício de atividades produtivas, específicas, principalmente, nos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança.
- Expandir as atividades de ensino, extensão e pesquisa com a oferta de palestras e oficinas, promovidas e, ou organizadas pela unidade escolar e, ou instituições parceiras, envolvendo os temas inerentes ao desenvolvimento comunitário como saúde pública,



meio ambiente, ações educativas, sociais, inclusivas, de segurança, dentre outras.

- Oportunizar a capacitação dos docentes para atuarem no desenvolvimento de competências e habilidades juntos aos estudantes, a partir da utilização de metodologias e tecnologias ativas e inovadoras.
- Possibilitar a oferta de atendimento especializado por meio de projetos pedagógicos interventivos que visem sanar as dificuldades apresentadas por estudantes que apresentam defasagem em relação às competências, habilidades e valores necessários ao seu processo de profissionalidade.
- Possibilitar a oferta de atendimento especializado e de qualidade ao estudante PCD.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

Entre os princípios da Educação Profissional e Tecnológica podemos destacar a necessidade crescente de articulação junto ao setor produtivo para a construção colaborativa e criativa de itinerários formativos, o que pode favorecer o desenvolvimento socioeconômico dos arranjos produtivos locais. Para tanto, faz-se necessário que cada instituição de ensino construa uma ambiência pedagógica em que o exercício da gestão democrática, do protagonismo, da avaliação institucional, da autonomia e da flexibilidade sejam contínuos na (re)construção de itinerários formativos que, de maneira autossustentável e criativa, favoreçam e fortaleçam processos de implementação de estratégias de colaboração entre as unidades escolares que ofertam a Educação Profissional e Tecnológica e a sociedade civil.

A Lei nº 13.415/2017 que altera a Lei nº 9.394/1996, para promover uma reforma curricular do Ensino Médio que aproxime as escolas das realidades dos estudantes e considere as novas demandas e as complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2018a). Essa nova arquitetura curricular fundamenta-se nos princípios de formação integral e incentivo ao exercício do protagonismo estudantil para, colaborativamente, construir sua trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Nesse contexto, assume-se a importância de que aconteça uma reflexão crítica e autotransformadora tanto do projeto de vida quanto o PPP da instituição. Assim:

por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que



assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (BRASIL, 2018a).

Diante dessa realidade, em qualquer organização curricular é preciso considerar pelo menos dois pontos básicos, a saber: não há neutralidade em sua constituição e sua existência está imbricada com o contexto social.

O currículo de uma instituição não é um instrumento neutro, pelo contrário, é carregado de intencionalidade e se organiza a partir da visão do mundo que os integrantes da comunidade escolar socializam. Assim, a construção do currículo de uma escola inclui a decisão coletiva sobre ideologia, ou seja, a unidade escolar identifica e desvela os constituintes ideológicos do conhecimento pedagógico escolar em que as ações pedagógicas estarão ancoradas. Esse processo de tomada de decisão deve ser plural, dialógico e colaborativo. Por isso, o segundo ponto básico diz respeito à assunção de que o currículo não existe em separado do contexto social em que está sendo produzido.

Diante ao exposto, a organização curricular, consubstanciada nos planos de curso, é prerrogativa e responsabilidade do CEP-ETP, nos termos do projeto político-pedagógico e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Assim, a Organização Curricular do CEP-ETP abrange todas as atividades educacionais desenvolvidas no ambiente escolar propiciando aos estudantes a formação de relações democráticas, solidárias, éticas e críticas na perspectiva de uma Educação Integral que valorize a diversidade, a sustentabilidade, a cidadania, a conquista e garantia dos direitos humanos. Neste sentido, podemos inferir que o planejamento das atividades pedagógicas deve ser elaborado pelos docentes, sob a coordenação de integrantes da equipe gestora e coordenadores pedagógicos. As Orientações Curriculares de cursos ofertados nas modalidades híbridas ou oferecidas à distância seguem os dispositivos legais referentes ao tema.

É importante ressaltar que a Organização Curricular no CEP-ETP é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Resolução CNE/CEB nº 3/2018, a Portaria MEC 1.432/2018, a Resolução CNE/CP nº 1/2021 e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal – CEDF e a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio



pele CEP-ETP compreende a formação prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2022).

O regime de ensino no CEP-ETP é de semestralidade e cada módulo é constituído pelo conjunto de unidades curriculares trabalhadas no semestre. A Educação Profissional na atividade educativa enfatiza a formação humana do cidadão como busca de emancipação, o sujeito que pensa sua atividade profissional e domina os pressupostos científicos e tecnológicos do seu fazer profissional.

Dessa maneira, a Organização Curricular do CEP-ETP é constituída sob o amparo da Lei nº 9.394/1996, que trata da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), das leis complementares de que trata o tema e das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo a mais recente, a Resolução nº 01/2012 (CNE, 2012), além das resoluções do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF). Assim, os referidos documentos consideram que a teoria e a prática profissional estão imbricadas em processos metodológicos que contemplam o saber conhecer, saber ser, saber fazer, saber conviver. As matrizes curriculares são organizadas de modo a favorecer a relação teoria e prática, valorizando as áreas de conhecimento.

Em consonância com a missão institucional as atividades práticas supervisionadas são elementos constituintes dos cursos ofertados pelo CEP-ETP e a implementação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Segurança e, Ambiente e Saúde se constituirá como um lócus privilegiado de ações de ensino, pesquisa e extensão, bem como fomento de ações pedagógicas interdisciplinares e fundamentais para o desenvolvimento da visão e dos valores do CEP-ETP.

As Diretrizes Curriculares Nacionais destacam que a formação técnica deve fundamentar-se no desenvolvimento de competências. O processo ensino-aprendizagem fundamentado por competências está relacionado com a mobilização, por parte dos estudantes, de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências para lidar com situações, problemas e dilemas da vida real, e sua certificação expressa legitimação social de pessoas que podem reivindicar junto aos conselhos pertinentes o reconhecimento para atuar como um profissional da área em



que foi diplomado. (GDF, 2014).

Segundo Aguiar e Ribeiro (2010), não se pode medir a competência de um estudante, ou seja, não é possível avaliar a competência diretamente, mas, esta pode ser inferida pelo desempenho, pela articulação de tarefas e valores, que darão a noção de competência profissional com base em padrões ou critérios definidos. Neste caso, é mister que uma instituição que organiza sua prática pedagógica em competências construa uma matriz de competências para orientar o processo de avaliação ao longo do itinerário formativo do estudante.

Sendo assim, no ano de 2015, foi desenvolvido no CEP-ETP, no espaço-tempo destinado à coordenação pedagógica, um curso de Formação Inicial e Continuada em que um grupo de trabalho assumiu o compromisso de elaborar uma matriz de referência para os cursos desenvolvidos pela instituição, tendo como referências a matriz utilizada pelo Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília.

O grupo assumiu o conceito de que a competência é desenvolvida pelo sujeito. Ou seja, a competência do sujeito não é um estado inato ou que se possa reduzir a certo conhecimento específico. Para Le Boterf (2003) a competência se dá em uma trama complexa de relações constituída pelo sujeito (sua biografia, processo histórico-sociocultural), pela sua formação educacional e pela sua experiência profissional. Neste caso, a competência se constitui como um saber fazer responsável e que é reconhecido pelos outros. Competência implica saber como mobilizar, integrar, construir e compartilhar conhecimentos, recursos e habilidades, em um contexto profissional determinado.

A Tabela 01 mostra a matriz de referência para a Educação Profissional do CEP-ETP enquanto que a Tabela 02 aponta os objetos de conhecimento – OC. Essas duas ferramentas servem de subsídio para o processo de elaboração das matrizes curriculares dos cursos ofertados pela instituição, bem como do planejamento e avaliação da prática docente em sala de aula.

Tabela 01. Matriz de referência para a Educação Profissional do CEP-ETP, elaborada pelo grupo de trabalho tendo como referências a matriz utilizada pelo Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília.



Matriz de referência para a Educação Profissional

Habilidades Competências	Interpretar			Planejar			Executar										Criticar		
	H1	H2	H3	H4	H5	H6	H7	H8	H9	H10	H11	H12	H13	H14	H15	H16	H17	H18	H19
C1	Domínio de diferentes linguagens.																		
C2	Compreensão dos fenômenos naturais da produção tecnológica e intelectual.																		
C3	Tomada de decisões ao enfrentar situações-problema.																		
C4	Construção de Argumentação consistente.																		
C5	Elaboração de propostas de intervenção na realidade.																		
C6	Intervenção na realidade com demonstração de ética, cidadania e valores, considerando a diversidade biopsicossocial como inerente a condição humana no tempo e no espaço.																		
H1	Identificar linguagens e traduzir sua plurissignificação.																		
H2	Identificar informações centrais e periféricas apresentadas em diferentes linguagens e suas inter-relações.																		
H3	Inter-relacionar objetos de conhecimento nas diferentes áreas.																		
H4	Organizar estratégias de ação e selecionar métodos.																		
H5	Selecionar modelos explicativos e prever resultados coerentes com estes modelos.																		
H6	Elaborar textos coesos e coerentes com progressão temática e estruturação compatíveis.																		
H7	Aplicar métodos adequados para a interpretação, análise e resolução de problemas.																		
H8	Formular e articular argumentos fundamentados nas Leis vigentes, em princípios e normas técnicas.																		
H9	Utilizar adequadamente as tecnologias voltadas ao letramento digital no contexto da ação profissional.																		
H10	Aplicar princípios de urbanidade e humanização no trato com as pessoas em seu contexto profissional.																		
H11	Realizar procedimentos operacionais.																		
H12	Fazer coleta, análise de dados e relatórios pertinentes.																		
H13	Realizar procedimentos relativos à campanhas educativas.																		
H14	Realizar inspeções de segurança e controle.																		
H15	Comunicar resultados, fatos e ocorrências fundamentados em princípios éticos.																		
H16	Participar de processos de avaliação de ações para a melhoria das atividades laborais.																		
H17	Avaliar possíveis soluções para uma situação-problema e considerar a mais adequada para a dada situação.																		
H18	Analisar criticamente a solução apontada para uma situação-problema.																		
H19	Considerar a diversidade de contextos na tomada de decisões.																		



Tabela 02. Objetos de conhecimentos para a Educação Profissional do CEP-ETP, elaborados pelo grupo de trabalho tendo como referências aqueles utilizados pelo Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília

OC1	<p>O ser humano como ser que convive - O Ser humano é por natureza um ser social, que convive, interage, transforma o mundo a sua volta e é por ele que é transformado. O profissional com formação nos Eixos Tecnológicos: Segurança e Ambiente & Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação - precisa constituir um corpo de conhecimentos, sócio, interativo e afetivo que favoreça o bem cuidar de si mesmo e do outro. Nesse sentido se faz necessário saber: <i>Por que somos seres sociais? Como as relações interpessoais podem contribuir para a convivência, qualidade de vida e do trabalho? Quais as contribuições da convivência para a vida saudável? Como a convivência pode contribuir para a qualidade do trabalho?</i></p>
OC2	<p>Sujeito, ética, trabalho - O sujeito enquanto ser que se constitui a partir das relações interpessoais e profissionais almeja o próprio bem estar e o bem estardo outro que o acompanha. No que concerne a formação profissional faz-se necessário que estas relações sejam pautadas por princípios éticos de conhecimento e reconhecimento comum tendo em vista que estes princípios corroboram com o respeito às diferenças e a limitações individuais sem se furtar ao reconhecimentos da importância de cada indivíduo para o desenvolvimento, crescimento e aperfeiçoamento tanto do trabalho coletivo quanto do bem cuidar dos indivíduos em suas necessidades e especificidades. Para tanto, algumas questões corroboram com estas discussões, quais sejam: <i>Como conviver com a diversidade nas práticas profissionais? Como as relações pertinentes à tríade sujeito, ética e trabalho podem favorecer a convivência humana? Como a ética respalda as práticas laborais?</i></p>
OC3	<p>Ambiente - A partir da concepção e do entendimento de que o sujeito que aprende se constitui enquanto meio ambiente em si mesmo e enquanto sujeito que compartilha um meio ambiente mais amplo corrobora com o entendimento de que cada ação que o sujeito desenvolve impacta tende a promover impacto na ação do sujeito e do ambiente a sua volta. Nesse sentido cumpre saber: <i>Como o Ser humano pode contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental? Porque cuidar do meio ambiente? Quais as contribuições das Boas Práticas Profissionais para o equilíbrio ambiental? Em que medida o meio ambiente está em conformidade com a saúde e com o bem-estar? Como se dá a relação entre gerenciamento de resíduos e serviços de saúde?</i></p>



OC4	<p>Saúde - A formação em saúde no contexto da educação brasileira perpassa pela compreensão dos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde - SUS (<i>universalidade, equidade e integralidade</i>) e dos princípios organizacionais (<i>regionalização e hierarquização, resolubilidade, descentralização, participação do cidadão e complementariedade do setor privado</i>). Nesse sentido, o percurso de formação do estudante perpassa pela compreensão acerca do que preconiza as ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde. Durante este percurso a formação avança para a compreensão e realização de procedimentos técnico-operacionais conforme o curso a ser realizado. Algumas questões podem favorecer o desenvolvimento do debate no percurso de formação em saúde escolhido pelo estudante, quais sejam: <i>O que é saúde? Como cuidar da própria saúde? Como os determinantes sociais influenciam na saúde? Quais são as dimensões da saúde? Qual a relação entre saúde e trabalho?</i></p>
OC5	<p>Segurança - O desenvolvimento da ação profissional perpassa pela compreensão e adoção de medidas que proporcionem a segurança do trabalhador, das pessoas com quem e para quem trabalha e da segurança ambiental. Nesse sentido é importante considerar os saberes voltados à apropriação de conhecimentos relativos à identificação e utilização de equipamentos de proteção individual e de equipamentos de proteção coletiva conforme a natureza dos procedimentos operacionais a serem desenvolvidos e considerando a natureza dos riscos potenciais relativos a agentes físicos, químicos e biológicos. A ação profissional técnica é regida por normas técnicas regulamentadas que devem ser observadas antes, durante e após a execução de procedimentos operacionais. Considera-se importante que o debate seja norteado por questões inerentes a: <i>O que é segurança? Como promover segurança na ação profissional? Qual a relação entre segurança e compromisso social? Qual a relação entre segurança e profissionalização?</i></p>
OC6	<p>Práticas profissionais e procedimentos técnicos - O desenvolvimento da ação profissional técnica de nível médio nos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde, tanto em empresas públicas quanto em empresas privadas, se faz em observância aos Planos Operacionais Padrão - POP. Os quais são específicos para cada ação desenvolvida pelos profissionais conforme a natureza da sua formação e setor de atuação. O que caracteriza a formação profissional é o conjunto de competências e habilidades específicas que precisam ser desenvolvidas. Nesse sentido, de acordo com a formação em desenvolvimento, o estudante precisa se apropriar de conhecimentos inerentes a: <i>O que são práticas profissionais? O que são procedimentos técnicos? Qual a importância de se compreender os procedimentos técnicos da profissão? Qual a relação entre práticas profissionais e desenvolvimento social? O domínio das boas práticas favorece a inserção no mundo do trabalho? Qual a importância da organização nos procedimentos técnicos? Como as práticas profissionais e procedimentos técnicos podem favorecer a constituição do sujeito que aprende?</i></p>



OC7	<p>Meios e métodos de comunicação. - A comunicação é meio pelo qual o sujeito compartilha, analisa, se apropria e divulga o conhecimento. A ação profissional exige do sujeito que seja conhecedor das linguagens utilizadas no contexto cotidiano, escolar e profissional, dentre as quais destacam-se a língua portuguesa, a linguagem científica aplicada ao campo profissional e a linguagem digital. Quanto às questões que norteiam a constituição deste objeto de conhecimento destacam-se: <i>Qual a importância da comunicação na atuação profissional? Como os meios e métodos de comunicação podem favorecer a compreensão e transformação da realidade no ambiente de trabalho? Como a comunicação pode contribuir para que o sujeito assuma a condição de protagonista da própria atuação profissional? Como os meios e métodos de comunicação favorecem a educação para a saúde?</i></p>
OC8	<p>Leis, resoluções e normas - Os profissionais com formações inerentes aos Eixos Tecnológicos Ambiente e Saúde e, Segurança desenvolvem suas ações profissionais sob o amparo de órgãos de classe tais como Conselho de Nutricionistas, Conselho de Enfermagem, Conselho de Odontologia, Conselho de Biomedicina, conselho de Engenharia e Arquitetura, dentre outros. Estas entidades funcionam sob o amparo de Leis Ordinárias, Complementares e Resoluções que amparam os direitos e deveres do Sujeito que presta serviços em suas áreas de atuação aos sujeitos que recebem estes serviços, considera-se neste processo a interação Ser Humano X Meio Ambiente. Nesse sentido se faz necessário que o exercício profissional seja pautado pela observância aos códigos de ética profissional, legislação trabalhista e legislação ambiental.</p>
OC9	<p>Materiais, equipamentos e instrumentos. - A realização de uma prática profissional com compromisso com o bem estar do Ser Humano e de Meio Ambiente requer que o profissional seja conhecedor de materiais, equipamentos e instrumentos inerentes ao seu exercício profissional. Nesse sentido destaca-se a necessidade de saber: <i>Como utilizar adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva - EPI e EPC; Quais as principais técnicas de preparação e manipulação de materiais e reagentes? Como diferenciar materiais, equipamentos e instrumentos quanto às suas finalidades, propriedades físicas, químicas e biológicas? Como implementar adequadamente as técnicas de higienização, acondicionamento e descarte conforme Plano Operacional Padrão - POP do setor de atuação profissional?</i></p>
OC10	<p>Educação ambiental, para a saúde e para a segurança. - Profissional com formação nos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde é, antes de tudo, um agente de educação que ao se apropriar de conhecimentos acerca de procedimentos e estratégias de ação profissional tendo em vista a saúde preventiva da pessoa humana e do meio ambiente precisa se empoderar do compromisso de compartilhar os seus conhecimentos tendo em vista o bem da coletividade. Acredita-se que algumas questões nesse sentido se fazem <i>necessárias, por exemplo:</i> <i>Qual a importância da educação ambiental, para a saúde e para a segurança para que o sujeito que aprende possa melhor conviver com os seus semelhantes e com o meio ambiente?</i></p>



OC11	Cultura - O Ser Humano é por natureza um ser que constitui a sua existência envolto a conhecimentos e práticas apreendidas ao longo de sua existência e com pertinência à sua comunidade local, em sua cidade, estado e país. Estes conhecimentos e práticas o ajudam na constituição de sua visão de mundo. Considera-se na formação profissional a constituição de uma cultura que leva em consideração aquilo que o educando já aprendeu em suas vivências para a proposição de uma cultura científica do saber. Nesse sentido procura-se que o educando se aproprie de um corpo de conhecimento que lhe seja possível o exercício profissional em conformidade com o que preconiza a cultura científica do saber fazer, saber conhecer, saber conviver e saber ser.
OC12	Número e grandezas. O exercício profissional no que concerne aos Eixos Tecnológicos Segurança e Ambiente & Saúde implica no saber conhecer as diversas unidades de medidas relativas a materiais e equipamentos, segundo suas propriedades e finalidades a que se destinam. A compreensão sobre múltiplos e submúltiplos de unidades e a relação de notação científica se faz importante tanto para a leitura e interpretação de manuais quanto para a preparação e administração de fórmulas, quer seja para a proteção da vida humana, quer seja para a proteção do meio ambiente.
OC13	Sustentabilidade Planetária. O exercício profissional, independentemente do eixo tecnológico de atuação do sujeito que aprende, precisa ser pautado pelo interesse e ação de proteção ao meio ambiente. Estes procedimentos devem levar em consideração o uso racional dos recursos disponíveis, a adoção de medidas adequadas ao manejo e descartes de materiais e o registro e acompanhamento de suas próprias ações no ambiente de trabalho.
OC14	Pesquisa e Trabalho. Em conformidade com a LDB de 1996 e com o Parecer 11/2012 do Conselho Nacional de Educação a Pesquisa e o Trabalho do sujeito que aprende deve se constituir como a base do processo educativo. Nesse sentido, se faz necessário que a instituição promova os meios e processos adequados para que a ação pedagógica se constitua enquanto estratégia para a solução de problemas no campo de atuação da área em estudo. Faz necessária, também, que a instituição prime pela superação entre a dualidade teoria- prática e que estas sejam desenvolvidas em sintonia com os campos de atuação profissional contemplando o fazer e o pensar reflexivo sobre a ação profissional e sobre o próprio pensar do sujeito.
OC15	Cidadania. - Em atenção ao que preconiza a LDB de 1996, que trata da Educação para o pleno exercício da cidadania é importante pensar na cidadania para além do cumprimento de deveres e usufruto de direitos, mas uma cidadania de participação e preocupação social com o sujeito que aprende, considerando a dimensão humana, política, ambiental, econômica e social.

Dialogam com a Matriz de Referência da Educação Profissional e Tecnológica elaborada pelo CEP-ETP, os objetivos educacionais propostos pelo



=====

Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 184-185), a saber:

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Objetivos de aprendizagem

EPT01IF: Compreender os fenômenos cotidianos que permeiam a vida pessoal, familiar e comunitária, o ambiente escolar e o mundo do trabalho, por meio de metodologias participativas e de problematização.

EPT02IF: Aplicar conhecimentos construídos pelas ciências para entender suas relações com os saberes inerentes ao mundo do trabalho, utilizando os aprendizados individuais e coletivos relacionados às metodologias científicas.

EPT03IF: Produzir novas informações a partir do conhecimento da realidade vivenciada no cotidiano pessoal, familiar, comunitário, escolar e do mundo do trabalho, com vistas a encontrar soluções individuais e coletivas para as situações-problema identificadas.

PROCESSOS CRIATIVOS

Objetivos de aprendizagem

EPT04IF: Reconhecer conceitos e expressões do processo criativo e sua presença e relevância em aspectos da vida e do mundo do trabalho, em especial em relação ao respeito à diversidade individual e coletiva e às novas mídias.

EPT05IF: Demonstrar senso crítico e criativo, a partir da análise de sua realidade e das possibilidades de contribuição para a qualificação do processo produtivo, tendo em vista as exigências do mundo do trabalho e as mídias disponíveis.

EPT06IF: Desenvolver a capacidade de pensar de forma associada ao agir, articulando as possibilidades reais com as novas oportunidades disponibilizadas pelo processo de aprendizagem e pelas inovações relacionadas ao mundo do trabalho.

MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL

Objetivos de aprendizagem

EPT07IF: Entender os deveres, os direitos e as responsabilidades individuais e coletivas em relação às questões sociais e ambientais, tendo em vista o pleno exercício da cidadania e a postura profissional.

EPT08IF: Demonstrar capacidade de atuação em equipe, acolhendo e respeitando a diversidade individual, a construção de novas ideias e os preceitos éticos envolvidos nas relações sociais e de trabalho.

EPT09IF: Analisar estratégias e métodos para mediação de conflitos na atuação de indivíduos e equipes, nos diferentes níveis hierárquicos e em diversas situações, com vistas a colaborar com o desempenho das relações sociais e de trabalho.

Diante do exposto, esclarecemos que o CEP-ETP organiza seu trabalho pedagógico considerando a estrutura em regime semestral, com oferta semestral e carga horária total



dos cursos Educação Profissional Técnica (EPT) variando de 800 a 1700 horas, dependendo do curso ofertado, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3. Carga horária por módulo dos cursos técnicos ofertados no CEP-ETP, nas modalidades presencial e à distância, de acordo com os respectivos planos de curso aprovados junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal.

Curso Técnico de Nível Médio de Técnico em:	Modalidade	1º Sem*	2º Sem*	3º Sem*	Estágio/Prática Supervisionado (h)	Documentos que regulamentam
Análises Clínicas	Presencial	400	400	400	348	Parecer Nº169/2019 do CEDF e Portaria Nº 264/2019 da SEEDF
Enfermagem	Presencial	400	380	420	500	Parecer Nº255/2017 do CEDF e Portaria Nº 569/2017 da SEEDF
Nutrição e Dietética	Presencial	400	400	400	360	Parecer nº 168/2019 do CEDF e Portaria nº 263/2019-SEEDF
Saúde Bucal	Presencial	400	400	400	250	Parecer nº 83/2020 do CEDF e Portaria nº 280/2020-SEEDF
Segurança no Trabalho	Presencial	460	400	340	120	Parecer nº 89/2014 do CEDF e Portaria nº 114/2014-SEDF
Administração	Presencial	380	380	380	—	Parecer Nº 33/2022 do CEDF e Portaria Nº 302/2022-SEEDF
Logística	Presencial	400	400	—	—	Parecer Nº 36/2022 do CEDF e Portaria Nº 301/2022-SEEDF
Secretaria Escolar	à Distância	400	400	400	150	Parecer Nº 222/2016 do CEDF e Portaria Nº 456/2016-SEEDF
Registros e Informações em Saúde	à Distância	400	400	400	150	Parecer Nº 222/2016 do CEDF e Portaria Nº 456/2016-SEEDF
Controle Ambiental	à Distância	500	500	500	—	Parecer Nº 72/2020 do CEDF e Portaria Nº 264/2020-SEEDF
Informática	à Distância	400	400	400	—	Parecer Nº 157/2019 do CEDF e Portaria Nº 248/2019-SEEDF
Libras	à Distância	420	420	420	150	Parecer Nº 34/2022 do CEDF e Portaria Nº 299/2022-SEEDF

*Sem: Semestre letivo

O planejamento, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos desenvolvidos nas diversas áreas são realizados nas coordenações pedagógicas e apoiadas pelos coordenadores de curso, de estágio supervisionado e pela própria supervisão pedagógica.



=====

A execução das ações é possível em função do apoio logístico, dos recursos materiais e espaços físicos disponíveis. A gestão, por sua vez, tem um papel fundamental no suporte a todas as mobilizações pedagógicas, valorizando o trabalho pedagógico realizado, dando condições materiais a partir do suporte técnico da equipe e financeiro com recursos advindos do PDAF (Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária), apoiada por instituições educacionais como Conselho Escolar, dentre outros. Todos esses processos visam atingir os objetivos da unidade escolar e elevar a qualidade da educação ofertada.

A gestão pedagógica ocorre de forma sistematizada, obedecendo ao disposto na legislação vigente. No início do ano letivo, os educadores elegem os coordenadores, distribuídos por cursos e atendendo às especificidades de cada curso e principalmente da unidade escolar. As coordenações por cursos são acompanhadas pela supervisão pedagógica e ambas acompanham os professores regentes.

Há uma busca constante de integração entre todos os coordenadores pedagógicos com a equipe gestora, o que é fundamental para o fortalecimento da prática pedagógica cotidiana e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do EPT ofertada. Atualmente, há semanalmente, reuniões para alinhamento de ações entre a direção, supervisão e coordenadores, as quais ocorrem geralmente na segunda ou na terça-feira, no horário de 13h30 às 16h30.

A condução das atividades pedagógicas perpassa por todos os segmentos da unidade escolar o que favorece a mobilização, divisão de tarefas e responsabilização de todos no alcance dos objetivos propostos, conforme preconiza a Lei da Gestão Democrática (LEI DISTRITAL nº 4.751, 2012)

9. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 traz em seu capítulo III: "da Educação, da Cultura e Desporto", os artigos 205 ao 214, que versam sobre a Educação. Destaca-se no artigo 205, que: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Assim, o CEP-ETP, tem como finalidade central oferecer Educação Profissional pública e de qualidade para jovens e adultos nos eixos: Ambiente e Saúde;



Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança, buscando o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais. Desenvolve suas ações tendo como princípios norteadores os constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; Resolução no 06/2012 do Conselho Nacional de Educação e Resolução nº 01/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal, quais sejam:

- ✓ Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- ✓ Pluralismo de ideias e de concepção pedagógica.
- ✓ Valorização do profissional de educação escolar.
- ✓ Garantia de padrão de qualidade.
- ✓ Valorização da experiência extraescolar.
- ✓ Vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.
- ✓ Ética da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, do respeito ao outro e ao bem comum.
- ✓ Preparação do aluno para o exercício da cidadania.
- ✓ Princípios pedagógicos fundamentais para a ação educacional que proporcione ao educando o aprender a aprender, o aprender a conhecer, o saber conviver e o aprender ser.
- ✓ Valorização do profissional em educação;
- ✓ Valorização dos profissionais e incentivo à participação em formação continuada a partir de cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Corroborando com esses princípios, somam-se ainda outros princípios que fundamentam o processo ensino-aprendizagem no contexto da educação profissional, a saber:

a) **Princípio da aprendizagem e de conhecimentos significativos.** A aprendizagem



significativa é o processo pelo qual um novo conhecimento relaciona-se com os anteriormente construídos, ou seja, com os conhecimentos prévios. Do mesmo modo, os conhecimentos significativos são aqueles que se relacionam com a vivência, a prática e o cotidiano do trabalhador e que lhe permitem, a partir da motivação, a aquisição de novos conhecimentos.

- b) **Princípio de respeito ao ser e aos saberes dos educandos jovens e adultos trabalhadores** possuem identidades e culturas particulares, forjadas por um conjunto de crenças, valores, símbolos, do mesmo modo, trazem uma gama de conhecimentos oriundos da sua formação anterior, da sua prática no trabalho e das suas vivências extra trabalho. Todos esses saberes devem ser considerados no processo educativo, articulados com os novos conhecimentos que se produzem tanto no âmbito escolar, quanto no meio social, na perspectiva de aplicação prática. A consideração desses saberes pode ser concretizada pela certificação.
- c) **Princípio de construção coletiva do conhecimento.** O processo de construção do conhecimento é individual, entretanto, ele é mediado por múltiplas formas de interação social, incluindo-se aí as práticas escolares propostas pela instituição, viabilizadas pelo educador e compartilhadas entre o grupo de alunos. A construção coletiva de conhecimento contribui para tornar os conteúdos significativos para o grupo, além de propiciar a cooperação entre os educandos, possibilitando avanços cognitivos e afetivos.
- d) **Princípio da vinculação entre educação e trabalho:** integração entre a Educação Básica e a Profissional e Tecnológica. Essa vinculação exige o rompimento com a tradicional fragmentação entre Educação Básica e Educação Profissional, promovendo sua construção de forma integrada e colaborativa. A educação integrada propicia a (re) construção de conhecimentos e atitudes ligados à emancipação humana, à cidadania e ao trabalho, condições necessárias para uma efetiva participação na vida social, política, cultural e para a (re) inserção digna no mundo do trabalho. Existe uma relação indissociável entre trabalho e educação, que se baseia na aquisição e produção de conhecimento pelos trabalhadores no e para o processo de trabalho. Essa é a base das sociedades humanas e nos tempos atuais, mais do que nunca, isso significa uma forte relação entre a tecnologia e a vida humana, o que tem reflexos sobre a educação. Para se (re)inserir no mundo do trabalho em uma perspectiva emancipadora é preciso



conhecer as tecnologias para saber aplicá-las, usá-las criticamente, o que pressupõe uma Educação Básica sólida.

- e) **Princípio da interdisciplinaridade** com o objetivo de superar a fragmentação do conhecimento e qualificar as práticas educativas se faz necessário tomar a interdisciplinaridade como referência, substituindo a visão positivista, centrada nas distintas disciplinas isoladamente, para assumir uma visão de processo, defendendo a ideia do conhecimento como uma construção em rede, em diálogo entre as disciplinas. Com essa perspectiva pretende-se substituir os processos de transmissão lineares, por estratégias organizadoras de (re)construção de conhecimentos a partir da relação teoria-prática. Não obstante, é preciso ter claro que a interdisciplinaridade não pode ser entendida como a fusão de conteúdo ou de metodologias, mas sim como interface de conhecimentos parciais específicos que têm por objetivo um conhecimento mais global. É, pois, uma nova postura no fazer pedagógico para a (re) construção do conhecimento.
- f) **Princípio da avaliação como processo.** A avaliação é concebida como momento de aprendizagem, tanto para educandos quanto para educadores, e entendida como diagnóstico orientador do planejamento, com vistas a promover a aprendizagem e avanços dos alunos e alunas.

A partir dessa compreensão, o CEP-ETP, incentiva a equipe docente a refletir e agir no sentido de aproveitar as potencialidades existentes e desenvolver competências para construir, coletivamente, soluções coerentes para dificuldades encontradas, tornando possível efetivar um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, em que todos estejam dispostos a cooperar e emancipar para um mundo cada vez mais exigente.

No trabalho pedagógico, é essencial que o método de estudo restabeleça as relações dinâmicas e dialéticas entre os conceitos, reconstituindo as relações que configuram a totalidade concreta da qual se originaram, de modo que o objeto a ser conhecido se revele gradativamente em suas peculiaridades próprias. É pressuposto essencial do chamado “currículo integrado”, a organização do conhecimento e o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de tal maneira que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar e compreender, de sorte que o estudante desenvolva um crescente processo de autonomia em relação aos objetos do saber. Trabalho, ciência, tecnologia e cultura são entendidas como dimensões indissociáveis da formação humana, partindo-se do conceito



de trabalho, simplesmente pelo fato de ser o mesmo compreendido como uma mediação de primeira ordem no processo de produção da existência da vida humana. A dimensão ontológica do trabalho é, assim, o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos diferentes grupos sociais.

Assim, as atividades desenvolvidas no contexto do CEP-ETP são de responsabilidade da equipe gestora e devem ser acompanhadas pelo Conselho Escolar. O planejamento e a avaliação das atividades desenvolvidas pelo CEP-ETP são também acompanhados pela Coordenação Regional de Ensino e demais órgãos próprios da SEEDF.

9.1. Ciclos / Séries / Semestres

O regime de ensino no CEP-ETP é de semestralidade e cada módulo é constituído pelo conjunto de unidades curriculares trabalhadas no semestre. A Educação Profissional na atividade educativa enfatiza a formação humana do cidadão como busca de emancipação, o sujeito que pensa sua atividade profissional e domina os pressupostos científicos e tecnológicos do seu fazer profissional. O ano letivo regular, independentemente do ano civil, tem, no mínimo, 200 (duzentos) dias e o semestre 100 (cem) dias de efetivo trabalho escolar, sendo excluídos os dias reservados para a recuperação final e exames finais.

Compreende-se como efetivo trabalho escolar o conjunto das atividades pedagógicas, realizadas dentro ou fora do CEP-ETP, com a presença dos docentes, suas respectivas turmas de estudantes, o controle de frequência e a jornada diária é de, no mínimo, 4 (quatro) horas-relógio de efetivo trabalho escolar, em cada turno.

O ano e o semestre letivos somente são encerrados, quando cumpridos os dias letivos, a carga horária, trabalhados os objetivos educacionais, competências, habilidades e valores previstos para cada unidade curricular. Em caso de não cumprimento de quaisquer dessas exigências, o CEP-ETP deverá ampliar suas atividades pedagógicas para além da data de encerramento do ano ou do semestre letivo previstas no Calendário Escolar oficial.

A carga horária semanal e a total devem ser consideradas no sentido hora-relógio, de 60 (sessenta) minutos cada uma. As horas e os dias, de efetivo trabalho escolar, devem ser cumpridos por turma e/ou unidade curricular, separadamente.

É competência da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a definição



do Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino Distrito Federal, conforme legislação vigente.

9.2. Organização dos tempos e espaços

No contexto do CEP-ETP são considerados como espaços de ensino-aprendizagem os ambientes em que o estudante vive suas práticas sociais, assim, os tempos formativos atendem às especificidades da modalidade, à realidade local do público e sua relação com o mundo do trabalho. O Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014, p. 7), afirma que se faz necessário (re)planejar e desenvolver projetos pedagógicos ancorados no direito constitucional que assume como um dos princípios dignificantes do ser humano e do direito à educação, o trabalho. Assim, o “compromisso da Educação Profissional pautase nesse direito e na qualidade alicerçada nos pilares da cidadania, construindo o trabalho como princípio educativo”. Especialmente,

quando se parte da noção do trabalho como princípio educativo, o entendimento é de buscar a superação da dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar jovens e adultos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos, não apenas como governados (GRAMSCI, 1981, In CIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 474).

Diante desses pressupostos, a organização da Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no contexto do CEP-ETP, ofertada também nas modalidades Presencial, EAD e/ou Híbrida, por meio de cursos de Qualificação Profissional; Técnicos de Nível Médio e Pós Médio, que podem ser articulados, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, deve ancorar-se nas diretrizes que se seguem:

1. Entender a organização dos tempos e espaços pedagógicos como a gestão intencional da ambiência escolar vinculando ao ato pedagógico às ideias de espaço afetivo, espaço colaborativo, espaço físico, espaço escolar, compreendendo o espaço intra e extra sala de aula. (REIS E PARENTE, 2018);
2. Considerar o processo de organização dos tempos e espaços pedagógicos como um favorecedor do desenvolvimento de competências profissionais constituídas a partir do saber-saber, saber-fazer e saber-ser no contexto das práticas curriculares e/ou extracurriculares de estágio, intra, inter e extra muros institucionais (RORIZ, 2002; FRAGA E PEREIRA, 2020);
3. Assumir que os processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica do CEP-ETP, tem como as estratégias educativas transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e



significativa do estudante, sustentadas teórico-metodologicamente no trabalho como princípio educativo e na pesquisa e extensão como princípios pedagógicos, em espaços formais e não formais.

4. Entender que o processo de concepção e organização do espaço pedagógico deve favorecer o exercício pleno de um itinerário de formação profissional que engloba o desenvolvimento de criticidade, criatividade, cidadania e empreendedorismo no estudante, visando sua autonomia no mundo do trabalho;
5. Considerar a complexidade, a dinamicidade e a historicidade do processo de concepção e organização do espaço pedagógico, o que requer (re)avaliação contínua do ato pedagógico e da instituição.

Diante do exposto, partindo do contexto do CEP-ETP no que tange a tempos e espaços considerados para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem, para que a comunidade escolar possa vivenciar práticas sociais cotidianas, a equipe gestora, com os coordenadores e docentes regentes, desenvolve projetos diferenciados que favorecem o exercício da cidadania, com o trabalho como princípio educativo, conforme preconizado por Gramsci (1981, In CIAVATTA; RUMMERT, 2010, p. 474). Esses projetos serão posteriormente descritos.

9.3. Relação Escola Comunidade

De acordo com Piletti (2004, p.100), “da mesma forma que a escola, para realizar eficazmente seu trabalho, precisa estar na comunidade, esta não pode estar ausente da escola”. Freire (2001) considera a impossibilidade de existir uma gestão democrática, compromissada com a autonomia autossustentável da instituição escolar, que faça uso em seu processo gestor de estruturas administrativas envoltas em um exercício de poder autoritário e hierarquizado. Na verdade, “um maior nível de participação democrática dos alunos, dos(as) professores(as) regentes e de coordenação, das mães, dos pais da comunidade local, de uma escola que, sendo pública, pretenda ir tornando-se popular”, constitui-se de estruturas descentralizadas, autotransformadoras e colaborativas, que favoreçam, com rapidez e eficiência, o ato pedagógico (FREIRE, 2001, p. 74). Por sua vez, Sacristán (2000) considera que o currículo representa a expressão viva da função socializadora da escola, por fim, Piletti (2004, p. 95) destaca que “o primeiro passo para uma interação positiva entre escola e comunidade é sem dúvida o conhecimento da própria comunidade por parte escola”.



Diante dessas reflexões, para a concretização de sua função social é essencial que o CEP-ETP desenvolva as seguintes ações pedagógicas junto a comunidade:

1. orientar, acompanhar e avaliar a inserção dos estudantes e a organização do trabalho pedagógico no Projeto Centro de Iniciação Desportiva e no Programa Escola/Comunidade Ginástica nas Quadras, em consonância com os documentos orientadores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
2. incentivar a participação da comunidade escolar em busca de integração e alternativas para melhorias do processo educativo;
3. propiciar a participação da instituição educacional em atividades culturais promovidas pela comunidade escolar, bem como nas atividades inerentes ao mundo do trabalho e relações produtivas;
4. elaborar manuais técnicos e promover atividades voltadas à promoção da educação em Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança;
5. viabilizar ações de formação e educação continuada para a comunidade escolar sobre temas relacionados à programa de Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança;
6. promover formação da comunidade escolar sobre questões socioambientais de acordo com eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; e Segurança;
7. coordenar ações que, conectadas ao contexto socioeconômico, ambiental e cultural em que o CEP-ETP está inserido, integrem criativamente as demandas da comunidade local aos propósitos pedagógicos da unidade escolar;
8. propor cursos de qualificação profissional, existentes no Guia Pronatec de Cursos FIC do MEC ou no Guia disponibilizados pela SEEDF, ou ainda propor novos cursos ainda não existentes, mas sempre considerando a confluência das oportunidades de desenvolvimento socioprodutivo, das demandas da comunidade e inserções no mundo do trabalho.

9.4. Metodologias de Ensino Adotadas

No contexto do ato pedagógico desenvolvimento no CEP-ETP, a concepção institucional do currículo deve privilegiar a flexibilidade curricular, necessária à formação profissional voltada às exigências do mundo do trabalho. Assim, assumimos



prioritariamente as metodologias que favorecem o protagonismo estudantil, a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, o exercício da cidadania e a atuação profissional comprometida com a ética e a transformação autossustentável da sociedade, pois

[...] a educação profissional vai além dos cursos técnicos de nível médio integrados ou articulados com o ensino médio. Ela integra todo o itinerário formativo das pessoas, preparando-as para o mundo do trabalho, para definirem seus próprios itinerários de profissionalização (CORDÃO, 2010, p. 37).

No que se refere ao desenvolvimento da prática educativa, orientada por uma didática ativa, com a resolução de problemas práticos pelos discentes e a superação da dicotomia entre teoria e prática, apresenta-se neste PPP que todas as unidades curriculares devem primar tanto pelo desenvolvimento do conjunto de saberes, científica e historicamente construído, bem como pela sua aplicabilidade nas atividades correntes no mundo do trabalho. Assim, os procedimentos metodológicos tem por finalidade desenvolver competências, habilidades, conhecimentos, valores e atitudes, possibilitando a construção de conhecimentos de maneira criativa para a resolução de situações - problemas que emergem da complexidade da prática social e produtiva, independente de estarem cursando ou de já terem finalizado o Ensino Médio.

Portanto, para assegurar o sucesso das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto do CEP-ETP, faz-se necessário compreender que o método de ensino assumido em sala de aula deve ser resultante da confluência de variadas situações educativas e vertentes como, por exemplo: a relação entre o professor e o aluno, a construção crítica de objetivos educacionais, a maneira criativa de como se efetiva o processo ensino-aprendizagem, a assunção do trabalho como princípio educativo, formação continuada, construção de uma ambiência favorável ao ato pedagógico e as dialogias conceitos e princípios, métodos e técnicas, dentre outras.

Diante dessa compreensão, o conceito de Metodologia Ativa que se ancora nas ideias de John Dewey e na defesa da necessidade de integrar no ato pedagógico o par dialético teoria e prática, implicando em um aprendizado autotransformador que emerge no dia a dia do estudante da Educação Profissional e Tecnológica. Logo, para Dewey:

o processo educativo não pode ter fins elaborados fora dele próprio. Os seus objetivos se contêm dentro do processo e são eles que o fazem educativo. Não podem, portanto, ser elaborados senão pelas próprias pessoas que participam do processo. O educador, o mestre, é uma delas. A sua participação na elaboração desses objetivos não é um privilégio, mas a consequência de ser, naquele processo educativo, o participante mais experimentado, e, esperemos, mais sábio. (DEWEY



apud TEIXEIRA, 1957, p. 21).

Assim, as metodologias ativas se constituem como referenciais de ensino, ou seja, práticas pedagógicas que visam desenvolver a autonomia e a participação dos estudantes de maneira integrada, integral e integralizante, ao criar colaborativamente caminhos próprios de aprendizagens, potencializando o desenvolvimento do pensamento crítico e da construção criativa da realidade pessoal e profissional.

Para além da construção valorativa e classificatória de metodologias de ensino, é preciso reconhecer a historicidade do processo de construção de estratégias de ensino-aprendizagem. Em um primeiro plano emerge o ato pedagógico que prioriza a transferência de conhecimento, tendo como centralidade o professor. Nessa estratégia o estudante se torna mero executor do programa educativo idealizado e definido pelo docente. Na maior parte do tempo escolar, o estudante se assume como membro não ativo do processo educativo, pois é uma relação vertical, onde o principal objetivo não é a construção do conhecimento ou formação integral do indivíduo, mas sim a consolidação memorística da transmissão e retenção de um conteúdo descontextualizado. Por outro lado, o ato pedagógico com foco na aprendizagem pressupõe a construção do conhecimento por meio de relações, problematizações, reflexões e demais valores educativos emancipatórios, sendo o estudante o centro do processo educativo. Neste caso, a aprendizagem ativa pressupõe estratégias a partir da relação horizontal dos sujeitos, o que ocorre principalmente por estratégias que valorizam o trabalho em grupo e rompem com a transmissão estática do conhecimento pelo professor.

Moran (2015) acrescenta que quanto mais aprendemos próximos da vida, melhor. Neste caso, as metodologias ativas podem se constituir como pontos de partida para que o ato pedagógico avance ainda nos caminhos do saber reflexivo, da integração cognitiva, da generalização e da (re)elaboração criativa de novas práticas. Assim, de acordo com (BRASIL, 2018), entendemos que faz parte do ato pedagógico realizado no contexto do CEP-ETP o desenvolvimento de programas educacionais inovadores que ajudem na promoção efetiva do processo de qualificação profissional de estudantes para o mundo do trabalho. Para efetivar o trabalho como princípio educativo, é fundamental a real integração da formação humanística com os conhecimentos específicos de cada área, incorporando, no processo pedagógico, a autonomia reflexiva e responsável, bem como os preceitos



éticos e de cidadania (SCHWARTZMAN, 2016). Para tanto, toda e qualquer metodologia de ensino assumida no contexto de atuação do CEP-ETP, respeitando-se a autonomia dos docentes na transposição didática dos objetivos educacionais selecionados nas unidades curriculares, as metodologias de ensino e seus procedimentos didático-pedagógicos, devem considerar os seguintes princípios:

1. Protagonismo Estudantil.
2. Investigação Científica.
3. Processos Criativos.
4. Mediação e Intervenção Sociocultural.
5. Empreendedorismo.
6. Trabalho como Princípio Educativo.
7. Pesquisa como Princípio Pedagógico.
8. Diálogo Interdisciplinar e Didática Ativa.
9. Problematização e Trabalho Colaborativo.
10. Desenvolvimento e Fortalecimento da Aprendizagem Significativa.

9.5. Equipe de Professores

O Corpo Docente do CEP-ETP é constituído por docentes legalmente habilitados e pertencentes à Carreira Magistério Público do Distrito Federal. Podem, ainda, atuar, no CEP-ETP em caráter de substituição, docentes não pertencentes à Carreira Magistério Público, para atendimento a situações emergenciais ou de excepcional ausência de professor titular, contratados temporariamente pela SEEDF com base na legislação vigente. De acordo com a Supervisão Administrativa do CEP-ETP, atualmente encontra-se à disposição do CEP-ETP para realização dos trabalhos educativos 155 servidores docentes sendo 71 Professores Efetivos (45,8 %) e 84 Professores de Contrato Temporários (54,2 %), conforme pode ser observado nas Tabelas 4 e 5 respectivamente.



Tabela 4. Professores Efetivos, servidores da SEEDF no CEP-ETP, com a respectiva data de admissão, carga horária, turno de atuação e unidade curricular de concurso.

Nº	Professor(a) Efetivo(a)	Admissão			CH/Turno	Nesta UE desde			Concurso	
01	Ada dos Santos Bento	15	12	21	20	V	15	12	21	Nutrição
02	Adriana Teixeira Silva	21	01	04	40	M/V	06	02	23	Artes
03	Amanda Cristiane de Almeida	24	05	17	40	V/N	24	05	17	Nutrição
04	Ana Cristina Nogueira Faria	20	12	21	20	M	20	12	21	Nutrição
05	Ana Maria Cristina de Santana	12	04	23	20	N	12	04	23	Fisioterapia
06	Ana Paula Balensiefer	28	07	14	40	D	28	07	14	Enfermagem
07	Andreia Maria Rocha Moreira	17	12	19	20	N	14	12	19	Odontologia
08	Aroldo Lima de Jesus	14	06	94	40	M/N	24	02	17	Informática
09	Cilene Antonio da Natividade	09	10	96	40	V/N				Português
10	Clarice Cunha Taveira	28	02	13	40	D	28	02	13	Farmácia
11	Cleia Narciso de Araújo	14	05	99	40	D	04	02	19	Português
12	Cleide Aparecida Costa Gomes	25	04	97	40	D	01	03	14	Português
13	Crislaine Ribeiro de Castro	14	07	14	40	D	24	03	21	Ciências Naturais
14	Cristiane Martins Braga	03	08	20	20	N	03	08	20	Enfermagem
15	Dagma Ferreira Alves	19	03	91	40	D	06	02	13	Psicologia
16	Dailene Coelho Ramos	04	04	19	40	D	04	04	19	Enfermagem
17	Davys Luis Paxiuba Duncan	14	09	10	40	M/V	13	05	22	Informática
18	Deisilane de O. França da Silva	07	06	17	40	M/V	07	06	17	Nutrição
19	Diógenes da Silva Costa	16	01	98	40	D	06	02	19	Química
20	Elaine Cristina Alves de Oliveira	11	03	09	40	D	11	03	09	Enfermagem
21	Elias Batista dos Santos	31	03	86	40	D	20	12	11	Matem/Cienc
22	Érica de Azevedo Mendes	04	04	19	40	D	04	04	19	Biomedicina
23	Esio Tenorio Anjos	21	09	00	20	N	01	09	19	Informática
24	Eulalia Priscila Gonçalves de Carvalho	15	12	21	20	V	15	12	21	Nutrição
25	Flávia Marques Correia Dourado	14	07	14	40	D	14	07	14	Nutrição
26	Francinéia Francisca Gomes Soares	27	01	92	40	D	04	02	19	Artes Plásticas
27	Geraldo Rezende de Lima	02	03	94	20	N	04	03	13	PAE
28	Gilvan Luis de França	20	03	03	40	D	08	03	22	Artes Biologia



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA



29	Heberth Rubber Ferreira	15	12	21	20	N	15	12	21	Farmácia
30	Jackeline Barcelos Pontes	14	07	10	40	D	14	07	10	Nutrição
31	Joesse Maria de Assis Teixeira Kluge Pereira	21	05	93	40	V/N	17	04	12	Microbiologia
32	Kellen Thaís Pereira Marques	03	08	20	20	N	03	08	20	Enfermagem
33	Loiane Pereira de Sousa	04	04	19	40	D	04	04	19	Biomedicina
34	Lucas Malta Almeida	06	02	14	40	M/V	24	02	16	Biologia
35	Luciana Vieira Tomaz	28	02	13	40	M/V	06	02	23	Biologia
36	Luiza Horta Paiva	03	08	20	20	M	03	08	20	Nutrição
37	Maiza da Silva Pereira	11	03	09	40	D	11	03	09	Enfermagem
38	Marcello Paulino Vieira Mazzaro	14	07	14	40	M/V	14	07	14	Odontologia
39	Marcia Aparecida Pereira Barbosa Vieira	12	05	95	40	M/V	22	08	19	Letras
40	Márcia de Araújo de Almeida	05	04	19	40	D	05	04	19	Enfermagem
41	Márcia Moreira D'Almeida e Souza	26	09	97	40	D	04	10	22	Psicologia
42	Marcio Ferreira	27	02	97	40	M/V	24	02	16	Pedagogia
43	Marcos Eugênio Cabral Alexandre de Morais	03	08	20	20	M	06	02	23	Enfermagem
44	Maria Floriana José da Silva	05	04	99	40	M/V	30	12	22	História
45	Maria Goretti Resende Santiago	27	08	01	40	M/V	20	04	22	Geografia
46	Maria Rosane Soares Campelo	20	04	98	40	M/V	24	02	16	Direito
47	Maria Solange de Souza Araújo	03	06	19	40	M/V	03	08	21	Orientadora Pedagógica
48	Marília Perdigão Freire Ferro	03	08	20	20	V	03	08	20	Enfermagem
49	Marina Mansur Ramagem	30	07	18	20	V	30	07	18	Odontologia
50	Núbia da Costa Torres de Sousa	11	05	98	40	D	05	09	19	Pedagoga Português
51	Paula Klissy Paulino de Souza	01	10	12	40	D	01	10	12	Nutrição
52	Paulo César Ramos Araújo	18	03	97	40	D	07	02	11	Química
53	Paulo de Tarso Resende Santiago	01	08	95	40	V/N	29	04	08	História
54	Raony Brandão de Oliveira	12	04	13	20	M	03	02	20	Informática
55	Regina Flauzina Dias	20	02	01	40	M/V	24	02	16	Educ. Física
56	Robertson Oliveira de Sousa	24	07	08	40	D	04	02	19	Biologia
57	Sandra Pereira Couto Cabral	12	06	95	40	D	09	07		Química
58	Silvana Parreira Barbosa	30	07	18	40	M/V	30	07	18	Odontologia



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA



59	Silvania Nascimento de Sousa	25	10	16	40	M/V	25	10	16	Nutrição
60	Simone Moreira da Silva	27	06	97	40	M/V	30	03	16	Nutrição
61	Suely Strael Fernandes de Sousa	22	04	99	20	N	21	01	08	Enfermagem
62	Thaiza Cristine Martins Farias	27	02	16	40	M/V	27	02	16	Nutrição
63	Thalita Pereira do Amaral	29	02	16	40	M/V	29	02	16	Nutrição
64	Thayze Mara Tarouquela da Silva Quirino	14	07	14	40	D	14	07	14	Nutrição
65	Valter Lopes	22	03	99	40	D	24	02	16	Geografia
66	Vanessa Moreira de Lima	10	09	14	40	D	10	09	14	Nutrição
67	Vanessa Ribeiro Soares	31	03	00	20	M	17	03	22	Odontologia
68	Vanessa Ribeiro Soares	25	04	08	20	N	04	08	22	Orientadora Pedagógica
69	Vicente de Paulo Siqueira	05	04	90	40	D	03	03	21	Português
70	Wanessa de Castro	13	04	95	40	D	24	02	16	Pedagogia
71	Wellington de Oliveira	09	04	13	40	D	07	02	22	Artes Cênicas



Tabela 5. Professores Contratos Temporários, servidores da SEEDF no CEP-ETP, com a respectiva carga horária, turno de atuação, data de admissão, e unidade curricular de concurso.

Nº	Professor(a) Contrato Temporário	CH/Turno	Nesta UE desde	Concurso
01	Aline Brito da Silva	20 N	13 02 23	Biomedicina
02	Aline Ferreira Magalhães	40 D	13 02 23	Farmácia
03	Amanda da Silva Melo	40 D	13 02 23	Enfermagem
04	Ana Paula da Costa Athayde Nunes	40 D	13 02 23	Biomedicina
05	Anndressa Leite Fiusa	40 D	13 02 23	Nutrição
06	Bruna Livia Mouhmad de Lima	20 M	13 02 23	Biologia
07	Carla Fernanda Sobrinho da Silva	40 D	13 02 23	Psicologia
08	Clariane Ramos Lobo	20 N	13 02 23	Nutrição
09	Cristiane Martins	40 D	13 02 23	Enfermagem
10	Cristiane Martins Arquelão	40 D	13 02 23	Geografia
11	Daniela Illa Domingues Claudino	40 D	13 02 23	Letras/Libras
12	Denise Martins de Oliveira	40 D	13 02 23	Enfermagem
13	Deusilene de Souza Gomes	40 D	13 02 23	Administração
14	Eliane Moraes Pereira	40 D	11 04 23	Enfermagem
15	Elisvania Guimarães Alves	40 V/N	13 02 23	Enfermagem
16	Fabrcio Brito Sousa Camelo	40 D	13 02 23	Informática
17	Felipe da Silva Costa Feitosa	20 V	13 02 23	Informática
18	Fernanda Ganda de Negreiros	40 D	13 02 23	Enfermagem
19	Fernanda Maria Furst Signori	20 N	13 02 23	Psicologia
20	Garlene Galeno Inacio de Freitas		14 03 23	Odontologia
21	Geiza Pinheiro Magalhães Lopes	40 D	13 02 23	Português
22	Géssica Ferreira Calza	40 D	13 02 23	Nutrição
23	Gilvania Pereira Alves	40 D	13 02 23	Letras
24	Giuliana Moita Sales	40 D	13 02 23	Biologia
25	Glenior José Nascente Junior	40 D	13 02 23	Odontologia
26	Hanna Jaber Cardoso	40 D	13 02 23	Biomedicina
27	Hellen Paiva de Oliveira Almeida	40 D	13 02 23	Enfermagem



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA



28	Hiana Kelly Rebouças Santos Lobo	20	N	13	02	23	Odontologia
29	Jéssica Melo de Sousa Gomides	40	D	13	02	23	Biomedicina
30	João Vitor Soares Gonçalves	40	D	13	02	23	Enfermagem
31	Joselina Alves Godoi	40	D	13	02	23	Nutrição
32	Julia Bispo Maciel	20	N	13	02	23	Líng. Portug.
33	Juliana Arrais Mota	40	D	13	02	23	Enfermagem
34	Juliane Enéas Lira	40	D	13	02	23	Pedagogia
35	Julyanna Kelly Delgado Veras			13	02	23	Líng. Portug.
36	Kamila Silva Dias	40	D	13	02	23	Enfermagem
37	Karen Mialichi da Silva Maia	40	D	13	02	23	Enfermagem
38	Kennya Machado Cangerana	40	D	13	02	23	Enfermagem
39	Larissa Beatriz Pessoa Olguin	20	N	13	02	23	Odontologia
40	Leidiane Soares Oliveira Silva	40	D	13	02	23	Nutrição
41	Letícia Correia da Silva	20	M		04	23	Odontologia
42	Liliane Moreira Gomes	20	N	13	02	23	Biomedicina
43	Lorena Barbosa da Cunha	40	D	13	02	23	Nutrição
44	Lourena Sousa Bonfim	40	D	13	02	23	Enfermagem
45	Luana Maia da Silva	20	N	07	03	23	Biologia
46	Lucas de Melo Queiroz	40	D	13	02	23	Informática
47	Luciana Rodrigues do Nascimento	40	D	13	02	23	Enfermagem
48	Luiza Carla Cardoso Santos	20	N	13	02	23	Enfermagem
49	Maiara Luar Borges da Cunha de Souza	40	D	13	02	23	Enfermagem
50	Márcia Cristiane da Silva	40	D	13	02	23	Pedagogia
51	Marciana Fernandes da Silva Rocha	40	D	13	02	23	Enfermagem
52	Maria Aparecida Alves Lucas			13	02	23	Líng. Portug.
53	Mariana Diolindo de Sousa	20	N	13	02	23	Enfermagem
54	Mariana Terra Alves de Oliveira	40	D	13	02	23	Enfermagem
55	Maria Paula de Lima Soares	40	D	13	02	23	Biomedicina
56	Maristela Dionizio Alves	20	M	13	02	23	Odontologia
57	Matheus Albuquerque Costa de Melo	40	D	06	03	23	Enfermagem



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – ESCOLA TÉCNICA DE PLANALTINA



58	Míriam Rosângela de Oliveira	40	D	13	02	23	Pedagogia
59	Mônica Nogueira Pereira Cardoso	40	D	13	02	23	Biologia
60	Mylena da Silva Aquino	20	N	13	02	23	Odontologia
61	Nádia Félix dos Santos	40	D	13	02	23	Nutrição
62	Narjara Serra de Freitas de Souza	20	N	13	02	23	Nutrição
63	Natasha Mendes Faria	40	D	13	02	23	Biomedicina
64	Paulo Bertoldo Landim	20	V	13	02	23	Letras
65	Paulo Henrique Gonçalves Rabello	40	D	13	02	23	Farmácia
66	Rafaella Nery de Sousa Gonçalves	40	D	13	02	23	Enfermagem
67	Railane Souza Silva	40	D	13	02	23	Enfermagem
68	Rayanne Paulla Dourado de Oliveira	40	D	13	02	23	Enfermagem
69	Rejane Andrade de Paula	40	D	14	04	23	Libras
70	Renata Miranda Marques	20	V	08	03	23	Nutrição
71	Renato Simões Di Carlantonio	20	V	13	02	23	Informática
72	Ricardo Militão de Lima	20	M	13	02	23	Odontologia
73	Sabrinna Moraes dos Santos	40	D	13	02	23	Enfermagem
74	Salwa Sabóia Chamess	20	M	06	03	23	Odontologia
75	Selma Maria Hanaoka	20	V	17	04	23	Odontologia
76	Suzana Gomes Monteiro	40	D	13	02	23	Odontologia
77	Tálita Nasciutti Rezende	40	D	13	02	23	Biomedicina
78	Tatiane do Nascimento Silva	40	D	13	02	23	Pedagogia
79	Taynara Almeida Damaceno	40	D	13	02	23	Enfermagem
80	Vanesa Ferreira Lins	40	D	13	02	23	Farmácia
81	Vanessa Nicolau de Lima	40	D	13	02	23	Biomedicina
82	Wanessa de Souza Carvalho de Moraes	40	D	13	02	23	Biomedicina
83	Wesliana do Nascimento Ferreira Dornelas	40	D	13	02	23	Informática
84	Yasmin da Silva Lima	40	D	13	02	23	Pedagogia

9.6. Coordenação Pedagógica e papel do Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar

O espaço-tempo da coordenação pedagógica nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal é resultante de uma luta colaborativa de docentes e sociedade civil, a



partir de uma conjuntura constituída pela luta crítica e criativa de uma categoria profissional compromissada com a melhoria da qualidade de vida pessoal e social, por meio da educação pública. Nessa perspectiva, a Coordenação Pedagógica, de acordo com o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, “constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico” (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 49).

Percebe-se a partir dessa reflexão que a coordenação pedagógica se constitui como um momento em que de maneira intencional os docentes fazem uso de ferramentas teóricas para subsidiar reflexões e reavaliações sobre os procedimentos pedagógicos adotados no contexto da unidade escolar, curso e unidade curricular. Diante dessa complexidade, ela se constitui como sendo um momento de práxis em que o corpo docente se encontra para refletir, organizar, avaliar, pesquisar, construir, compartilhar, discutir, ler, atualizar e superar os desafios enfrentados no cotidiano de sala de aula e do mundo do trabalho.

Os principais períodos de coordenação pedagógica estão organizados em dois momentos:

a. Coordenação pedagógica individual: realizado por área/curso e são destinados a ações individuais do professor no que tange a organização da escrituração dos documentos referentes à(s) unidade(s) curricular(es) ministrada(s), bem como o planejamento das aulas, a formação e estudos específicos da área de formação em tela. Quando necessário, o professor pode proceder atendimento individualizado ao(s) estudante(s) e, ou pais/responsáveis.

b. Coordenação pedagógica coletiva por curso/área: são destinados para dentre outras ações as de refletir, organizar, avaliar, pesquisar, estudar, construir, compartilhar, discutir, ler, atualizar sobre a EPT no CEP-ETP e no mundo do trabalho, seguindo as diretrizes teóricas da SEEDF e da própria unidade escolar. É um espaço de reflexão destinado às informações, alinhamentos, (in)formação, avaliações, planejamento e definição de ações coletivas, discussões, encaminhamentos dos problemas coletivos e situações individuais do corpo docente e discente.



Semanalmente, às 2ª feiras de 13h30 às 16h30, os coordenadores pedagógicos se reúnem com a equipe gestora em encontros de planejamento. Essa ação é fundamental para o fortalecimento das práticas pedagógicas cotidianas e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino e da gestão do processo educacional.

Notadamente, a Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas. No CEP-ETP haverá tantos Coordenadores quanto definidos conforme legislação vigente. Cabe ao Coordenador Pedagógico do CEP-ETP articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica.

São atribuições comuns aos Coordenadores:

- I - representar o curso em atos públicos e nas relações com outras instituições acadêmicas, profissionais ou científicas;
- II - supervisionar e coordenar o funcionamento do curso, participando da distribuição de aulas/blocos de unidades curriculares e demais atividades acadêmicas e gerenciais aos docentes, em consonância com a supervisão pedagógica;
- III - elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de Coordenação Pedagógica no CEP-ETP tanto coletiva por curso, quanto individual junto aos docentes sempre que necessário;
- IV - acompanhar as atividades didático-pedagógicas, promovendo a integração dessas atividades com outras unidades curriculares e outros cursos;
- V - orientar e coordenar, juntamente com a Supervisão Pedagógica, a participação docente do CEP-ETP nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular dos cursos que coordenam;
- VI - convocar e presidir reuniões com o corpo docente e Conselhos de Classe;
- VII - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação do Projeto Político Pedagógico – PPP do CEP-ETP e sempre que necessário apresentar as (re)adequações necessárias;
- IX - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Profissional e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada;



- =====
- X - elaborar e encaminhar sugestões para políticas, diretrizes, mecanismos gerenciais, relatórios anuais, expedientes e/ou providências referentes à gestão pedagógica do curso;
 - XI - auxiliar a equipe gestora da Unidade Escolar nas decisões pedagógicas envolvendo estudantes e docentes, conforme demandas do curso;
 - XII - acompanhar o trabalho pedagógico dos docentes que ministram aulas e também desenvolvem atividades de ensino, pesquisa ou extensão relacionadas ao curso;
 - XII - divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos no âmbito do CEP-ETP;
 - VIII - supervisionar a elaboração e sistematização dos planos de ensino;
 - XIV - acompanhar o cumprimento do regime escolar e didático-pedagógico, bem como a assiduidade e pontualidade no curso, e do conteúdo programático das unidades curriculares;
 - XV - colaborar com a elaboração e/ou reestruturação dos Planos de Cursos do CEP-ETP.
 - XVI - expedir correspondências vinculadas ao curso;
 - XVII - divulgar e incentivar a participação dos docentes do CEP-ETP em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF, bem como propor alternativas de participação;
 - XVIII - acompanhar as atividades acadêmicas, o desempenho dos estudantes, a orientação da matrícula e o planejamento de estudos;
 - XIX - arquivar toda a documentação referente ao curso;
 - XX - preencher os instrumentos de avaliação referentes ao curso que coordena;
 - XXI - coordenar os processos próprios de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação, com vistas à melhoria do processo de ensino- aprendizagem e recuperação dos rendimentos/desempenho escolar
 - XXII - conhecer a legislação vigente do curso, bem como os instrumentos normativos da Unidade Escolar;
 - XXIII–auxiliar a equipe gestora nas providências de cadastramento do curso junto aos órgãos ou conselhos de regulamentação profissional, quando for o caso;
 - XXIV - promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão intra e interinstitucional;
 - XXV - receber, analisar e encaminhar as propostas apresentadas pelo corpo docente do curso;
 - XXVI - acompanhar os processos de avaliação do curso pelos órgãos competentes, e quando necessário providenciar toda documentação pertinente;
 - XXVII - exercer outras atividades referentes ao curso designadas pela equipe gestora, como



=====

XXVIII - colaborar com o processo seletivo.

As atribuições específicas dos coordenadores devem ser observadas na legislação pertinente.

9.7. Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

A Formação Continuada dos profissionais da educação que atuam no CEP-ETP se constitui em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento pessoal e profissional dos membros da equipe de servidores da Unidade Escolar. A prática busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

Assim, o CEP-ETP, por meio de ações de integração do ensino, da pesquisa e da extensão, incentiva a busca contínua de processos de formação continuada dos profissionais de educação que atuam na instituição. Isto porque, a formação continuada dos trabalhadores da educação conta com espaços próprios: a coordenação pedagógica e a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

9.8. Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA

Entende-se por Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem a integração dos três Serviços de Apoio aos estudantes no CEP-ETP: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, que devem atuar de forma integrada e fundamentados teórico-metodologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica em a Psicologia Histórico- Cultural.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e Psicologia, porém esse último não tem na referida unidade escolar. A instituição dessa equipe tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional e interinstitucional. A atuação da EEAA pauta-se em ações que ocorrem nos espaços e tempos do contexto escolar, tais como o mapeamento institucional, o suporte ao trabalho da gestão escolar, a assessoria ao processo de ensino- aprendizagem desenvolvido por meio de intervenções nas dificuldades de escolarização e apoio à coordenação dos cursos no que tange a orientação da OTP dos docentes.



9.9. Orientação Educacional – OE

A Orientação Educacional é serviço especializado, desempenhado pelo Pedagogo-Orientador Educacional, para o acompanhamento e o apoio dos profissionais da educação, dos estudantes, seus familiares e articulação da comunidade escolar e da rede externa (rede social ou rede de apoio), quanto ao processo de ensino-aprendizagem e das relações humanas que os cercam.

A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade com vistas a sua inserção no mundo do trabalho.

9.10. AEE / Sala de Recursos

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superlotação, e complementa, no caso de estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Profissional.

9.10.1. Educação Inclusiva

Considerando que inclusão escolar é entendida com a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino; que vai desde a entrada na unidade escolar passando pelo acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, dentre outras especificidades.

Considerando, que a legislação vigente assegura aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação o direito ao currículo adaptado às suas necessidades específicas, bem como de professores especializados (Brasil, 2013). Especificamente, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), respeitando a legislação vigente no Distrito Federal, destina 20 % do total de vagas em cursos de educação profissional e tecnológica para estudantes com deficiência, conforme descrito no edital do processo seletivo para cursos



profissionalizantes.

O CEP-ETP, por se tratar de uma escola pública e vinculada a SEEDF, e também para atender a este público específico e com vistas à garantia de igualdade de condições e de oportunidades educacionais, vai priorizar ações inclusivas voltadas às especificidades da Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas dos seguintes grupos:

- a) pessoa com deficiência, desde que incluídas no grupo atendido pela SEEDF;
- b) pessoa com transtorno do espectro do autismo;
- c) pessoa com altas habilidades/superdotação;
- d) pessoa com transtornos de aprendizagem.

As ações inclusivas serão efetivadas a medida que, juntamente com a Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, Diretoria de Educação Profissional (DIEP) e Subsecretaria de Inclusão (SUBIN) constituírem um Plano Institucional de Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que promoverá ações com vistas a inclusão efetivamente, conforme descrito no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

Para um melhor atendimento ao estudante que precisa ser incluído, a equipe do CEP-ETP apresenta algumas situações sobre inclusão que devem ser levados em consideração, a saber:

- I. A Educação Especial assegura aos estudantes que apresentam laudo médico, o direito ao currículo adaptado às suas necessidades específicas, bem como professores especializados, de acordo com a disponibilidade na rede de ensino distrital.
- II. No início do período letivo os professores regentes das unidades curriculares a serem ofertadas no período, juntamente com a Coordenação do Curso, Equipe Multidisciplinar de Apoio Educacional, Supervisão Pedagógica e AEE devem elaborar a adequação curricular para o estudante em tela.
- III. Ao final de cada unidade curricular o professor regente, deve encaminhar à Coordenação de Curso e para o um relatório versando sobre o desenvolvimento do estudante, quais as dificuldades encontradas e o que foi feito para que o estudante pudesse superá-las.

Ao final do módulo, o professor que presta assessoramento e apoio especializado ao estudante especial, deve enviar a Supervisão Pedagógica um relatório que verse sobre



o desenvolvimento do estudante durante o semestre nas atividades desenvolvidas na Sala de Recursos se esta já existir; as dificuldades apresentadas por cada um dos estudantes atendidos e o que foi realizado para superá-las; bem como as potencialidades trabalhadas.

Assim, acredita-se ser possível balizar o início do atendimento de inclusão necessário para muitos estudantes da EPT.

9.10.2. Sala de Recursos Complementar

O Atendimento Educacional Especializado, intitulado por AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, considerando suas necessidades específicas.

O professor que atua na Sala de Recursos deve oferecer orientação e apoio pedagógico aos docentes das classes comuns em que os estudantes atendidos estejam regularmente matriculados, com sugestão de adequação curricular e condução pedagógica com o estudante.

Tratando-se de uma unidade escolar de EPT, com oferta de diferentes cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio e pós técnico de especialização técnica, a comunidade escolar tem indicado a necessidade de se ofertar o Atendimento Educacional Especializado para os estudantes ingressantes no Primeiro Semestre, visando oportunizar e facilitar o acesso desses estudantes ao atendimento da Sala de Recursos garantindo-lhes, assim, a aplicação das adequações curriculares e o respeito ao atendimento individualizado que o estudante necessita e tem direito.

Para todos os estudantes da Sala de Recursos, o atendimento deve ser realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos do CEP-ETP, paralelamente ao horário de regência das demais unidades curriculares das turmas/classes comuns inclusivas ou em outra sala, preferencialmente, no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

O AEE em Sala de Recursos para estudantes com baixa visão; Deficiência Visual/Cego; deficiência auditiva leve, moderada, profunda e severa e surda cega contará, conforme o caso, com a participação de:

1. Professor que atua como intérprete educacional, para atuação em sala de aula comum em que esteja matriculado o estudante surdo, conforme previsto na estratégia de matrícula;



-
2. Professor que atua como guia-intérprete, para atuação junto ao estudante surdocego;
 3. Em casos de estudantes com Deficiência Auditiva leve, moderada, profunda e severa e surda cega, o Atendimento Educacional Especializado oferece, ainda, atendimento curricular específico, a ser desenvolvido por profissional devidamente habilitado.

Apesar processo seletivo do CEP-ETP, semestralmente contemplar com 20% de suas vagas para estudantes com deficiência, atualmente a referida unidade escolar ofertante de Educação Profissional e Tecnológica não é contemplada com os serviços de sala de recursos complementar, voltada a EPT, fazendo-se necessário a constituição da referida sala de recursos, bem como de equipe de docentes multidisciplinar constituída por profissionais dos diferentes eixos tecnológicos para melhor atender aos estudantes que buscam pela formação profissional a partir da inclusão.

9.10.3. Sala de Recursos Suplementar – Altas Habilidades/Superdotação

A Sala de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação integra o Atendimento Educacional Especializado – AEE ofertado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Atualmente, funcionando no CEP-ETP, a sala de Altas Habilidades/Superdotação (SH/SD) atende em torno de 220 estudantes encaminhados pelas escolas públicas e privadas de Planaltina/DF. Contando com uma equipe multidisciplinar, composta por uma professora itinerante, psicóloga e professores de diversas áreas do conhecimento, são oferecidos atendimentos nas áreas acadêmicas e de talento artístico.

No que se refere à definição oficial, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ao lançar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, considera estudantes com altas habilidades/superdotação aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, isoladas ou combinadas, além de potencial criativo, envolvimento na aprendizagem e na realização de tarefas em áreas de seu interesse. Tais estudantes, são encaminhados pelas unidades escolares para avaliação e acompanhamento na Sala de Recursos Específica para suplementação pedagógica, tendo como princípio o desenvolvimento de suas potencialidades nas respectivas áreas de interesse.

A localização da Sala de Recursos de Altas Habilidades no CEP-ETP, representa



um diferencial para os professores e estudantes, possibilitando a partilha de conhecimentos e gerando possibilidades de intercâmbio com diversas áreas profissionais e de conhecimento presentes na unidade escolar. Dessa maneira, os estudantes das Altas Habilidades periodicamente participam de oficinas ou atividades ofertadas pelos professores e alunos dos cursos técnicos da referida unidade escolar, da área de saúde. No caso dos estudantes da área de talento: Artes Cênicas, a parceria com os professores e estudantes do curso de enfermagem têm possibilitado um projeto piloto de simulação realística de casos clínicos, popularmente conhecido como “paciente simulado”, possibilitando aos estudantes de Altas Habilidades a aplicação dos conhecimentos construídos e o exercício das suas práticas artísticas.

Em consonância com as orientações da SEEDF, o referencial de trabalho e avaliação é norteado pelo modelo dos três anéis: habilidade acima da média em alguma área do conhecimento, envolvimento com a tarefa e criatividade. Seguindo o modelo triádico de enriquecimento curricular, a atuação dos professores tutores visa a suplementação pedagógica para os estudantes atendidos, propondo o desenvolvimento de atividades relacionadas às áreas de interesse, envolvendo etapas de planejamento, pesquisa, produção e socialização das produções. Em diversos casos, também se busca com profissionais da instituição de ensino ou de outras instituições, visando o aprofundamento de determinadas pesquisas e o contato dos estudantes com pesquisadores e/ou especialistas em suas áreas de interesse. Assim, propõe-se que o atendimento aos estudantes com Altas Habilidades/Superdotação engloba atividades que envolvam a criação de oportunidades para trabalhos autônomos, estimulando o desenvolvimento de talentos e o pensamento criativo, com um olhar holístico para o estudante.

Da atuação da Psicóloga na Equipe de Altas Habilidades/Superdotação

A partir de uma prática embasada no Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos conhecimentos da Psicologia enquanto ciência e na Orientação Pedagógica da Educação Especial, a psicóloga atua em diversas frentes, considerando os eixos: estudantes, equipe pedagógica e família/ comunidade.

Dentre as atividades realizadas estão priorizadas: o mapeamento institucional, com



foco no serviço do Pólo de AH/SD; avaliações quanto a comportamentos indicativos de AH/SD, em conjunto com professor(a)/tutor(a) dos(as) estudantes encaminhados(as) ao serviço; intervenções em grupo visando a estimulação do potencial de sucesso dos(as) estudantes; intervenções em grupo visando a prevenção e promoção de saúde mental dos/das estudantes; intervenções visando humanização dos processos de ensino-aprendizagem e o fomento de uma cultura de sucesso no ambiente escolar; participação nas produções coletivas das Altas Habilidades; acolhimento de estudantes, familiares e equipe; acompanhamento individual; contribuições com conhecimentos da área da Psicologia para a formação continuada da equipe e para disseminação do conhecimento na comunidade escolar; encaminhamentos para rede intersetorial, quando necessário.

Vale salientar que o profissional de Psicologia é parte integrante da equipe, participando das reflexões e construções de direcionamentos do serviço, de projetos realizados, de tomadas de decisões e de reflexões sobre a prática e sobre as bases epistemológicas que a norteiam. Sendo assim, em conjunto com a equipe, a psicóloga buscará construir estratégias e intervenções visando trabalhar autoconhecimento quanto às Altas Habilidades e Superdotação; habilidades socioafetivas; autonomia e protagonismo; senso de coletividade e pertencimento; escolha profissional e projetos de vida; entre outros temas. Mais ainda, sempre que possível, contribuir para a psicoeducação das famílias e da comunidade quanto às Altas Habilidades, ao desenvolvimento humano e a uma cultura de sucesso na escola.

9.10.4. Das Áreas de Atendimento

9.10.4.1. Área de Talento Artístico –Artes Cênicas

O atendimento da Sala de Recursos de Altas Habilidades na área de Talento Artístico –Artes Cênicas é destinado a estudantes que apresentam elevado potencial artístico no campo das artes performativas, do teatro, da dança, do audiovisual, entre outras interfaces com as artes da cena. Nesse contexto, agrega jovens talentos com múltiplos interesses nessa vasta área do conhecimento, potencializando as habilidades específicas de cada estudante e estimulando a experimentação de processos artísticos coletivos e colaborativos. Dessa maneira, nas atividades de enriquecimento, os estudantes podem trilhar percursos individuais de pesquisa em suas áreas de interesse,



podendo aplicar os conhecimentos construídos em uma montagem teatral coletiva/colaborativa. A mostra teatral, ao final do ano letivo, é o eixo da proposta pedagógica do atendimento de Altas Habilidades na área de talento artístico –Artes Cênicas, por ser um espaço de socialização dos conhecimentos construídos pelos estudantes ao longo do ano, ocasião em que o estudante pode perceber como se articulam os diversos elementos da composição cênica aplicados a um espetáculo teatral. Em resumo, a organização pedagógica desse atendimento reafirma o caráter multidisciplinar das artes da cena, abrindo oportunidades de investigação e prática artística aos estudantes interessados pela interpretação teatral, cenografia, figurino, dramaturgia, iluminação, sonoplastia, entre outras possibilidades.

9.10.4.2. Área de Talento Artístico –Artes Visuais

O atendimento da Sala de Recursos de Altas Habilidades na área de Artes Visuais é direcionado aos estudantes com interesse e notável desempenho nessa área artística, apresentando o uso expressivo/criativo da linha, da cor, da composição e da forma com habilidade acima da média. Entre os objetivos centrais do trabalho na Sala de Recursos de Altas Habilidades em Artes Visuais, destacam-se o estímulo ao aprofundamento e enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, a criação de oportunidades para trabalhos independentes e para investigação nas múltiplas vertentes e linguagens das Artes Visuais. Além disso, pretende-se criar um ambiente propício ao exercício da autonomia pessoal e criativa dos estudantes, estimulando o exercício de planejamento de projetos artísticos, elaboração de metas e compromissos, gestão dos tempos e espaços de aprendizagem, além da construção de obras artísticas com originalidade e aprofundamento conceitual. Integrando a proposta pedagógica, são previstos momentos de socialização das produções artísticas e dos processos de criação dos estudantes, por meio de exposições e mostras individuais e/ou coletivas. Espera-se, por meio desse momento de partilha, promover a reflexão acerca dos fazeres criativos, estimulando a ação criadora e os diálogos com o público, de maneira dinâmica, lúdica e prazerosa.

9.10.4.3. Atividades - Área Acadêmico Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2º Ciclo)

O atendimento educacional especializado contempla estudantes que cursam os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), com características acima da média,



relacionadas à aptidão acadêmica específica ou geral, pensamento criativo e produtivo, talento para as linguagens artísticas, capacidade psicomotora ou de liderança, as quais podem estar associadas entre si, ou não.

Por meio das metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, os estudantes são conduzidos ao ensino por investigação, para estimulá-los a construir suas próprias explicações sobre o mundo, relacionado com as transformações, elementos da natureza, saberes sobre a cultura, a ciência e tecnologia. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) destaca a importância de unir os procedimentos investigativos a um dos direitos de aprendizagem da educação infantil: o explorar. Desse modo, as ações pedagógicas irão permitir que os estudantes, encontrando desafios compatíveis com as suas habilidades, tenham autonomia no processo das aprendizagens, atuando como protagonistas na construção do conhecimento, por meio de seus projetos criativos e inovadores. À medida em que os estudantes vão, em um ritmo particular, alcançando os objetivos estabelecidos em seus projetos, são organizados momentos para socialização e compartilhamento de saberes e ou dos produtos construídos, com a comunidade escolar. Esses momentos podem acontecer na forma de rodas de conversa, apresentação de banner, mostras culturais, artísticas ou científicas, divulgação de vídeos, podcasts e outras formas, a partir da criatividade dos estudantes.

9.10.4.4. Área Acadêmica – Exatas - Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA

O Atendimento Educacional Especializado da Sala de Recursos de Altas Habilidades e Superdotação em Exatas busca propiciar um ambiente que promova o desenvolvimento global do estudante dentro de sua área de interesse e, ainda, de acordo com o seu ritmo de desenvolvimento e aprendizagem. Concomitantemente, busca-se estimular o discente a desenvolver seu senso crítico, habilidades sociais e emocionais. A sala de Altas Habilidades e Superdotação em Exatas propicia aos educandos situações de aprendizagem que ampliam o rol de experimentações acadêmicas e pessoais proporcionando a descoberta de novas áreas de interesse, além de permitir níveis mais profundos de investigação e aprendizagem. O professor - atuando como tutor e mediador - se propõe a estimular o estudante a desenvolver suas potencialidades e habilidades em tópicos da área de exatas, através da investigação e da resolução de problemas reais,



formulação de hipóteses, pesquisas, construção de protótipos e jogos.

9.10.4.5. Área Acadêmica – Linguagens e Humanas - Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA

O Atendimento da Sala de Recursos de Altas Habilidades na área Acadêmico - Linguagens e Humanas atende alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio com características acima da média, com alta capacidade cognitiva relacionada à compreensão, leitura, comunicação, motivação intrínseca à aprendizagem, exploração e observação e produção de texto independente e de gêneros variados. Com vista ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, há a necessidade de oportunizar a construção do processo de aprendizagem e estímulo às suas potencialidades criativas e seu senso crítico. As estratégias de aprendizagem são baseadas nas teias de interesse do aluno com viabilização dos projetos, nas pesquisas, nas rodas de conversa, nas oficinas, na montagem de portfólios individuais e coletivos. Por meio de Feiras Literárias e Exposições das produções realizadas na escola, dá-se a visibilidade de culminância do trabalho individual e coletivo, incentivando assim, a leitura, a observação, a escrita e a participação da comunidade extraescolar numa troca de experiências de aprendizagem e conhecimento.

9.11. Atuação dos profissionais de apoio escolar

O monitor de gestão educacional, quando designado para atuar na unidade escolar, executa, sob orientação da equipe escolar, atividades de cuidado, higiene e estímulo aos estudantes com necessidades especiais, participa de programas de treinamento e formação continuada, dentre outras ações.

A Unidade Escolar CEP-ETP, hoje, não conta com os serviços de nenhum monitor.

9.12. Permanência e êxito escolar dos estudantes

A permanência e o êxito escolar dos estudantes são questões fundamentais na busca por uma educação de qualidade. Entretanto, o abandono escolar ainda é um problema grave em muitos países, inclusive no Brasil. Existem diversos fatores que contribuem para o abandono escolar, como a falta de interesse dos estudantes, a falta de recursos financeiros, a falta de apoio familiar, a falta de qualidade no ensino, entre outros. No entanto, é possível adotar medidas para aumentar a permanência e o êxito escolar dos estudantes.



Outros dois fatos importantes a serem acrescentados são os requisitos e tempo de permanência do estudante para conclusão do curso o qual está matriculado. Quanto aos requisitos, o estudante para ter seu diploma de técnico de nível médio expedido deve ter concluído o Ensino Médio, cumprimento integral das unidades curriculares existente na matriz curricular aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) e autorizada pela SEEDF. Enquanto ao tempo de permanência no curso, deve ser de no mínimo 03 semestres, desde que cumpridas com êxito, ou por aproveitamento de estudos, as unidades curriculares existentes na matriz curricular em tela e no máximo o dobro de semestres constantes na na mesma. Esse tempo de permanência máximo e mínimo também pode vir descrito no Plano de Curso aprovado pelo CEDF.

Uma das medidas mais eficazes é a criação de programas de acompanhamento e apoio aos estudantes. Esses programas podem oferecer monitorias, orientação vocacional, aulas de reforço, entre outras atividades que ajudem os estudantes a superar as dificuldades e a se manterem motivados. Estudo realizado por Lima (2022) mostrou que a qualidade do ambiente de aprendizagem tem um impacto significativo no desempenho acadêmico dos estudantes. Segundo o autor, um ambiente de aprendizagem positivo pode incentivar os estudantes a permanecer na escola e a se engajar mais no processo de aprendizagem.

Outra medida importante é a valorização dos professores e a melhoria da qualidade do ensino. Professores bem-preparados e motivados são fundamentais para garantir a aprendizagem dos estudantes e para mantê-los engajados na escola.

Além desses fatores, também é preciso investir em recursos didáticos e tecnológicos que possam tornar as aulas mais dinâmicas e interessantes.

9.13. Recomposição das Aprendizagens

Dado o contexto da pandemia de COVID-19 e as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem no contexto do CEP-ETP, o termo “recomposição das aprendizagens” tem sido utilizado. A recomposição das aprendizagens é sinalizada como sendo as aprendizagens iniciadas e não concluídas, necessitando assim de serem retomadas, dado que muitos estudantes não tiveram a oportunidade de acesso às aulas remotas ou tiveram parcialmente, necessitando com o retorno a presencialidade, de retomar suas aprendizagens. (VILLAS BOAS, 2022).

Considerando a complexidade vivenciada, neste contexto da SEEDF, cabe refletir



sobre as ações de acolhimento e cuidado para com o estudante que viveu descontinuidades em seus processos de aprendizagens. Um dos recursos disponíveis para subsidiar processos de acolhimento, cuidado e recomposição de aprendizagens é a Avaliação Diagnóstica.

Assim, por meio da análise colaborativa dos resultados vivenciados pela comunidade escolar tem sido possível (re)orientar o trabalho pedagógico com a finalidade de intervir de maneira significativa visando o resgate das aprendizagens. Nesse sentido, o modelo híbrido de ensino tem se constituído como recurso pedagógico favorecedor de uma aprendizagem significativa, ao promover uma integração entre o ensino presencial e as propostas de ensino remoto. De acordo com Bacich, Neto e Trevisani (2015, p. 13), diferentes sugestões articulam essas atividades, porém, na essência, a estratégia consiste em colocar o foco do processo de aprendizagem no aluno e não mais na transmissão de informação que o professor tradicionalmente realiza. De acordo com essa abordagem, o conteúdo e as instruções sobre um determinado assunto curricular não são transmitidos pelo professor em sala de aula. O aluno estuda o material em diferentes situações e ambientes, e a sala de aula passa a ser o lugar de aprender ativamente, realizando atividades de resolução de problemas ou projeto, discussões, laboratórios, dentre outros, com o apoio do professor e colaborativamente com os colegas.

Diante dessas compreensões, as ações de recomposição das aprendizagens no contexto do CEP-ETP devem primar:

- pelo protagonismo estudantil;
- pela utilização crítica do modelo híbrido de ensino;
- pela valorização processo de aprendizagem do estudante;
- pela integração ensino, pesquisa e extensão;
- pelo trabalho colaborativo e avaliação formativa.

9.14. Implementação da Cultura de paz

Segundo ressalta Jares (2007), a educação para a paz possui, em seu contexto histórico, quatro momentos marcantes: 1) legado da Escola Nova; 2) colaboração da UNESCO; 3) contribuição da Pesquisa para a Paz e 4) Não-Violência. Para Freire (1987, 1996) é mister a superação das causas da violência estrutural, destacando que a educação não pode deixar de ser crítica e encobrir as realidades sociais, mas oportunizar que os oprimidos sejam ativos na construção da cultura de paz, tendo em vista um mundo não



violento. Para Fante (2011) a Educação para a Paz pode contribuir para a melhoria do ato pedagógico, especialmente com estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, se fez necessário a implementação da cultura de paz nas escolas, orientadas pelo Caderno Orientador, Cultura de Paz nas Escolas (SEEDF, 2020). Diante dessas compreensões, as ações de Convivência Escolar e Cultura de Paz, no contexto do CEP-ETP, devem primar:

- pelo protagonismo estudantil;
- pela mediação de conflito e comunicação não violenta como práxis pedagógica para o aprender a conviver;
- pela assunção da urbanidade e convivência como instrumentos pedagógicos favorecedores do aprender a conviver;
- pela implementação de ações de prevenção, monitoramento e execução de protocolos e cumprimento de fluxos.
- pelo planejamento, desenvolvimento e avaliação de ações e projetos pedagógicos voltados à convivência escolar e combate a todas as formas de violência.

9.15. Da Educação à Distância

O CEP-ETP pode ofertar Cursos Técnicos a Distância, inclusive, a partir da Rede e-TEC Brasil após aprovação do Conselho de Educação do Distrito Federal. Os Cursos na modalidade EaD (Educação a Distância) ofertados pelo CEP-ETP funcionam conforme as normas legais vigentes. O material didático fornecido ao estudante deve estar em consonância com o curso, podendo ser oferecido na forma de mídia ou impresso e em linguagem dialógica com os estudantes.

Segundo Artigo 58 do Conselho de Educação do Distrito Federal os cursos técnicos de nível médio oferecidos na modalidade de Educação a Distância do eixo tecnológico Ambiente e Saúde, segmento Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, deve ser cumprido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos da legislação vigente (Resolução nº 1/2012, CEDF).

O CEP-ETP, por intermédio dos coordenadores de cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD, no início do período letivo, deve elaborar o Guia do Estudante de cursos EaD, contendo informações sobre a estrutura e o funcionamento de cada um dos cursos; os polos de atendimento, quando existir; o atendimento aos estudantes pela



Secretaria Escolar; os prazos; datas dos encontros presenciais; as rotinas referentes a oferta dos cursos e os cronogramas das atividades e unidades curriculares dos cursos, e-mail da coordenação do curso e o whatsApp da EaD, disponibilizando-o aos estudantes no início do período letivo.

A Coordenação de cada curso, no início de cada período letivo, deve informar ao professor regente a importância de apresentar ao estudante, já na primeira ação pedagógica, o programa de cada Unidade Curricular, incluindo nome do professor regente, carga horária da unidade curricular, os objetivos, as unidades didáticas com o(s) respectivo(s) cronograma(s), as atividades a serem realizadas, bem como as avaliações, média para aprovação, atividades de recuperação paralela e contínua, enfatizando que sempre que solicitado o aluno deve fazer e proceder a entrega das mesmas.

Deve ser assegurada ao aluno a participação no processo de ambientação virtual do curso, objetivando garantir a navegação segura nas ferramentas de interação (fóruns, mensagens, outros) e nos recursos da sala virtual (tarefas, enquetes, diário reflexivo, entre outros).

9.15.1. Do Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial

O Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial é uma unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas a cursos e programas ofertados a distância pelo CEP-ETP. A Instituição que abriga o Polo de Apoio à Aprendizagem Presencial será responsável pela manutenção adequada dos equipamentos do laboratório, assegurando aos estudantes o acesso às salas de aula e à biblioteca, sob supervisão do Coordenador de Polo.

9.16. Das Atividades Práticas Supervisionadas e Estágio Curricular

As Atividades Práticas Supervisionadas – APS e o Estágio Curricular são atividades de aprendizagem social, profissional e culturais devidamente supervisionados, que visam à preparação para o trabalho.

São consideradas atividades práticas curriculares as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) e o Estágio Curricular: As APS proporcionarão aos estudantes uma vivência prática e, ou observacional do seu aprendizado, devendo ser prevista no Plano de Curso dos cursos e estar voltadas ao aprendizado e desenvolvimento das competências e habilidades concernentes às respectivas profissões, mediante vivências reais, visando dotá-lo de responsabilidades crescentes, como por exemplo o agente prestador de



=====

cuidados e atenção à saúde, compatíveis com o seu grau de autonomia. O Estágio Curricular destina-se aos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal regularmente matriculados em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

As APS podem ser entendidas como atividades ou ações que se encontram e articulam com o conhecimento prático, vinculado à realidade da área estudada, a partir de um objeto de estudo que tem como finalidade conhecer ou aprofundar algo específico do tema a ser trabalhado.

As APS são desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação do docente da unidade escolar, que acompanha integralmente os estudantes no cenário, durante todos os períodos das atividades em tela.

O Estágio Curricular é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando regularmente as atividades. Tem como objetivo a melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do estudante, bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área. Deve ser efetivado com supervisão docente e em cenários que tenham condição de proporcionar a devida experiência/vivência prática na área de formação, devendo o estudante, para este fim, estar apto para as atividades requeridas. O docente da instituição deve acompanhar o estudante no mínimo em 20% do total da carga horária semanal do Estágio Curricular.

Constituem campos de ensino as estruturas orgânicas e entidades vinculadas, desde que apresentem condições para: planejamento e execução conjunta das atividades de Estágio Curricular e APS; aprofundamento dos conhecimentos teórico e práticos de áreas específicas de trabalho; orientação e acompanhamento por parte de profissionais com qualificações adequadas ao curso; vivência efetiva de situações reais da vida e trabalho em um dado campo profissional; e avaliação das atividades desenvolvidas nos cenários de ensino. Cenários são os espaços no interior do campo de Estágio Curricular/APS onde ocorrem de fato as atividades práticas de ensino onde se vivencia a rotina profissional.

O docente da unidade escolar que atua em cenários de ensino, acompanham, orientam e avaliam os estudantes em estruturas orgânicas e instituições parceiras contribuindo para formação profissional e cidadã do estudante. Esses docentes devem comprovar registro no Distrito Federal, em seu órgão de classe profissional.

O Estágio Curricular na educação profissional, no âmbito do CEP-ETP, deve ser



ofertado de acordo com a Organização Curricular da unidade escolar e Plano de Curso aprovado pelo CEDF e autorizado pela SEEDF. O estudante é encaminhado à instituição conveniada, conforme critérios previamente definidos, consideradas as peculiaridades do curso, podendo inclusive ser submetido a processo seletivo.

A realização do Estágio Curricular depende de prévia formalização, por meio de Termo de Compromisso entre o CEP-ETP, a instituição conveniada e o estudante, conforme legislação vigente, contendo as seguintes informações:

1. Carga horária;
2. Duração;
3. Jornada;
4. Apólice de seguro obrigatório;
5. Plano de atividades do estagiário;
6. Idade do estudante, que deve ter no mínimo de 18 (dezoito) anos completos até a data do início do Estágio Curricular;
7. Respeitar as exigências relativas à prática de atividades insalubres;
8. Ter cursado com aproveitamento a disciplina de ética aplicada;
9. Ter cursado o pré-requisito com aproveitamento, que envolva as atividades práticas que serão desenvolvidas no campo;
10. Cumprir rigorosamente o número total de dias, a carga horária diária, normas e rotinas relativas à atenção à saúde, à ordem e disciplina dentre outras, conduzindo-se dentro dos princípios éticos profissionais, da convivência social, além de manter postura acadêmica de aprendiz, mas com responsabilidade profissional. Pode ainda desenvolver atividades específicas da área de formação em tela, desde que faça sob a supervisão direta do supervisor campo/cenário de ensino, sendo-lhe vedado assumir, pessoalmente a responsabilidade pelo exercício das funções, sob pena de se caracterizar o exercício ilegal da profissão
11. Em caso de desistência ou cancelamento do Estágio Curricular /APS por parte do algum estudante, o crachá de identificação deve ser devolvido à unidade escolar, ou seu representante legal imediatamente.

O crachá de identificação deve ser zelado pelo estudante e pelo docente do CEP-ETP. Em caso de extravio de qualquer natureza, o estudante e, ou docente deve registrar boletim de ocorrência policial e providenciar emissão de 2ª via.

No caso de renovação do Estágio Curricular /APS, deve ser formalizado novo Termo



de Compromisso ou pode ser efetuado aditamento ao existente.

O estagiário é obrigado, mediante o Termo de Compromisso, a cumprir as condições fixadas para Estágio Curricular/APS.

De acordo com o art. 4º, 7º e 67º do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, a lei nº 13.287/16, a Portaria MTnº 3214/78 é vedada a realização de APS e Estágio Curricular para estudante durante o período de gestação e lactação. Cabe ao estudante que se encontra nessa situação comunicar imediatamente o professor de estágio/APS, e, ou ao coordenador do curso.

O Estágio Curricular/APS realizado pelo estudante não estabelece vínculo empregatício. A responsabilidade do planejamento efetivo e acompanhamento do Estágio Curricular/APS são de competência do CEP-ETP.

Para o estágio não obrigatório e/ou extra-curricular, caberá à equipe gestora do CEP-ETP indicar profissional responsável pela avaliação das atividades do estagiário, por meio de relatório periódico e não superior a seis meses de atividades.

É vedada a cobrança de qualquer taxa referente às providências administrativas para obtenção e realização do Estágio Curricular/APS, sob qualquer pretexto. O Estágio Curricular/APS previsto neste PPP é realizado de acordo com a legislação vigente.

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ESCOLAR

10.1. Da Gestão Democrática no CEP-ETP

A finalidade da Gestão democrática no CEP-ETP é garantir o ensino profissional de qualidade, a centralidade do CEP-ETP e o caráter público dos serviços prestados, à gestão e à destinação. Será efetivada pelos mecanismos de participação a partir da Direção/Equipe Gestora e Órgãos colegiados, assim constituídos:

I – Direção:

Diretor

Vice Diretor

Supervisão Pedagógica e Administrativa

Secretário Escolar

II –Órgãos Colegiados:

Assembléia Geral Escolar

Conselho Escolar

Conselho de Classe



10.2. Da Equipe Gestora no CEP-ETP

A equipe gestora do CEP-ETP é composta por Diretor, Vice-Diretor, Supervisores, Chefe de Secretaria, conforme modulação do CEP-ETP, em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitados dispositivos legais.

Da Direção e da Vice Direção

À Direção e Vice Direção do CEP-ETP, compete cumprir o Termo de Compromisso assinado no ato da posse, que contemplará as competências da Gestão Democrática nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro, além daquelas decorrentes do cargo, bem como as atribuições a serem definidas pela SEDF. A escolha do Diretor e do Vice-Diretor do CEP-ETP será feita mediante eleição, segundo a legislação vigente.

Da Supervisão Escolar

A Supervisão Escolar do CEP-ETP é formada por Supervisor Administrativo e Supervisor Pedagógico. A Supervisão do CEP-ETP, em articulação com os demais profissionais da equipe gestora, será responsável pela supervisão pedagógica, administrativa e financeira em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitados as disposições legais.

À **Supervisão Administrativa do CEP-ETP**, sob a responsabilidade do profissional qualificado: Supervisor Administrativo compete:

- I. auxiliar a Direção nos campos: orçamentário e financeiro; a alocação e manutenção de recursos materiais; de instalação física; à locação e movimentação de pessoal docente e administrativa; a contratação de serviços de terceiros; ao serviço de reprografia; expediente; e controle patrimonial.

À **Supervisão Pedagógica do CEP-ETP** em trabalho articulado junto à Direção compete:

- I. proceder no início do período letivo a apresentação da modulação, bem como o acompanhamento da escolha dos blocos de unidades curriculares/turmas a serem atendidas;
- II. apresentar para os docentes e estudantes o horário de aulas previamente elaborado;
- III. proceder no final do período letivo o levantamento, junto às coordenações de cursos, das unidades curriculares que serão ofertadas no semestre seguinte, com



vistas a organização da oferta do curso;

- IV. proceder o levantamento da saída de turmas, com vistas a obter a disponibilidade de salas para abertura de novas turmas/cursos no Edital próprio do processo seletivo;
- V. corroborar com a Direção na elaboração do Edital do processo seletivo nos períodos designados pela Diretoria de Educação Profissional (DIEP);
- VI. coordenar os Conselhos de Classe para conhecimento do quantitativo de alunos que aprovados, recuperados e reprovados, ações pedagógicas de recuperação paralela e contínua realizadas, com percentual de êxito e recuperação final, com vistas a pensar em possíveis intervenções a serem realizadas;
- VII. auxiliar os docentes no planejamento das atividades diárias, e na atualização das matrizes curriculares;
- VIII. assegurar a qualidade dos cursos por meio de constantes estudos e discussão nas coordenações pedagógicas coletivas da unidade escolar, por curso e individual;
- IX. proceder atendimento ao corpo discente visando à qualidade de seu aprendizado;
- X. acompanhar a oferta, realização e desenvolvimento do Estágio Curricular supervisionado, APS (Atividades Práticas Supervisionadas) e demais atividades que se fizerem necessárias;
- XI. participar das coordenações pedagógicas coletivas da equipe de Estágio Curricular supervisionado e, ou APS dos cursos;

Da Secretaria Escolar

À Secretaria Escolar do CEP-ETP, em articulação com os demais profissionais da equipe gestora, compete o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a estudantes, e docentes, às famílias e/ou responsáveis legais em assuntos relativos à sua área de atuação. A Secretaria Escolar é dirigida pelo Chefe de Secretaria Escolar, nomeado e legalmente habilitado ou devidamente autorizado pelo órgão competente da SEEDF para o exercício da função. A Secretaria Escolar do CEP-ETP deverá contar com Apoios Técnico-administrativos necessários ao cumprimento de suas competências.

Da Escrituração Escolar

A escrituração escolar é o registro sistemático dos fatos relativos à vida escolar do



estudante, deforma a assegurar, a qualquer tempo, a verificação da identidade, da autenticidade de sua vida escolar e da regularidade de seus estudos, bem como do funcionamento do CEP-ETP.

10.3. Dos Órgãos Colegiados do CEP-ETP

Da Assembleia Geral Escolar

A Assembleia Geral Escolar, instância máxima de participação direta da comunidade escolar, abrange todos os segmentos escolares (docentes, discentes, pais ou responsáveis) e é responsável por acompanhar o desenvolvimento das ações do CEP-ETP. A Assembleia Geral Escolar se reunirá ordinariamente a cada seis meses, ou extraordinariamente, sempre que a comunidade escolar do CEP-ETP indicar a necessidade de ampla consulta sobre temas relevantes, mediante convocação:

Do Conselho Escolar

No CEP-ETP funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF. O Conselho Escolar do CEP-ETP será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme quantidade de estudantes do CEP-ETP prevista em legislação vigente.

Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe do CEP-ETP é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens.

Devido a peculiaridade de oferta das unidades curriculares, esse Conselho de Classe acontecerá todas as vezes que forem finalizadas unidades curriculares no(s) curso(s) e anterior à entrega dos Diários de Classe para os registros da secretaria escolar. Assim, será possível conhecer o quantitativo e quais estudantes foram aprovados, recuperados, reprovados. Também será possível conhecer as ações pedagógicas de recuperação paralela e final desenvolvidas e quais as estratégias indicadas para recompor o processo de aprendizagem do estudante, com vistas a evitar evasão escolar.

Do Corpo Discente

O Corpo Discente é constituído pelos estudantes matriculados no CEP-ETP. Devendo seus direitos de estudante e deveres constantes no Regimento Escolar Interno



ser publicizados, apresentados, explicados e seguidos por todos.

10.4. Administrativo

Unidade orgânica de direção e supervisão administrativa, compete:

- I. supervisionar, coordenar e acompanhar procedimentos administrativos referentes aos servidores do CEP-ETP;
- II. supervisionar e acompanhar as ações de divulgação, inscrição e processo seletivo do CEP-ETP;
- III. coordenar e supervisionar, no âmbito do CEP-ETP, a instalação e o monitoramento de soluções e infraestrutura de tecnologia da informação;
- IV. gerenciar, catalogar, organizar e manter, no âmbito do CEP-ETP, os serviços, os processos e os procedimentos relativos à gestão do patrimônio e aos serviços gerais;
- V. organizar, orientar e acompanhar, no âmbito do CEP-ETP, as atividades de portaria, de vigilância, cocção, conservação e limpeza;
- VI. desenvolver os serviços de conservação do patrimônio, de atualização da documentação e do registro das mudanças patrimoniais;
- VII. mapear e agendar o uso dos espaços físicos do CEP-ETP para realização de aulas, cursos, reuniões e eventos;
- VIII. controlar e manter atualizado o arquivo de documentos dos servidores do CEP-ETP;
- IX. controlar e manter atualizado a comunicação e processos via SEI.
- X. executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

De acordo com a Supervisão Administrativa do CEP-EPT, atualmente encontra-se à disposição do CEP-ETP para realização dos trabalhos administrativos 11 servidores efetivos, conforme pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6. Relação de pessoal técnico, administrativo e de apoio servidores da SEEDF

87



disponibilizado para o CEP-ETP, com a respectiva função, grau de formação e cursos de formação.

Nome do Servidor	Função	Grau de Formação	Cursos de formação
01 Alanah Ahmad Lopes	Analista Pol.Pub.G.E. Ap Administ	Pós-Graduação Segurança Pública	
02 Almir Ribeiro Escolar	Analista Pol.Pub.G.E. Ap Administ	Espec. em Gestão Ambiental	
03 Helenir Imaculada Pereira	Técnico Pol.Pub.G.E. Supervisora Admin. Diurno	Graduação em Pedagogia	Técnico em Administração Técnico em Infraestrutura Escolar
04 Humberto Alves da Silva	Tecnico Pol.Pub.G.E	Ensino Médio	
05 Joanita da Cruz	Tecnico Pol.Pub.G.E	Tecnologa em Comunicação Institucional	
06 Julio Cesar Cardona	Analista Pol.Pub.G.E. Ap Administ	Pós-Graduação Ed. Inclusiva	
07 Lúcia Gomes dos Santos Alencar	Tecnico Pol.Pub.G.E	Ensino Médio	Tecnico Pol.Pub.G.E
08 Maria Estelita Farias Martins	Tecnico Pol.Pub.G.E	Pós-Graduação: Gestão Ambiental	Espec. em Gestão Escolar Licenc.em Normal Superior Técnico em Secret. Escolar
09 Mirian Francisco Ribeiro de Oliveira	Analista Pol.Pub.G.E. Secret. Escolar	Pós-Graduação Gestão e Orientação Educcional	
10 Simone de Paula Santos de Alarcão	Tecnico Pol.Pub.G.E	Graduação em Pedagogia	
11 Umberto Afonso Ferreira	Técnico Pol.Pub.G.E. Supervisora Admin. Noturno	Ensino Médio	

10.5. Infraestrutura

O CEP-ETP possui espaço físico adequado à realização das atividades educacionais na área de saúde. Suas instalações ocupam área total de 8.796,66m², cuja área construída é de 3.293,66m².

Para viabilizar o desenvolvimento da proposta curricular dos cursos de: qualificação, técnicos de nível médio, pós-medio técnico de especialização, nos turnos matutino, vespertino e noturno, nos diferentes arranjos de oferta o CEP-ETP dispõe das seguintes instalações físicas: 07 laboratórios (Saúde Bucal, Análises Clínicas, Nutrição e Dietética, Informática, Segurança no Trabalho, Anatomia e Enfermagem), 01 sala de leitura/biblioteca, 08 salas de aula, seis salas ambientes para estudantes de AH/SD, 01 WC Professores Feminino, 01 WC Professores Masculino, 04 salas de coordenação dos cursos presencial e de estágio, onde dois cursos dividem o ambiente, 01 sala de



professores/coordenação pedagógica coletiva, 01 sala de Educação à Distância, 01 sala de coordenação básica da Educação à Distância que abriga os 5 cursos EaD, 01 sala com depósito para secretaria, 01 sala de direção, 01 sala de vice direção, 01 sala de supervisão pedagógica, 01 sala de assistência administrativa, 01 sala de almoxarifado, 01 sala de multidisciplinar apoio educacional, 01 sala de orientação educacional, 01 cozinha de preparo da merenda escolar, incluindo o depósito de panelas e utensílios de servir e dispor a merenda escolar, bem com a despensa, 01 ambiente usado como refeitório; 01 sala de servidores, WC alunos feminino adaptado e não adaptado, WC alunos masculino adaptado e não adaptado, 01 sala de funcionamento do estúdio, pátio coberto. Em outros podemos citar a caixa d'água, Bebedouros com água filtrada e quadra poliesportiva,

10.6. Conservação e Limpeza, Cocção, Vigilância e Portaria

No CEP-ETP, os serviços de serviços de conservação, de limpeza, cocção e de cozinha são terceirizados. Mesmo assim, estão vinculados e subordinados à Direção do CEP-ETP e se responsabilizam pela execução de tarefas de limpeza, cocção, vigilância, manutenção e conservação do patrimônio. Tais serviços são executados por tantos servidores quantos forem necessários e disponibilizados pela Coordenação Regional de Ensino, para o devido atendimento aos turnos de funcionamento da escola, conforme a legislação.

De acordo com a Supervisão Administrativa, atualmente encontra-se à disposição do CEP-ETP para realização dos trabalhos de apoio pedagógico 19 servidores terceirizados, conforme pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7. Relação de pessoal terceirizado de apoio pedagógico disponibilizado ao CEP-ETP, com a respectiva carga horária, turno de trabalho e firma responsável pela contratação e área de atuação.

Nome	CH	Turno			Firma Contratada	Área de Atuação
		M	V	N		
1 Arivane Polla Karsten	44	X	X		Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
2 Daiane da Silva Rodrigues	44	X	X		Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
3 Elizangela Mendes	44		X	X	Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
4 Iraneide da Silva Nascimento Ferreira	44	X	X		Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
5 Mailza Gomes Santos Souza	44	X	X		Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
6 Roberto Augusto de Moraes	44		X	X	Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza



7	Silvana Gomes Souza	44	X	X	Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
8	Tatiane Moraes dos Santos	44		X	X Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
9	Tiago Leite dos Santos	44	X	X	Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
10	Vilmar Tavares da Silva	44	X	X	Juiz de Fora de Serviços Gerais	Conservação e Limpeza
11	Elton Borges de Lima	42			X Global Segurança LTDA	Vigilância
12	João Ragner Neris de Morais	42			X Global Segurança LTDA	Vigilância
13	José Ivan Ferreira	42	X	X	Global Segurança LTDA	Vigilância
14	João Mourato de Lima	42	X	X	Global Segurança LTDA	Vigilância
15	Dulcineia Ribeiro Cordeiro	44		X	X G&E Serviços Terceirizados Ltda	Alimentação escolar
16	Mar-Lucy Pereira da Silva	44		X	X G&E Serviços Terceirizados Ltda	Alimentação escolar
17	Leandro Teles da Silva	44	X	X	G&E Serviços Terceirizados Ltda	Alimentação escolar
18	Pedrita Santana Rocha	44	X	X	G&E Serviços Terceirizados Ltda	Alimentação escolar
19	Glidislene Aparecida Rodrigues	44	X	X	G&E Serviços Terceirizados Ltda	Alimentação escolar

Aos servidores de Conservação e Limpeza, Cocção e Vigilância compete:

1. Cuidar da abertura e fechamento da escola;
2. Ser pontual e assíduo às atividades requeridas pela escola, ao início e término de sua jornada de trabalho e às atividades promovidas pela escola.
3. Zelar pela boa ordem, conservação e limpeza do prédio, dos móveis e utensílios, dos materiais e equipamentos da escola.
4. Manter a limpeza e higiene das instalações sanitárias e demais dependências de toda a escola.
5. Colaborar na disciplina dos estudantes nos corredores, intervalo, na entrada e saída das aulas/horário de funcionamento da unidade escolar.
6. Comparecer às reuniões a que for convocado.
7. Trabalhar em comum acordo com os demais funcionários e com a Direção da Escola, colaborando no desempenho das funções e objetivos do Estabelecimento/unidade escolar.
8. Comunicar à Direção da Unidade Escolar qualquer incidente ocorrido na Escola durante sua jornada de trabalho;
9. Usar obrigatoriamente os acessórios que compõem o uniforme e os equipamentos de proteção individual disponibilizados pela empresa terceirizada;
10. Não utilizar anéis, pulseiras e demais adornos durante o desempenho das atividades de trabalho;



-
11. Lavar as mãos antes e após os procedimentos, inclusive quando realizados com a utilização de luvas, principalmente aqueles que envolvem manipulação de alimentos;
 12. Desempenhar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo que lhe forem atribuídas pela direção, conforme legislação.
 13. Preparar e servir a merenda escolar, obedecendo-se aos procedimentos operacionais padrão (POPs) que envolvem a manipulação de alimentos, como os preceitos de higiene, normas dietéticas, boas práticas de fabricação, urbanidade e relações sociais.
 14. Cuidar do bom funcionamento disciplinar por parte dos alunos, durante o horário de distribuição da merenda escolar, respeitando-se os horários preestabelecidos na unidade escolar.
 15. Zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem, limpeza e higiene em seu local de trabalho.

Ao servidor de conservação e limpeza, especificamente, compete:

1. higienizar o ambiente físico da escola e das instalações, como pisos, banheiros, móveis, retirada de pó paredes e forros (parte externa) dentre outras ações pertinentes a ação, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente; limpeza e conservação de todo o perímetro escolar interno;
2. utilizar o material de limpeza sem desperdício e comunicar a direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
3. auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares que lhe são inerentes;
4. utilizar uniforme e equipamentos de proteção individuais (EPI) e coletiva (EPC);
5. coletar lixo das salas, pátios e outros ambientes internos da unidade escolar, dando-lhe o devido destino, conforme as exigências sanitárias;
6. Não utilizar anéis, pulseiras e demais adornos durante o desempenho das atividades de trabalho;
7. Preparar previamente todo o material necessário aos procedimentos de limpeza e desinfecção a serem executados;
8. Lavar as mãos antes e após os procedimentos, inclusive quando realizados com a utilização de luvas;
9. proceder o correto recolhimento, armazenagem e descarte de resíduos do CEP-ETP;



-
10. Lavar e desinfetar os EPI's, EPC's e os utensílios utilizados na prestação de serviços após cada turno de trabalho e sempre que necessário;
 11. Identificar e/ou sinalizar, como medida de segurança, os corredores e locais de grande circulação, durante o processo de limpeza, dividindo-os através de placas sinalizadoras, em área de livre trânsito e área sinalizada como impedida de trânsito (piso molhado), a fim de evitar a ocorrência de acidentes;
 12. executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade.

Ao servidor de Cocção, especificamente, compete:

1. limpar e higienizar o ambiente físico da escola e das instalações designadas para armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar;
2. utilizar uniforme e equipamentos de proteção individuais (EPIs) e de proteção coletiva (EPCs);
3. coordenar as atividades relacionadas ao preparo das refeições;
4. receber e armazenar adequadamente os gêneros alimentícios;
5. selecionar e preparar lanches e refeições do educando, de acordo com o cardápio do dia, observando padrões de qualidade nutricional;
6. servir as refeições, observando as boas práticas e os cuidados básicos de higiene e de segurança;
7. zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;
8. higienizar os utensílios, equipamentos e o ambiente da cozinha em geral;
9. zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas;
10. auxiliar nos demais serviços correlatos a sua função, sempre que se fizer necessário;
11. respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;
12. respeitar as normas e orientações do profissional nutricional responsável pelo cardápio da merenda;
13. guardar alimentos destinados ao consumo de servidores fora das áreas de trabalho, em armários ou geladeiras específicas para este fim;



-
14. Manter-se adequadamente higienizado, com banho diário, cabelos limpos e presos, unhas aparadas e limpas;
 15. Usar e manter avental e demais EPI's limpos;
 16. proceder o correto recolhimento, armazenagem e descarte de resíduos do CEP-ETP;
 17. atuar em outras atividades correlatas a sua área de atuação.

Ao servidor de Vigilância, especificamente, compete:

1. utilizar uniforme e equipamentos de proteção individuais;
2. zelar, com urbanidade, pela guarda do patrimônio material ativo e passivo do CEP/-ETP, exercendo serviço de vigilância no que lhe concerne;
3. executar serviços de vigilância nos prédios escolares do CEP-ETP, mediante rondas nos estacionamentos, salas, depósitos e outros, assim como nas cercanias deles, observando o trânsito de veículos e pessoas, atitudes suspeitas e concentrações, orientando e fornecendo informações;
4. zelar pela guarda de mobiliário e equipamentos sob sua responsabilidade;
5. manter-se atento ao seu posto de trabalho e zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento de leis e regulamentos;
6. responsabilizar-se pela guarda das chaves das dependências que lhe forem confiadas;
7. verificar se as janelas, portas, portões e outras vias de acesso dos estabelecimentos estão fechadas corretamente e se as luzes, torneiras e outros estão desligados;
8. registrar em livro próprio e relatar aos superiores hierárquicos toda e qualquer anormalidade constatada na sua área de atuação;
9. desempenhar outras atribuições que, por suas características, incluem-se na sua esfera de competência.

Ao servidor de Portaria, especificamente, compete:

1. utilizar uniforme e equipamentos de proteção individuais;
2. zelar pela guarda do patrimônio municipal e exercer serviço de vigilância no que lhe concerne;
3. proibir a entrada de pessoas estranha, sem identificação, no recinto escolar;
4. controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os



lugares desejados;

5. manter-se atento ao seu posto de trabalho não permitindo a saída de alunos sem autorização durante o horário escolar;
6. observar a entrada de pessoas e alunos quanto às regras de convivência do CEP-ETP referente à vestimentas e uso de EPI's;
7. orientar na entrada e saída de alunos da rede municipal de ensino, zelando pelo bem estar e integridade física;
8. executar atividades correlatas.

10.7. Serviços de Apoio / Monitoria

Para fortalecer o exercício da autonomia, pesquisa e extensão no contexto do CEP-ETP, incentiva-se atividade de monitoria que tem por finalidade oportunizar ao estudante meios para aprofundar os seus conhecimentos referentes ao curso, estabelecer parcerias entre estudantes e docentes e propiciar experiências em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A monitoria terá regulamento próprio que estabelecerá os critérios e requisitos para a sua participação, incluindo os seguintes:

1. A monitoria é uma atividade complementar à formação do estudante voluntário do CEP-ETP e será obrigatoriamente orientada por um docente;
2. A monitoria deve contribuir para superar ou minimizar os problemas de retenção e evasão escolar, colaborando para a permanência e o êxito dos estudantes dos cursos técnicos do CEP-ETP;
3. A monitoria deve promover o trabalho colaborativo entre o corpo discente e docente do CEP-ETP, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem desenvolvido na unidade escolar.

10.8. Sala de Leitura Escolar/Biblioteca Escolar

Constituem-se recursos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem as tecnologias educacionais, o acervo bibliográfico para didático e literário, o livro didático, o acervo videográfico, os periódicos, as obras de referência e os demais acervos. A Sala de Leitura Escolar/Biblioteca Escolar, sob a responsabilidade de profissionais da educação, constitui-se em um espaço de aprendizagem e de orientação à pesquisa para toda a comunidade escolar, em consonância com a Orientação Pedagógica e com o Projeto Político Pedagógico – PPP do CEP-ETP. O acervo da Sala de Leitura Escolar é patrimônio



público sob a responsabilidade direta da Direção do CEP-ETP e deve ser zelada e preservada por toda comunidade escolar.

No contexto do CEP-ETP, a sala de leitura tem como finalidade inicial apoiar os processos pedagógicos em relação à organização e desenvolvimento das atividades de tratamento e disseminação de informações técnicas, científicas e culturais.

A Sala de Leitura Escolar é o ambiente em que ficam catalogados exemplares técnicos para possíveis consultas no local, sob a responsabilidade de profissionais da educação, constitui-se em um espaço de aprendizagem e de orientação à pesquisa para toda a comunidade escolar, em consonância com a Orientação Pedagógica e com o Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar.

Ao responsável pela Sala de Leitura/Biblioteca Escolar compete:

- I - participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;
- II - elaborar e executar o Plano de Ação da Sala de Leitura/Biblioteca, em consonância com o Projeto Político Pedagógico - PPP da unidade escolar;
- III - planejar e executar as atividades da Sala de Leitura/Biblioteca, mantendo-as articuladas com as demais atividades da unidade escolar;
- IV - subsidiar e orientar as atividades de leitura e de pesquisa;
- V - assegurar a adequada organização e o funcionamento da Sala de Leitura Escolar/Biblioteca Escolar;
- VI - propor aquisição de acervo e de outros materiais didático-pedagógicos, conforme as necessidades indicadas pela comunidade escolar;
- VII - manter intercâmbio com outras salas de leitura, bibliotecas escolares, bibliotecas escolares comunitárias, bibliotecas públicas, centros de documentação, centros de memória viva e museus;
- VIII - divulgar, permanentemente, no âmbito da unidade escolar e em outros espaços pedagógicos, o acervo bibliográfico e os serviços existentes;
- IX - conferir, anualmente, o inventário do acervo;
- X - acompanhar e avaliar as atividades do Plano de Ação, por meio de relatório anual do trabalho desenvolvido;
- XI - executar as demais atribuições do profissional atuante na sala de leitura/biblioteca escolar, previstas na Orientação Pedagógica;
- XII - zelar pelo controle e recebimento das remessas de correspondências, materiais



=====

e acervo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD expedidos

- XIII - promover ações eficazes para garantir a conservação e devolução dos livros didáticos reutilizáveis pelos estudantes;
- XIV - realizar o controle contínuo da entrega e devolução dos livros reutilizáveis;
- XV - comunicar a SEEDF sobre as obras excedentes e auxiliar no processo de remanejamento para outras unidades e ou reserva técnica, registrando os dados correspondentes em sistema específico;
- XVI - solicitar, se for o caso, nos termos e prazos vigentes, lotes adicionais de livros didáticos para atendimento de situações excepcionais.

10.10. Regimento Interno

O Regimento Escolar permite uma reflexão constante sobre a dinâmica das relações interpessoais, normatizando os direitos e deveres que integram a conduta daqueles que compõem a comunidade escolar. Para Luckesi (2005), a instituição de ensino faz parte da realidade social e, ao mesmo tempo, é constituinte do processo de transformação social, organizada intencional e sistematicamente em princípios, valores e normas em um cenário que favorece o desenvolvimento do par dialético produção-apropriação de habilidades e conhecimentos, visando uma atuação crítico-criativa nas relações do cotidiano. Para Luckesi (2005) a instituição de ensino faz parte da realidade social e, ao mesmo tempo, é constituinte do processo de transformação social, organizada intencional e sistematicamente em princípios, valores e normas em um cenário que favorece o desenvolvimento do par dialético produção-apropriação de habilidades e conhecimentos, visando uma atuação crítico-criativa nas relações do cotidiano.

Assim, considerando que, na Unidade Escolar, estas relações acontecem no coletivo, o Regimento Escolar Interno permite (re)orientar a normatização das ações quanto ao cumprimento da legislação. Neste caso, as instituições de ensino têm no Regimento Escolar a sua expressão identitária, política, pedagógica, administrativa e disciplinar, com base nos dispositivos legais estabelecidos pelo Sistema Distrital de Ensino.

Com essa compreensão, o Regimento Interno do CEP/EPT se constitui como sendo o conjunto de normas que estabelece a organização, as competências e o funcionamento de suas instâncias específicas, respeitando a legislação superveniente nos âmbitos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar. Assim, o regimento escolar se torna o documento em que se registram intencionalmente o funcionamento, estrutura, organização



=====

e normas da Unidade de Ensino. As normas contidas nele regem as esferas: administrativa, didática, pedagógica e disciplinar da escola, servindo como se fosse uma espécie de guia de direitos e deveres de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Para favorecer a fluidez na leitura e privilegiar coerência interna do presente texto, apresenta-se em anexo o Regimento Escolar Interno do CEP-ETP (Anexo 1).

10.11. Regime disciplinar

A aplicação de medidas disciplinares de caráter pedagógico constitui evidência para a avaliação de aspectos comportamentais, incluindo competências socioemocionais, atitudes e valores, que fazem parte da formação integral do indivíduo e do desenvolvimento de todas as suas dimensões humanas, sendo avaliadas por meio de estratégias formativas, que devem respeitar a sua singularidade, suas forças e necessidades. (DISTRITO FEDERAL, 2019). Assim, pela não observância das normas de convivência e urbanidade contidas neste PPP e/ou em caso de inobservância das normas contidas no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015), e conforme a gravidade e/ou reincidência, o estudante do CEP-ETP estará sujeito à atribuição de ponto negativo no aspecto formativo do cálculo do componente curricular que acarretou a prática do descumprimento, sendo que sua aplicação deve ocorrer nos limites máximos a seguir:

I – advertência oral ou retirada de sala de aula (- 0,1);

II – advertência escrita (- 0,3);

III – suspensão de sala de aula de, no máximo, três dias (- 0,5).

IV - transferência, quando o ato for aconselhável para manutenção da ordem escolar, comprovada necessidade de garantia de sua proteção ou de outros e melhor desenvolvimento integral do estudante. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

A aplicação das medidas citadas acima deverá ocorrer em um contexto de intervenção pedagógica, com a finalidade de envolver estudantes, profissionais e famílias/ou responsáveis legais. Deverão ser observados os princípios dos direitos humanos e da diversidade expressos nos documentos norteadores desta SEDF.

A adoção das medidas acima citadas deve ser seguida de ações efetivas, diversificadas de acompanhamento que promovam a convivência escolar. Cabe ao Professor e a equipe gestora aplicação das medidas previstas;



As medidas aplicadas ao estudante, bem como o atendimento a ele dispensado, incluindo a efetiva escuta, versão das partes envolvidas e demais encaminhamentos são registrados em atas, assinadas pela família e/ou responsáveis legais, caso de estudante menor de idade, sendo vedado o registro no Histórico Escolar.

Ao estudante que sofrerá medida prevista, garantir-se-á a realização de provas, testes, trabalhos, considerando-se a frequência do estudante e conseqüente cumprimento do dia letivo. As medidas descritas podem ser aplicadas gradativamente, ou não, dependendo da gravidade ou reincidência da falta.

Quando da aplicação das medidas descritas, é garantido estudante do contraditório e ampla defesa, com a presença da família e/ou responsável legal, quando menor de idade.

Os procedimentos serão definidos em reunião de estudo de caso com o Conselho de Classe, contando com a participação da Orientação Educacional, do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, do professor da Sala de Recursos e de demais profissionais envolvidos. Admitir-se-á a adoção da medida de transferência do estudante desde que seja aplicada por deliberação do Conselho Escolar do CEP-ETP.

10.12. Uniforme/Equipamentos de Proteção Individual/Equipamentos de Proteção Coletiva

Em função das especificidades do ato pedagógico desenvolvido no contexto do CEP-ETP faz-se necessário a utilização continuada do uniforme escolar, dos equipamentos de proteção individual e coletivos, conforme legislação pertinente e o Regimento da Escolas Públicas do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015).

11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

A avaliação é um processo contínuo para acompanhar o progresso do estudante de forma continuada e contribuir para que o estudante seja proativo na construção do conhecimento. Para tanto, deve criar mecanismos de monitoramento permanente do processo de desenvolvimento da aprendizagem do estudante. A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do processo sobre as eventuais provas finais.



A avaliação de aprendizagem utilizada para fins de validação e aproveitamento de saberes profissionais desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não formais, deve ser propiciada pelos sistemas de ensino como forma de valorização da experiência extraescolar dos educandos, objetivando a continuidade de estudos segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos. A formação profissional compreende processos de avaliação contínua da aprendizagem com o objetivo de diagnosticar os saberes dos estudantes pelo domínio das competências e habilidades requeridas no planejamento curricular.

No CEP-ETP, a avaliação para as aprendizagens se desenvolverá regida pelos princípios pedagógicos da pedagogia histórico-crítica, da pesquisa e da intervenção social, incluindo a participação nas atividades práticas de laboratórios e supervisionadas, instrumentos impressos e não impressos, visitas técnicas, feiras, oficinas e estágio. A avaliação do desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, valores e atitudes será processual, feita de maneira contínua, cumulativa e flexível, priorizando a equidade pedagógica em que prevalecem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A recuperação nos cursos ofertados pelo CEP-ETP é de responsabilidade direta do professor, sob o acompanhamento da Supervisão Pedagógica e das Coordenações, destina-se ao estudante com aproveitamento insuficiente (NA), considerando as diferentes possibilidades avaliativas adotadas no CEP-ETP.

No CEP-ETP, a recuperação é desenvolvida nas seguintes modalidades:

- I - **processual e contínua**: feita ao longo do próprio semestre letivo, em uma ação paralela, contínua e integrada ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula (presencial ou virtual);
- II –**final**: realizada ao final do semestre letivo vigente, conforme previsto no Calendário Escolar do CEP-ETP, para o estudante que não obteve rendimento Apto (Ap) em até 3 (três) unidades curriculares e que tenha frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas de cada unidade curricular, separadamente.

Da avaliação Na Educação a Distância

A avaliação na Educação a Distância do CEP-ETP pressupõe um acompanhamento pedagógico contínuo do processo do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, com vistas à identificação do problema e à adequada intervenção pedagógica. No processo



de avaliação, devem ser consideradas as seguintes exigências:

- i. Realização de atividades à distância no ambiente.
- ii. Participação em atividades/encontros presenciais previstos mediados pelos docentes;
- iii. Auto avaliação do estudante no processo de aprendizagem;
- iv. Avaliação presencial por meio de prova, apresentações, seminários e outros;
- v. Avaliação da organização do trabalho pedagógico e da plataforma.

O estudante da Educação à Distância do CEP-ETP somente poderá realizar avaliação final se for considerado apto ao longo do processo, a partir do desenvolvimento das atividades previstas no Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA).

Participação no AVA, à avaliação far-se-á por meio do acompanhamento do desempenho do estudante nas ferramentas interativas (fóruns, mensagens, chats, outros) e como suporte dos demais recursos virtuais (tarefas, enquetes, diário reflexivo, web fólio, outros), sendo exigida, para aprovação, pontuação mínima de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto do total das atividades avaliativas realizadas pelo professor;

Realização obrigatória de, no mínimo, 01 (uma) atividade avaliativa presencial (seminário, teste, prova, dentre outros), sendo exigida, para aprovação, pontuação mínima de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto do total das atividades avaliativas realizadas pelo professor em cada unidade curricular, ou conforme descrito no Plano de Curso que os estudante estiver cursando.

A avaliação na Educação a Distância deve assegurar os princípios da avaliação formativa, conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF.

A avaliação para as aprendizagens dos estudantes do CEP-ETP na Educação a Distância deve ser contínua, processual e abrangente, incluindo a auto avaliação e a avaliação em grupo, sendo realizadas, preferencialmente, na forma presencial. Deve ser assegurada aos estudantes, docentes e equipe gestora do CEP-ETP avaliação do curso e das mediações pedagógicas.

O desempenho dos estudantes do CEP-ETP da Educação Profissional a distância deve ser representado por conceitos, a partir da correspondência dos seguintes valores.

Ao final de cada unidade curricular, após análise do processo de aprendizagem do estudante, os resultados devem ser expressos por uma das menções conceituadas e operacionalmente definidas a seguir:



- i. No CEP-ETP o aluno é considerado apto com nota para igual ou superior a 7,0 (sete), conforme descrito nos Planos de Curso;
- ii. Somente a Média Final (MF) e a nota da Recuperação Final (RF) são arredondadas, obedecendo a intervalos de 0,5 (cinco décimos), de acordo com os seguintes critérios:
- iii. Nos intervalos de 0,01 a 0,24 e de 0,51 a 0,74, o arredondamento é para menos;
- iv. Nos intervalos de 0,25 a 0,49 e de 0,75 a 0,99, o arredondamento é para mais.
- v. Ao final de cada unidade curricular, após análise do processo de aprendizagem do estudante, os resultados devem ser expressos por uma das menções conceituadas e operacionalmente definidas na Tabela 8.

Tabela 8. **Correspondência entre os valores quantitativos e conceitos com os respectivos conceitos operacionais utilizados no CEP-ETP para expressar a nota final nas unidades curriculares.**

Valores	Conceito	Definição Operacional
7,0 a 10,0	Apto	O estudante desenvolveu as habilidades requeridas, como desempenho desejado conforme descrito no Plano de Curso.
0,0 a 6,9	Não Apto	O estudante não desenvolveu as habilidades requeridas, como desempenho desejado conforme descrito no Plano de Curso.

11.1. Avaliação para aprendizagens

O processo avaliativo desenvolvido no contexto do CEP-ETP deve primar pela promoção da avaliação para a aprendizagem, constituindo-se como um processo dinâmico, participativo, contextualizado, diversificado, contínuo e transparente, capaz de contribuir para a formação integral dos estudantes e para a melhoria da qualidade do ato pedagógico.

Por isso, a avaliação é considerada como sendo uma etapa fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois permite aos docentes e gestores educacionais identificarem colaborativamente os processos de aprendizagens dos estudantes, destacadamente analisarem em que medida suas estratégias pedagógicas contribuíram para uma aprendizagem significativa. Segundo Luckesi (1995), a avaliação é um processo que deve ser contínuo e formativo, ou seja, deve ocorrer ao longo de todo o processo educacional e ter como objetivo principal a melhoria da aprendizagem dos alunos. De acordo com Luckesi



(1995), a avaliação não deve ser vista apenas como uma forma de medir o desempenho dos alunos, mas como uma oportunidade de reflexão sobre o próprio processo educativo. Nesse sentido, a avaliação deve estar pautada em critérios claros e objetivos, que possibilitem uma análise precisa do desempenho dos alunos e orientem ações de intervenção.

Por sua vez, Villas Boas (2001) destaca que a avaliação deve ser um processo democrático, que envolva alunos e professores em todas as suas etapas. Para ela, a avaliação deve ter um caráter participativo, em que os alunos possam contribuir para a construção dos critérios e para a análise dos resultados.

É importante ressaltar que a avaliação não deve ser utilizada como um fim em si mesma, mas como um meio para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Para isso, é fundamental que os resultados da avaliação sejam utilizados para a tomada de decisões pedagógicas e para a elaboração de estratégias de intervenção que visem à superação das dificuldades identificadas.

No CEP-ETP pesquisar e trocar ideias sobre o processo avaliativo se constitui prática importante, pois durante a análise crítica da avaliação é possível “diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2005, p. 35). Por fim, Villas Boas (2001) considera que a avaliação para a aprendizagem deve ser fundamentada em princípios que considerem a diversidade dos alunos e as múltiplas dimensões do processo de aprendizagem. Esses princípios devem ser capazes de orientar a prática avaliativa de forma a contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes e para a formação integral do indivíduo.

Diante dessas compreensões, no contexto do CEP-ETP, a avaliação para as aprendizagens se dará a partir dos seguintes princípios:

- I- **princípio da contextualização:** implica considerar o contexto em que a aprendizagem ocorre, pois é preciso levar em consideração as condições sociais, culturais, econômicas e psicológicas em que os alunos estão inseridos, de forma a adequar as estratégias de ensino e de avaliação às suas necessidades e interesses;
- II- **princípio da participação ativa dos alunos:** implica que devem ser envolvidos em todo o processo de avaliação, pois a participação ativa dos alunos na



construção dos critérios de avaliação e na análise dos resultados é fundamental para que eles se sintam responsáveis pelo próprio processo de aprendizagem;

- III- **princípio da diversidade de instrumentos e estratégias de avaliação:** deve contemplar as diferentes dimensões da aprendizagem, pois é preciso utilizar uma variedade de instrumentos e estratégias de avaliação, que possibilitem a avaliação do conhecimento, das habilidades, das atitudes e dos valores dos alunos;
- IV- **princípio da continuidade:** implica a realização de avaliações ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, pois a avaliação deve ser um processo contínuo e formativo, que permita a identificação precoce de dificuldades e a adoção de medidas de intervenção;
- V- **princípio da transparência:** implica a clareza dos critérios e dos objetivos da avaliação, pois é fundamental que os critérios de avaliação sejam claros e objetivos, de forma a possibilitar uma análise precisa do desempenho dos alunos e a orientar ações de intervenção.

11.2. Avaliação em Larga Escala

A avaliação em larga escala na educação pública é uma ferramenta importante para ajudar a identificar o desempenho dos alunos, identificar pontos fortes e fracos do sistema educacional e orientar políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. No entanto, a aplicação dessas avaliações tem gerado debates acerca de seus objetivos e consequências para o ensino.

Para Fini (2023), as avaliações em larga escala se constituem como instrumentos heurísticos para a construção de um panorama reflexivo sobre o que de fato acontece na educação brasileira, enfatizando que essas avaliações permitem analisar comparativamente o desempenho de estudantes e unidades escolares em diferentes regiões do país, identificar possíveis desigualdades e orientar políticas públicas para a melhoria do ensino. No entanto, para Oliveira (2003) a aplicação dessas avaliações pode gerar uma cultura de "ensino para a prova", em que os professores se concentram apenas nos conteúdos que serão avaliados e deixam de lado outras competências importantes para a formação dos alunos. Além disso, a pressão para obter bons resultados pode levar à exclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem e à adoção de práticas de ensino que visam apenas a "decoração" de conteúdos, em detrimento do desenvolvimento do



pensamento crítico.

Nesse sentido, é importante que as avaliações em larga escala sejam utilizadas de forma equilibrada, como parte de um conjunto de políticas e práticas que visam a melhoria da qualidade do ensino. É preciso considerar também a diversidade das escolas e dos alunos, levando em conta as suas particularidades e necessidades individuais.

Neste sentido, o CEP-ETP incentivará a participação crítica, voluntária e responsável de sua comunidade escolar nos processos avaliativos, especialmente os Distritais, Nacionais e Internacionais.

11.3. Avaliação Institucional da Unidade Escolar

O processo de avaliação institucional visa à melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados à comunidade escolar. É feito de forma continuada nas assembleias gerais, nas reuniões do Conselho Escolar, nos encontros de coordenação pedagógica e em eventos previstos no calendário escolar oficial, mediante levantamento e análise de dados, informações, opiniões ou sugestões da comunidade escolar. Considera-se neste processo:

- i. O acompanhamento do ingresso, permanências e saída do estudante nos cursos Técnicos, Qualificação ou Especialização oferecida pela instituição;
- ii. A redução dos índices de evasão escolar;
- iii. Qualificação e aperfeiçoamento do trabalho docente;
- iv. Humanização das relações intra e interinstitucionais;
- v. A interação do CEP-ETP com a comunidade e com outras instituições;
- vi. A eficiência de todos os serviços prestados

Diante dessa compreensão, a avaliação institucional do CEP-ETP deve ser um processo contínuo a ser promovido pela Comissão Própria de Avaliação do Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Planaltina (CPA-CEPETP). O processo de avaliação desta instituição educacional deve subsidiar:

- i. a política de formação continuada dos servidores que atuam no CEP-ETP;
- ii. a (re)orientação contínua do Projeto Político Pedagógico do CEP-ETP;
- iii. a articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar e o estabelecimento de metas para a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) na Unidade Escolar.
- iv. a articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar e o



estabelecimento de metas para o Plano de Trabalho da Gestão Escolar.

Cabe a Direção do CEP-ETP, por ato próprio e de acordo com a legislação, instituir a CPA-CEPETP e estabelecer cronograma de implementação e aplicação das avaliações institucionais.

11.4. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na unidade escolar. (Distrito Federal, 2019, p. 30).

No contexto do CEP-ETP, o Conselho de Classe se constitui como um lócus importante do processo ensino-aprendizagem, materializando-se em um espaço-tempo criativo de integração e trabalho colaborativo entre docentes e equipe pedagógica, e de discussão coletiva da práxis educativa.

Considerando que um dos objetivos do Conselho de Classe é de minimizar o distanciamento de professores em relação aos problemas educacionais dos estudantes e proceder um mapeamento de cada classe/turma, ressaltamos que esses Conselhos de Classe, como em sua gênese, se concretizam na instância democrática do processo educativo com a participação do corpo docente, alunos, coordenação de cursos, supervisão pedagógica, equipe multidisciplinar, orientação pedagógica, secretaria, responsáveis e direção para um conhecimento mais sistemático da realidade da turma em si.

Assim, podemos inferir que atendendo aos pressupostos da gestão democrática, visa a garantir uma avaliação para a aprendizagem significativa do estudante e da instituição, assegurando a retroalimentação construtiva do PPP do CEP-ETP.

Todos os aspectos observados nos conselhos de classe (Diagnóstico, aconselhamento, levantamento de soluções e alternativas, elaboração de projetos de recuperação, coleta de evidências na mudança do comportamento dos alunos e outros) são devidamente registrados em ata para providências.

O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada bimestre ou de acordo com a organização das diferentes etapas e modalidades e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do Diretor da unidade escolar, Coordenador de Curso ou de um terço dos membros desse colegiado.

Ao Conselho de Classe compete:



1. implementar e avaliar a execução do Projeto Político Pedagógico – PPP na perspectiva da avaliação formativa;
2. elaborar o seu Plano de Ação Semestral;
3. analisar, de forma ética, aspectos relativos à aprendizagem dos estudantes,
4. identificar e propor elementos e ações que promovam as aprendizagens, inclusive mediante a análise dos índices de desempenho;
5. estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, que atendam às reais necessidades dos estudantes, em consonância com a Projeto Político Pedagógico do CEP-ETP;
6. discutir e deliberar sobre ações pedagógicas interventivas;
7. discutir e deliberar sobre a aplicação do regime disciplinar de caráter pedagógico e de recursos interpostos;
8. deliberar sobre os casos de aprovação, reprovação e avanço de estudos, conforme este Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e demais dispositivos legais.

12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para que o CEP-ETP prossiga no alcance seus objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, pretende-se desenvolver ações autotransformadoras nas várias dimensões que constituem a rotina escolar:

O Plano de Ação/Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) que se pretende desenvolver no CEP-ETP ao longo do Biênio 2023/2024, com os principais objetivos específicos e ações, estratégias e/ou parcerias firmadas, como está indicado na Tabela 9.

Tabela 9. Plano de ação/Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) a ser desenvolvido pela equipe pedagógica do CEP-ETP ao longo do Biênio 2023-2024.

Objetivos Específicos	Ações/Estratégias/Parcerias
Participar de avaliações externas como Avaliação Diagnóstica da SEDF, avaliações de Larga Escala e instituições parceiras do mundo do trabalho, com vistas à ampliação das habilidades cognitivas dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento dos índices existentes;• Estudar as habilidades avaliadas;• Valorizar as avaliações externas em todos os segmentos;• Incentivar e dar suporte para o aluno realizar as avaliações externas;• Acompanhamento dos professores nas ações de
Estudar com os professores as habilidades, competências e objetivos de aprendizagem que os alunos apresentam dificuldades	



Realizar avaliação diagnóstica com os ingressantes nos cursos profissionalizantes.	<p>promoção das habilidades com defasagem em sala;</p> <ul style="list-style-type: none">• Promoção de avaliações internas tomando como referência as externas, seja nas reuniões do Conselho Escolar, nos encontros de coordenação pedagógica e em eventos previstos no calendário escolar oficial;• Criação da Comissão Própria de Avaliação do Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Planaltina (CPA-CEPETP) para realização da avaliação institucional do CEP-ETP.
Realizar periodicamente avaliação institucional da Unidade Escolar	
Traduzir as habilidades e objetivos de aprendizagem (BNCC e CM) em atividades efetivas de sala de aula	
Elaborar, implementar e acompanhar novos planos de cursos profissionalizantes	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento, apoio e organização das ações.
Acompanhar as coordenações pedagógicas; Acompanhar as atividades acadêmicas contribuindo para a permanência e o sucesso escolar dos estudantes	<ul style="list-style-type: none">• Definição de pautas de interesse coletivo;• Estudos de casos específicos;• Acompanhamento dos planejamentos das aulas;• Promoção de atividades formativas voltadas aos professores.
Criar os Planos de Ensino por unidade curricular e por curso; Criar roteiros de aulas detalhados com o planejamento das aulas.	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de modelo padrão de Plano de Ensino e de roteiros de aulas para todas as unidades curriculares de cada curso do CEP-ETP e disponibilizá-lo na plataforma moodle para acesso dos professores;• Disponibilização dos Planos de Ensino e dos roteiros de aulas para estudantes e demais interessados.
Ampliar a formação dos professores sincronizando a teoria com a prática de sala de aula.	<ul style="list-style-type: none">• Utilização de estratégias formativas sincronizadas com o que o professor está trabalhando em sala no momento da formação.
Realizar atividades integradoras entre as unidades curriculares de Primeiro Semestre e Técnicas/profissionais.	<ul style="list-style-type: none">• Criação, por curso, de mecanismos para articulação das áreas, incentivando planejamentos que considerem as necessidades formativas global do estudante.
Promover ações para valorização da formação técnica.	<ul style="list-style-type: none">• Criação da Semana da Educação Profissional e Tecnológica do CEP-ETP com vistas a divulgação junto a comunidade local, regional, distrital e nacional dos cursos ofertados pela unidade escolar em tela.• Realização da Semana da Educação Profissional Tecnológica para realização de visitas técnicas, participação de palestras (palestrantes internos e externos) e empregabilidade na área, com vistas a ampliação da construção do conhecimento técnico e profissional do estudante.



Incentivar o desenvolvimento de atividades e aulas práticas.	<ul style="list-style-type: none">• Organização dos espaços para realização das atividades práticas, bem como, dentro das possibilidades advindas do PDAF, o fornecimento de materiais.
Incentivar o uso de metodologias pedagógicas colaborativas.	<ul style="list-style-type: none">• Dar suporte para atividades pedagógicas que estimulem a resolução de questões objetivas e subjetivas, que contenham desafios significativos na vida pessoal, emocional e profissional além de também estimularem a criatividade e inovação.
Criar e organizar estratégias para acompanhamento do desempenho dos estudantes no processo ensino e aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none">• Atualização do sistema próprio (Diário de Classe) para gerar dados que possibilitem aos estudantes e responsáveis o acompanhamento das notas e participação nas atividades propostas.
Participar do projeto: Cultura da Paz na Escola e mediação proposto pela Defensoria Pública e SEEDF	<ul style="list-style-type: none">• Promoção da humanização do conflito e a busca da paz nos conflitos que envolverem a comunidade escolar;• Promoção da educação em direitos e a construção da cidadania participativa;• Busca ativa por meio do desenvolvimento de rede colaborativa com escolas públicas, conselhos tutelares, instituições de ensino superior e outros setores da sociedade civil;• Organização e rapidez das soluções e o cumprimento espontâneo do acordo ajustado.
Avaliação/Acompanhamento: Será realizada a partir da reflexão sobre as ações nas coordenações de cursos, coordenação geral do CEP-ETP, nos conselhos de classe, reunião com a comunidade escolar.	

12.1. Gestão Pedagógica

A Gestão Pedagógica deve garantir a melhoria autossustentável do processo ensino-aprendizagem. Sendo responsável pela contínua (re)orientação do ato pedagógico visando a aprendizagem significativa dos estudantes. Tarefa complexa que pode ser exemplificada a partir da tessitura de três dimensões, a saber:

- i. A **gestão do currículo** é um processo que envolve a escolha crítica, a organização e a articulação de objetivos educacionais, das metodologias e das estratégias de ensino, de forma a garantir a coerência e a relevância do currículo para o contexto em que a escola está inserida. Segundo Moreira e Candau (2011), a gestão do currículo é um processo que deve ser contínuo, flexível e participativo, permitindo a adaptação às necessidades dos alunos e às mudanças sociais, culturais e tecnológicas.



- ii. A **gestão da ação docente**, por sua vez, é um processo que envolve a formação, o acompanhamento e o desenvolvimento dos professores, de forma a garantir a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Segundo Garcia (2009), a gestão da ação docente deve ser orientada para a formação contínua dos professores, para a promoção do trabalho colaborativo e para a valorização do professor como agente de transformação social.
- iii. A **gestão de resultados** é um processo que envolve a (re)avaliação e o acompanhamento do desempenho dos estudantes e da unidade escolar como um todo, garantindo a efetividade do processo educativo e a melhoria contínua da qualidade da educação. Segundo Luckesi (2011), a gestão de resultados deve ser orientada para uma avaliação formativa, que permita a identificação de dificuldades e a adoção de medidas de intervenção para superá-las.

Em suma, a gestão do currículo, a gestão da ação docente e a gestão de resultados são elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e para a promoção da aprendizagem dos alunos. Esses elementos devem ser contemplados no PPP da unidade escolar, com vistas a garantir a coerência e a articulação das ações pedagógicas e administrativas, e a promoção da formação integral dos estudantes.

12.1.1. Equipe de Apoio Educacional do CEP-ETP

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem é composto por profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional.

A promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, ocorre por meio de ações institucionais — preventivas e interventivas — compreendidas como o desenvolvimento de um trabalho que facilite e incentive a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem, e promova a reflexão, a conscientização de funções, os papéis e as responsabilidades dos sujeitos que atuam de forma relacional no cotidiano da escola e busque, com a equipe escolar, a superação dos obstáculos à apropriação do conhecimento (Marinho Araújo e Almeida, 2005, p. 89).

A atuação da equipe ocorre com vistas ao acompanhamento do percurso educacional com atuação preventiva e sempre que possível interventiva, com vistas a identificação das



barreiras que dificultam a permanência e a conclusão do estudante no curso matriculado, em suas inúmeras dimensões e variáveis, das quais destacamos: o desemprego, a mudança de localidade de residência, depressão, ansiedade, dentre outros, além de fatores de cunho pessoal; mas, incidem sobre o desempenho escolar.

No Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Planaltina (CEP-ETP) a Equipe é composta pelos profissionais que compõem o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem da SEEDF, isto é, profissionais com formação em Pedagogia, em Psicologia, quando disponível na Unidade Escolar e por docentes que atuam na Educação Profissional e Tecnológica.

Reconhecendo a necessidade dos estudantes, a partir de dados informados à Secretaria Escolar no momento da matrícula, é realizada uma análise da situação juntamente com a Coordenação dos cursos, Direção, professores e/ou próprio estudante, com vistas a iniciar um acompanhamento contínuo das ações a serem realizadas pela Equipe Pedagógica do CEP-ETP enquanto se fizer necessário.

Vale ressaltar que o vínculo entre os estudantes e a pedagoga, estabelece uma relação de respeito, confiança e afeto, que interferem positivamente no rendimento/desempenho dos estudantes, pois estes se veem sendo ouvidos e acolhidos em suas especificidades.

Portanto, a equipe prima por realizar um trabalho voltado para dar vez e voz aos estudantes, ofertando-lhes um espaço de acolhimento, em que as ações preventivas ou interventivas se caracterizam por ouvir, acompanhar, aconselhar, incentivar, valorizar e colaborar para a permanência dos estudantes, bem como para a conclusão dos cursos.

A atuação da Equipe é de fundamental relevância para a promoção para o trabalho desenvolvimento do trabalho que perpassa por constante reflexão, de acordo com as ações que ocorrem em um contexto de acolhimento, busca ativa e permanência dos estudantes, apontando possibilidades de interação e intervenção em um espaço de conhecimento da realidade em que estão inseridos, direcionando-nos a um fazer dialógico, afetivo e crítico, por meio de um trabalho colaborativo, em que os estudantes tenham o papel de protagonistas na busca pelo conhecimento.

Sendo assim, é fundamental promover o acompanhamento contínuo dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e emocional, de modo a evitar a evasão e o abandono escolar, utilizando estratégias que primeiramente busquem conhecer o contexto de vivência dos mesmos, para que consigamos elencar instrumentos que solucionem ou



reduzam fatores que os levam a desistirem dos estudos.

12.1.1.1. Plano de Ação da Equipe de Apoio Educacional do CEP-ETP

O Plano de Ação da Equipe de Apoio Educacional do CEP-ETP é elaborado com vista ao desenvolvimento de ações e intervenções sinalizadas pela equipe gestora, coordenação e docentes, no contexto de situações de vulnerabilidade dos estudantes, no âmbito da Educação Profissional. Dentre as quais, destacam-se:

- Acompanhamento e assessoramento das ações realizadas na unidade escolar, para acolhimento aos estudantes;
- Levantamento dos estudantes que não têm acesso à internet e/ou recursos tecnológicos para acessar a plataforma Moodle;
- Criação e divulgação nas redes sociais da Campanha de doação de computadores, notebooks e celulares;
- Escuta sensível aos estudantes que têm sofrido impactos emocionais em virtude da pandemia;
- Acompanhamento aos estudantes que buscam material impresso, encaminhando informações e esclarecendo dúvidas;
- Orientações aos estudantes, referentes à ambientação na plataforma Moodle;
- Busca ativa aos estudantes, para evitar a evasão escolar;
- Criação do Plantão de Dúvidas, Suporte Tecnológico e espaços de apoio aos estudantes;
- Acolhimento e acompanhamento aos estudantes que por motivos diversos indicam apresentar sintomas de ansiedade;
- Acolhimento aos estudantes que estão retornando para cursar as disciplinas que faltam para conclusão do curso;
- Atendimento e acompanhamento de estudantes com Síndrome de Asperger, deficiência intelectual, microcefalia e baixa visão;
- Diálogo com estudantes que apresentam dificuldades em permanecer nos cursos, identificando suas necessidades e realizando acompanhamento pedagógico.



12.1.1.2. Plano de Ação Anual da Orientação Educacional do CEP-ETP

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico do CEP-ETP, compartilhada com a equipe multidisciplinar de apoio educacional, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p. 59).

O trabalho de Orientação Educacional, dentro do CEP-ETP, deve ser organizado de acordo com os documentos norteadores da SEEDF, entretanto, devem atender a demanda única e exclusiva da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, com vistas ao atendimento da EPT, o trabalho deve ser organizado por categorias de ação, a partir das especificidades de objetivos, estratégias e procedimentos, onde se busca nos eixos de ação, as metas a serem alcançadas, conforme descrito nas Tabelas 10 e 11:

Tabela 10. Organização do trabalho de Orientação Educacional, junto a comunidade escolar do CEP-ETP, a partir dos eixos de ação e as respectivas metas a serem alcançadas.

Eixos de Ação	Metas
Implantação da Orientação Educacional na Educação Profissional e Tecnológica do CEP-ETP	<ul style="list-style-type: none">Promoção da identidade da Orientação Educacional, com vistas a favorecer o acesso e vínculo de confiança com a comunidade escolar;Organização dos instrumentos e de registros e arquivos
Ações Institucionais	<ul style="list-style-type: none">Composição da equipe de apoio educacional, designada pela Direção da Unidade Escolar;



	<ul style="list-style-type: none">• Análise da realidade escolar dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica.• Planejamento mensal coletivo, principalmente, com os participantes da equipe de apoio educacional do CEP-ETP.• Intervenção e acompanhamento interventivo de Apoio Pedagógico individual, a partir do planejamento coletivo.
Ações junto aos professores	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de ações de apoio pedagógico individualizado e de ações pedagógicas no coletivo.
Ações junto aos estudantes	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de ações educativas individuais e de ações educativas no coletivo que visem o acompanhamento e permanência do estudante na unidade escolar.
Ações junto à família	<ul style="list-style-type: none">• Realização de ações que favoreçam a integração da família com a unidade escolar;• Colaboração nas ações de atenção pedagógica individualizada.
Ações de Rede	<ul style="list-style-type: none">• Promover a atenção pedagógica individualizada Rede de Poteção Social e do Sistema de Garantia de Direitos e de Deveres na unidade escolar;• Atuação no fortalecimento da Rede interna do CEP-ETP.



Tabela 11. Organização do trabalho de Orientação Educacional, junto a comunidade escolar do CEP-ETP, a partir da fundamentação curricular, estratégias pedagógicas a serem utilizadas, os eixos de ação e período de execução.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Educação em Cidadania	Educação em Diversidade	Educação em Sustentabilidade			
	X	X	X	Estabelecer comunicação ativa e atualizada com a comunidade escolar a respeito das ações da Orientação Educacional. Apresentar a Orientação Educacional à Comunidade Escolar.	Implantação da Orientação Educacional	1º Bimestre
	X	X	X	Proceder ao mapeamento institucional. Sistematizar os dados escolares para organizar o trabalho a ser realizado na Instituição Educacional. Participar na construção coletiva da Proposta Política Pedagógica (PPP). Elaborar o Plano de ação Anual da Orientação Educacional. Mediar as situações de conflitos	Ações Institucionais	1º Bimestre
	X	X	X	Atender individualmente os professores Promover análise reflexivo e diálogo problematizador da convivência escolar Contribuir com as coordenações coletivas Realização de ações integradas com os professores	Ações junto aos Professores	Ação Contínua
	X	X	X	Acompanhar individualmente o estudante. Subsidiar a organização eficiente do trabalho escolar e a rotina de estudo. Realizar ações preventivas contra a discriminação por motivo de convicções filosóficas, religiosas, ou qualquer forma de preconceito de classe econômica, social, étnica, sexual, enfatizando o respeito à diversidade cultural. Promover à análise reflexiva e o diálogo problematizador da convivência escolar.	Ações junto aos Estudantes	Ação Contínua



X	X	X	Contribuir na construção e no fortalecimento da parceria família-escola.	Ações junto à família	Ação Contínua
X	X	X	Acolher as famílias e/ou responsáveis, mediando as situações-problema/desafios apresentados.		
X	X	X	Coordenar ações e projetos com os parceiros da Rede de Proteção Social.	Ações em Rede	Ação Contínua
			Coordenar ações e projetos com a família, estudantes e profissionais da educação.		
Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:			Autoavaliação pela comunidade escolar ao longo do ano letivo por meio do diálogo e resultados conquistados		

12.2. Gestão de Resultados Educacionais

Envolve processos e práticas de gestão para a produção criativa e participativa de melhorias nos resultados de desempenho da unidade escolar – convivencialidade, conhecimentos, atitudes, valores, habilidades, rendimento, frequência e proficiência dos estudantes. São considerados indicadores de qualidade:

- i. a avaliação e melhoria contínua do Projeto Político Pedagógico da escola;
- ii. a análise, divulgação e utilização dos resultados alcançados;
- iii. a identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar com o trabalho da sua gestão; e
- iv. transparência de resultados.

Por sua natureza, a gestão de resultados corresponde a um desdobramento de monitoramento e avaliação, com foco específico diretamente nos resultados de desempenho da escola, resultantes da aprendizagem dos estudantes. Com isso, a gestão de resultados no contexto do CEP-ETP deve primar, principalmente, por:

- i. busca contínua de soluções criativas e de baixo custo para viabilizar a melhoria do projeto político pedagógico do CEP-ETP;
 - ii. análise autotransformadora, publicização e utilização crítica dos resultados obtidos;
 - iii. crescimento sustentável dos níveis de satisfação da comunidade escolar; e
- transparência de resultados.

12.3. Gestão Participativa

Conforme a Lei nº 4.751 de 07 de fevereiro de 2012, e suas alterações, a Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal tem por finalidade garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão



=====

e à destinação, observando os seguintes princípios:

- i. **Participação da comunidade escolar** na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;
- ii. **Respeito** à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da rede pública de ensino do distrito federal;
- iii. **Autonomia das unidades escolares**, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- iv. **Transparência da gestão** da rede pública de ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- v. **Garantia de qualidade social** traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;
- vi. **Democratização das relações** pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- vii. **Valorização do profissional da educação.**

12.4. Gestão de Pessoas

A gestão de estudantes, servidores e comunidade escolar/local constitui um desafio diário para o corpo gestor que deseja fomentar a criação de uma ambiência favorável ao processo de aprendizagem significativo, portanto, se torna uma das partes mais sensíveis de toda a gestão escolar. No âmbito da gestão de pessoas, o direcionamento das ações deste Projeto Político Pedagógico privilegiará o exercício da urbanidade, a convivencialidade, o desenvolvimento de competência socioemocionais, o desenvolvimento de talentos, a comunicação não violenta e a formação continuada de seus membros (docentes, discentes, carreira assistência escolar, terceirizados e comunidade escolar/local).

12.5. Gestão Financeira

Os recursos financeiros disponibilizados para o CEP-ETP provêm das verbas destinadas à Educação por meio dos Governo Distrital e Federal, PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira.



12.6. Gestão Administrativa

No campo administrativo, a estratégia de trabalho consiste, basicamente, na otimização das atividades relacionadas à escrituração escolar (legislação escolar, direitos e deveres, atividades de secretaria), assim como gestão dos recursos humanos (folha de pagamento, atestados médicos, abonos, entre outros), emissão de relatórios, elaboração de dados estatísticos e comparativos. O planejamento organizacional representa a qualquer atividade a ser desenvolvida a diferença entre o fracasso e o sucesso. Administrativamente as pretensões imediatas serão pautadas num melhor aparelhamento das condições materiais de trabalho.

13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

O CEP-ETP, com vistas a otimizar os recursos humanos, pedagógicos, tecnológicos e financeiros para pleno desenvolvimento da missão da unidade escolar em tela, desenvolve planos de ação específicos para a mesma, conforme descrito a seguir.

13.1. Objetivos do Plano de Ação

Objetivo Geral.

Viabilizar recursos humanos, pedagógicos, tecnológicos e financeiros para pleno desenvolvimento da missão do CEP-ETP, qual seja, promover educação profissional pública de qualidade por meio da integração de atividades de ensino, extensão e pesquisa na formação de jovens e adultos críticos e reflexivos, com conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos, comprometidos com o mundo do trabalho e com a busca de soluções criativas para a sustentabilidade humana.

Objetivos Específicos.

- i. Reestruturar os laboratórios do CEP-ETP;
- ii. Reestruturar os Planos dos Cursos do CEP-ETP;
- iii. Criar novos cursos técnicos no âmbito do CEP-ETP;
- iv. Criar cursos de especialização em nível médio no CEP-ETP;
- v. Qualificar a utilização do diário eletrônico no contexto do CEP-ETP;
- vi. Criar unidades remotas para ofertar cursos de formação profissional autorizados para oferta do CEP-ETP;
- vii. Organizar processo seletivo para cursos técnicos, pós técnicos e qualificação profissional;
- viii. Ampliar o espaço-tempo destinado à coordenação pedagógica;



- ix. Fortalecer a participação do CEP-ETP junto às atividades propostas pela Rede de Escolas Técnicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde – RETSUS.

13.2. Metas quantificáveis com seus respectivos indicadores

- i. duplicar o número de vagas ofertadas para os cursos técnicos de nível médio.
- ii. duplicar o número de vagas ofertadas para os cursos de qualificação profissional.
- iii. aumentar o número de cursos técnicos de nível médio em no mínimo um.

13.3. Ações nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras do trabalho escolar:

I. Reestruturação dos laboratórios de:

- a. **Saúde Bucal:** ampliar o laboratório para criar espaço adequado para a prática de RX.
- b. **Segurança do Trabalho:** criação do laboratório para aulas práticas.
- c. **Análises Clínicas:** criar o espaço para expurgo biológico.
- d. **Educação a Distância – EAD:** adquirir computadores, bem como ampliar a rede de internet para melhor atender os docentes e educandos em aulas práticas e on-line.
- e. **Ensino, Pesquisa e Extensão:** criar o espaço para desenvolvimento das ações pertinentes.

II. Reestruturação dos Planos de Curso:

Com as mudanças sociais em acelerado processo, faz-se necessária uma constante revisitação aos cursos de formação profissional. Neste sentido, o CEP-ETP realizará a análise e reestruturação de seus cursos técnicos, a saber: Técnico em Enfermagem, Análises Clínicas, Saúde Bucal, Nutrição e Dietética visando atualização e adequação curricular na perspectiva do mundo do trabalho.

III. Reestruturação dos Planos de Curso:

A equipe pedagógica do CEP-ETP será chamada para discussão dialogada com vistas a se mobilizarem para elaboração e escrita de novas propostas de planos de curso de qualificação profissional, em todas as modalidades de oferta, a saber:

Plano de Curso de Qualificação Profissional

- Agente de Desenvolvimento Socioambiental
- Agente de Gestão de Resíduos Sólidos
- Agente de inclusão digital em Centros públicos de Acesso à internet



-
- Agente de instrumentação Meteorológica
 - Auxiliar de Geoprocessamento
 - Agente de projetos Sociais
 - Auxiliar de Laboratório de Saneamento
 - Auxiliar de Laboratório de Saúde
 - Auxiliar Pedagógico

Plano de Curso Técnico de Nível Médio de:

- Técnico em Estética.

Plano de Curso Especialização Técnica de Nível Médio em:

- Prótese sobre implante;
- Ambiente Hospitalar;
- Higiene e saneamento;

Segundo legislação, os projetos de planos de cursos de Qualificação Profissional devem ser encaminhados à Diretoria de Educação Profissional (DIEP) da SEEDF com vistas à devida aprovação para oferta. Após aprovação, do mesmo modo, as regras e cronograma do processo seletivo dos cursos de Qualificação Profissional devem seguir o Edital próprio para o Processo Seletivo de todos os cursos ofertados pela Unidade Escolar, cujo cronograma é disponibilizado pela DIEP.

Cursos de Qualificação Profissional geram demanda específica de professores que será indicada no corpo de cada projeto mesmo antes do início do período letivo.

13.4. Organização do Processo Seletivo

Para ingresso dos alunos nos cursos técnicos, de especialização e Qualificação do CEP-ETP no Biênio 2023/2024, é necessário um processo de trabalho para a organização de espaços a partir do conhecimento de turmas que estão saindo da teoria (disponibilização de salas de aula/laboratórios), disponibilidade de campos de estágio supervisionado junto a instituições parceiras públicas ou privadas, editais, dentre outras ações no sentido de preparar os respectivos processos seletivos.

13.5. Engajamento do CEP-ETP junto às atividades propostas pela RETSUS

No sentido de qualificar o trabalho pedagógico do CEP-ETP, faz-se salutar construir um maior engajamento desta Instituição junto às atividades propostas pela Rede de Escolas Técnicas vinculadas ao Sistema Único de Saúde – RETSUS.



14. ATIVIDADES E PROJETOS A SEREM IMPLEMENTADOS PARA O ALCANCE DE CADA META DA UNIDADE ESCOLAR

O corpo gestor, o Conselho Escolar e a Comunidade escolar desenvolverão as atividades propostas respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, finalidade e moralidade.

14.1. Previsão de recursos humanos, materiais e financeiros

Todo recurso para o desenvolvimento das ações previstas será proveniente da administração coletiva dos recursos provenientes do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, conforme deliberações do Conselho Escolar.

14.2. Definição de prazos e responsáveis pelas ações, projetos e atividades propostas

Os projetos estarão sob coordenação geral dos gestores do CEP-ESTP e a sua execução compreende a participação dos membros da comunidade escolar, conforme especificidade de cada ação.

15. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

A Educação tem papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população bem como nos índices de saúde física, mental, sendo inclusive responsável por sensíveis melhorias sócio econômicas.

A Educação em Saúde visa proporcionar à comunidade a oportunidade de aprendizado e consequente construção/apropriação de conhecimentos. Assim, torna-se imprescindível a busca e organização de parcerias e que haja capacitação de profissionais da educação para que, eles também, exerçam o papel de Promotores da Saúde, dentro da escola e na comunidade em que vivem. Nesse contexto, entende-se que a escola é um ambiente propício para esta aprendizagem já que esta é responsável pela formação de cidadãos.

O desenvolvimento dos projetos especiais ocorre graças à articulação conjunta entre equipe gestora, Equipe Multidisciplinar de Apoio Educacional, Serviço de Orientação Educacional, os coordenadores pedagógicos, os professores em regência de classe e o alunado. Sendo assim, constitui-se a possibilidade de socialização de experiências com os vários parceiros na educação e na saúde, tais como:

15.1. O CEP Escola Compartilhada

Atividades Práticas Supervisionadas - atividade que tem por objetivo principal a



socialização das práticas desenvolvidas no CEP-ETP com as demais instituições da rede pública de ensino e com as comunidades em geral supervisionadas por professor regente. As atividades inerentes ocorrem, principalmente, em espaços públicos, tais como: praças e pátios de escolas. Dentre as atividades desenvolvidas destacamos:

- Aferição de pressão arterial;
- Teste de glicose;
- Demonstração de primeiros socorros;
- Prevenção de doenças;
- Palestras sobre D.S.T., HIV - AIDS, drogas e outros;
- Gravidez precoce/cuidados na gestação;
- Demonstração de automassagem;
- Uso de ervas medicinais (horta medicinal).
- Palestras sobre a alimentação do diabético e do hipertenso;
- Palestras sobre obesidade na adolescência;
- Avaliação nutricional;
- Cuidados com a alimentação;
- Palestras sobre escovação e cuidados bucais;
- Aplicação de flúor;
- Desenvolvimento de oficinas realizadas pelos estudantes..

15.2. O CEP-ETP no Circuito de Ciências

O CEP-ETP participa do Circuito de Ciências com trabalhos de pesquisa que são desenvolvidos pela comunidade escolar durante o ano letivo.

O Circuito de Ciências das Escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal tem como objetivo geral fomentar a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos, inovadores e/ou sociais nas unidades escolares, núcleos de ensino e instituições conveniadas da Rede Pública de Ensino do DF.

Especificamente, tem-se

- Estimular as atividades de letramento científico e tecnológico, por meio da elaboração e apresentação de trabalhos.
- Contribuir para a autonomia dos estudantes, ao compartilharem com a comunidade escolar trabalhos científicos, tecnológicos e sociais, oportunizando, assim, o exercício da cidadania, da diversidade, da sustentabilidade e dos direitos humanos.



15.3. CEP com segurança

O objetivo geral desse projeto é manter o ambiente escolar saudável e seguro, bem como orientar a comunidade em relação aos cuidados com: Prevenção de incêndios;Direitos do Trabalhador;Acidentes do Trabalho e CIPA;Segurança e meio ambiente;Reciclagem com segurança;Resíduos sólidos;Valorização do profissional “GARI” na sociedade.

15.4. O Momento Saúde: Arte, Cultura e Movimento

O projeto “Momento Saúde: Arte, Cultura e Movimento” surgiu como uma proposta de um conceito mais amplo de saúde integral, promoção da saúde como forma de bem estar e qualidade de vida. Visando a interação, integração, descontração, entretenimento e reconhecimento de aptidões de alunos do CEP-ETP. A partir do diálogo de professores do Módulo Básico de Saúde desta Instituição, foram observados que as disciplinas desse grupo são as que introduzem os alunos novos às concepções introdutórias e necessárias do curso que será realizado. Assim, esse bloco inicial tem a função de recepção do cursista a esse seu novo momento, bastante importante, no qual muitos alunos ou são oriundos de outros cursos de áreas bastante divergentes, ou são alunos que estão fora do ambiente escolar há algum tempo.

Nesse contexto, esse novo aluno precisa em um curto espaço de tempo se integrar ao novo ambiente e criar aptidões não apenas cognitivas, mas também psicológicas e sociais para assimilar em sua vida um novo papel, o de profissional. Ademais, existe a consciência e preocupação com a transmissão aos cursistas do conceito de que um bom profissional deverá se apoderar de conhecimentos e técnicas, mas deverá também ser alguém capaz de transcender limites e se constituir como um profissional humanizado, capaz de conviver socialmente com qualidade, criatividade, dinamismo e flexibilidade às diversas tendências e transformações sociais que encontrar em seu mercado de trabalho.

As atividades do presente projeto serão realizadas durante todo o ano letivo, geralmente às quartas-feiras, durante o intervalo, para as apresentações dos alunos, no próprio ambiente escolar. Além disso, são feitos convites a egressos que estão atuando no mundo do trabalho para falar e demonstrar a importância do curso que fez no CEP-ETP. Para além da oportunidade de trocas de experiências e protagonismo estudantil, esses egressos voluntários podem contribuir com uma monitoria junto aos estudantes do CEP-ETP.



Diante dessa realidade, novas descobertas foram feitas, como a de que o projeto destina-se não somente a um momento de interação que caracteriza o trabalho realizado em sala de aula, mas sim promove um efeito que desponta e descortina a reflexão, a convivência, a ética, a visão mais subjetiva em relação ao outro que convive em nossa esfera social.

Além disso, o momento também alcança os professores, promovendo uma maior interação entre eles, transcendendo uma busca interdisciplinar e transdisciplinar dentro das perspectivas de melhoria, integração entre conteúdos afins e tornando o momento de planejamento e feedback muito mais rico, muito mais valioso.

15.5. Semana da Saúde

A Semana da Saúde é para o Centro de Educação Profissional Escola Técnica de Planaltina (CEP-ETP) um momento especial de valorização do cuidado com educadores, educandos e comunidade. Trata-se de uma semana letiva, onde ocorrem atividades diferenciadas com temas voltados ao bem estar e a práticas de saúde objetivando uma melhor qualidade de vida.

As atividades acima citadas são planejadas envolvendo a participação efetiva e integrada de alunos e professores. Nesse contexto, o desenvolvimento dos projetos fundamenta-se no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, fortalecendo a premissa do Parecer CNE/CEB nº11/20121, no que se refere ao caráter formador da integralidade humana.

A dinâmica da Semana da Saúde possibilita aos educandos contribuir na construção do seu conhecimento e serem co-autores na construção do conhecimento do outro. Os alunos apresentam para a comunidade escolar as atividades preparadas, no intervalo das aulas, que é então prolongado. Em um dia específico, os professores e palestrantes convidados ofertam oficinas aos discentes, que ao término, são certificados.

15.6. Atendimento às Comunidades Carentes

O objetivo geral de projeto é levar a essas comunidades grupos de alunos acompanhados do corpo docente desta instituição para orientar, por meio de palestras e oficinas, quanto à higiene, noções de primeiros socorros, prevenção à dengue, zika e chikungunya, DST/AIDS, sexualidade, gravidez precoce, cuidados básicos no pré-natal e com o recém-nascido, aleitamento materno, doenças relacionadas a hábitos alimentares, alimentação saudável, aproveitamento de alimentos, orientação quanto à saúde bucal e



aplicação de flúor.

15.7. Campanhas Comunitárias

Participação em campanhas, juntamente com o Hospital Regional de Planaltina e outros órgãos, nas comunidades de Planaltina, como por exemplo, a campanha do aleitamento materno e campanhas de vacinação.

Promoção de trabalho comunitário, em regiões carentes, onde os estudantes, acompanhados do professor, prestarão serviços sociais à comunidade

15.8. Projeto INTEGRACEP

Objetivo Geral: Apresentar os cursos do CEP-ETP à comunidade escolar.

Metodologia: Utilização de oficinas, palestras, stands; montar folderes com uma sequência de atividades onde fica estabelecido que os estudantes precisam escolher um determinado número delas; gamificar, e entregar certificados.

Avaliação: para os estudantes – aplicar questionário de retorno de como foi o desenvolvimento do Projeto e realizar avaliação entre pares; para a comunidade, aplicar um questionário simples de verificação.

Expectativas de sucesso: Que haja mais integração dentro do CEP-ETP e mais divulgação dos cursos oferecidos pela Unidade Escolar

15.9. Promoção ao Bem-Estar e à Qualidade de Vida aos Estudantes do CEP-ETP

O objetivo geral desse projeto é promover o bem estar e à qualidade de vida dos estudantes do CEP-ETP a partir de ações em subprojetos de:

- Busca ativa e atendimento individualizado aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e de permanência nos cursos;
- Escuta ativa;
- Atendimento psicológico ofertado em parceria com Centro de Referência em Práticas Integrativas em Saúde – CERPIS – HRPL – SES;
- Arrecadação de roupas, equipamentos de proteção individual e alimentos para doação a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Simpósio: Reflexões pedagógicas e diálogos para construção de soluções de conflitos interpessoais vivenciados no ambiente escolar;
- Oficinas (workshop) de práticas de Medicina Chinesa e, ou Técnica de Redução de Estresse (TRE);
- Oficinas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais;



15.10. Qualificação em Libras Básico no contexto do técnico de nível médio de Técnico em Enfermagem com vistas ao acolhimento da pessoa com deficiência auditiva

O objetivo geral desse projeto é possibilitar aos estudantes do curso Técnico de Nível Médio de Técnico em Enfermagem condições de conhecerem a língua de sinais e ao mesmo tempo acolherem e se comunicarem com pessoas surdas presentes na sala de aula, com vistas a ter o primeiro contato com essa língua, uma vez que ainda é pouco conhecida entre os mesmos.

15.11. Projeto Promoção ao Bem-Estar, à Qualidade de Vida e Empoderamento emocional e socioeconômico das Mulheres do CEP-ETP

O objetivo geral do projeto é implementar ações de promoção e empoderamento emocional e social feminino que favoreçam o bem-estar, a qualidade de vida de mulheres estudantes e, ou servidoras junto a comunidade escolar do CEP-ETP.

- Favorecer o empoderamento feminino de mulheres estudantes e, ou servidoras do CEP-ETP a partir do empreendedorismo, possibilitando-lhes situações de exercício da cidadania;

- Possibilitar às mulheres estudantes e servidoras da comunidade escolar do CEP-ETP situações de exercício da cidadania.

15.12. Feira de empreendedorismo feminino para mulheres do CEP-ETP

O empreendedorismo feminino pode ser entendido como os negócios idealizados ou administrados por mulheres, o presente projeto tem como objetivo geral realizar ações que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras no que tange a organização bem como liderança feminina.

Com vistas a potencializar o protagonismo das mulheres do CEP-ETP, contribuir com o desenvolvimento da economia familiar/local e favorecer o aumento da representatividade feminina no universo de possíveis negócios serão realizadas oficinas, palestras, minicursos que visem a qualificação e formação profissional das mesmas, a saber:

- Capacitação em empreendedorismo para mulheres do CEP-ETP;
- Feira de empreendedorismo feminino para mulheres do CEP-ETP;
- Empreendedorismo feminino e networking (oficina);
- Ferramentas e recursos de incentivo ao empreendedorismo feminino (oficina);
- Educação financeira para mulheres (oficina);
- Estratégias para realizar a melhor precificação de produtos e serviços



Especificamente pretende-se:

- Possibilitar as estudantes dos cursos técnicos e servidoras do CEP-ETP conhecimentos práticos sobre empreendedorismo, a partir de princípios e fundamentos da qualidade na exposição de produtos e serviços, no atendimento ao público, visando à educação financeira e empreendedora de mulheres, em sua maioria responsáveis pelo sustento de suas famílias de maneira individual ou colaborativa com outro(s) membro(s) da mesma, respeitando sua individualidade, incentivando sua autonomia, independência e estimulando a capacidade funcional na atuação empreendedora de qualidade;
- Integrar mulheres estudantes e, ou servidoras do CEP-ETP, que ofertam produtos ou serviços à comunidade escolar e local;
- Favorecer o empoderamento feminino de mulheres estudantes e, ou servidoras do CEP-ETP a partir do empreendedorismo, possibilitando-lhes situações de exercício da cidadania;
- Possibilitar às mulheres estudantes e servidoras da comunidade escolar do CEP-ETP situações de exercício da cidadania.

15.13. CEP em parceria com a Faculdade Uniprojeção

O objetivo geral desse projeto é possibilitar aos estudantes do CEP-ETP acesso a diálogos reflexivos com psicólogos/estudantes/voluntários para orientação profissional, com potencial de impactos no processo de profissionalização e desenvolvimento pessoal e profissional.

16. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O processo de avaliação institucional visa à melhoria da qualidade dos serviços educacionais ofertados à comunidade escolar. É feito de forma continuada nas assembleias gerais, nas reuniões do conselho escolar, nos encontros de coordenação pedagógica e em eventos previstos no calendário escolar oficial, mediante levantamento e análise de dados, informações, opiniões ou sugestões da comunidade escolar. Considera-se neste processo:

- i. O acompanhamento do ingresso, permanência e saída do estudante nos cursos Técnicos, Qualificação ou Especialização oferecida pela instituição;
- ii. A redução dos índices de evasão escolar;
- iii. Qualificação e aperfeiçoamento do trabalho docente;



-
- iv. Humanização das relações intra e interinstitucionais;
 - v. A interação do CEP-ETP com a comunidade e com outras instituições;
 - vi. A eficiência de todos

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da elaboração colaborativa deste Projeto Político Pedagógico, o corpo gestor do CEP-ETP e a comunidade escolar assumem o compromisso de gestar este projeto para que ele se constitua como uma resposta materializável de curto, médio e longo prazo às necessidades identificadas ao longo de sua construção. Ao trabalharmos a partir do “lugar de onde estamos” queremos construir uma nova realidade para a Educação Profissional e Técnica com a superação das dificuldades e assunção de um ato pedagógico capaz de atingir nossos objetivos e metas.

Sabemos que no processo educativo, não existem verdades atemporais, portanto, atualizar, contextualizar é uma necessidade real e constante e por acreditar em tal proposição, pretendemos buscar o diálogo, a discussão como meio de crescimento e revitalização da proposta como um todo. Diante disso, o PPP do CEP-ETP poderá sofrer alterações, na forma das normas estabelecidas pelo CEDF. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção desta unidade escolar, com base na legislação. O presente documento institucional entrará em vigor a partir de sua aprovação pelos órgãos competentes.



18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. M. M.; GONZALES, W. R. C. Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 719-742, jul./set. 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n92/1809-4465-ensaio-24-92-0719.pdf>>. Acesso em 20 set. 2019.

AGUIAR, AC, RIBEIRO, ECO. **Conceito e Avaliação de habilidades e Competência na Educação Médica: Percepções Atuais dos Especialistas**. Rev. Bras. Educ. Med. 2010; 34 (3), p. 371–378.

BACICH, Lilian.; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. (Orgs.) Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996

BRASIL. **Portaria nº 1.432**, de 28 de dezembro de 2018a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 12/01/2021.

BRASIL, MEC, CNE, CEB. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 2018, Seção 1, pp. 21-24. 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 05 de janeiro de 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 27 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais para Elaboração dos Itinerários Formativos. **Portaria Nº 1.432**, 28 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199 . Acesso em 22/10/2021.

BRASIL. **Resolução n.º 3**, de 21 de novembro de 2018b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 02/02/2021.

ClAVATTA, M; RUMMERT, S. M. As Implicações Políticas e Pedagógicas e o Currículo na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Formação Profissional. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010.

CORDÃO, F. O panorama da educação profissional no Brasil. Educação Profissional: ciência e tecnologia. Brasília, v. 4, n. 1, p. 37-41, jul./dez. 2010.

COSTA, Nadja Maria de Lima. **A formação contínua de professores – novas**



=====

tendências e novos caminhos. Holos, Ano 20, dezembro de 2004. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

COSTA, M. A. O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e7948, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.7948. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7948>. Acesso em: 19 abr. 2023.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Currículo em Movimento da Educação Básica. Caderno 5 – Educação Profissional e a Distância. Brasília-DF, 2014. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/materiais-pedagogicos/curriculoemmovimento.html>. Acesso em 20 mar 2015.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF. Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio. Homologado pela **Portaria nº 507**, de 30 de dezembro de 2020, publicada no DODF de 04 de janeiro de 2021, tendo por base o Parecer nº 112/2020-CEDF, de 08 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Curriculo-em-Movimento-do-Novo-Ensino-Medio-V4.pdf>. Acesso 20 mar 2022.

DISTRITO FEDERAL **Lei nº 5.499**, de 14 de julho de 2015, publicada no **DODF nº 135**, de 15 de julho de /2015, que trata do Plano Distrital de Educação 2015-2024.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria 180** de 30 de maio de 2019, publicada no **DODF 102**, de 31/5/2019, páginas 15 a 17. Altera a Portaria nº 15 / SEEDF, de 11 de fevereiro de 2015, publicada no DODF nº 41, de 27 de fevereiro de 2015, que aprova o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6a Ed – Brasília, 2015. 126 páginas. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/regimento-escolar-rede-publicade-ensino-df.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, publicado no **DODF nº 91 de 13 de maio de 2015**, p. 10 a 33.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Profissional e a Distância**. 2014.

FANTE, Cleo. Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 6. ed. Campinas, SP: Verus Editora, 2011.

FERNANDES, Rosana Cezar de Arruda. **Educação continuada de professores no espaço-tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões**. In: VEIGA, Fernandes, Edileuza, A Escola mudou. Que mude a formação de professores. 3ª Ed. Campinas. S.P. Papirus, 2012.

FINI, Maria Inês. A importância da avaliação em larga escala para a educação. Instituto



de Estudos Avançados da USP, 2018. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/a-importancia-da-avaliacao-em-larga-escala-para-a-educacao>. Acesso em 24 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da educação básica**. In: MOLL, Jaqueline. Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GARCIA, Carlos Marcelo. Formação de professores para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 2009.

JARES, Xesús. Educar para a paz em tempos difíceis. Tradução de Elizabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2007.

LE BOTERF, Guy. Desenvolvendo a competência dos profissionais. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2003.

LIMA, Anderson de Moura. Estratégias de aprendizagem de estudantes do ensino médio integrado no contexto da educação profissional e tecnológica. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - IFPI, Parnaíba, 2022. Disponível em: <http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/901>. Acesso em 30/03/2023.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens, v. 2, 2015.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria (Org.). Currículo, conhecimento e cultura. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliação em larga escala na educação brasileira: limites e possibilidades. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 139-158, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100009. Acesso em 24 mar. 2023.

OLIVEIRA, L. B. de; MACHADO, A. M. N. Contribuição do conceito de politecnicidade para pensar a educação profissional do campo. Seminário Regional e Fórum de Educação do Campo SIFEDOC. Universidade Federal de Santa Maria, Anais, 2013. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2005/Luciane%20Bittencourt%20>



de%20Oliveira%20e%20Ana%20Maria%20Netto%20Machado.pdf>. Acesso em 19 nov. 2019.

PILETTI, Nelson. Sociologia da educação. São Paulo: Ática, 2004.

REIS, C; PARENTE, C. A reorganização do espaço e dos materiais pedagógicos: favorecer a participação e as escolhas de um grupo de crianças. Da Investigação às Práticas, v. 9, n.1, p. 36 - 46, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/9876>. Acesso em: 18 Jun. 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHWARTZMAN, S. Educação média profissional no Brasil: situação e caminhos. Ed. Moderna. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

TEIXEIRA, A. Ciência e arte de educar. Educação e ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 5-22, ago. 1957.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Cortez, 2001.

VILLAS BOAS, Benigna. M. Freitas. Recomposição das aprendizagens – Benigna Villas Boas [online], Brasília, 4 de agosto de 2022. Educação. Disponível em: <https://www.benignavillasboas.com.br/recomposicao-das-aprendizagens/>. Acesso em: 10 jan. 2023.